

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Texto, Discurso e Relações Sociais



Dissertação de Mestrado

Uma análise discursiva sobre o repetível:
as manifestações intervencionistas de 2020/2021 e os saberes da ditadura militar

Jenifer da Silva Dias

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst

Pelotas, 2022

JENIFER DA SILVA DIAS

Uma análise discursiva sobre o repetível:
as manifestações intervencionistas de 2020/2021 e os saberes da ditadura militar

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Letras
da Universidade Federal de Pelotas como
parte das exigências para obtenção do
título de Mestre em Letras

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D541a Dias, Jenifer da Silva

Uma análise discursiva sobre o repetível : as manifestações intervencionistas de 2020/2021 e os saberes da ditadura militar / Jenifer da Silva Dias ; Aracy Ernst, orientadora. — Pelotas, 2022.

133 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Manifestações intervencionistas. 2. Ditadura. 3. Marcha da Família com Deus e pela Liberdade. 4. Repetição. 5. Memória. I. Ernst, Aracy, orient. II. Título.

CDD : 469.5

Jenifer da Silva Dias

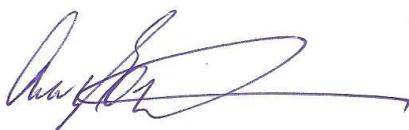
Uma análise discursiva sobre o repetível:

as manifestações intervencionistas de 2020/2021 e os saberes da ditadura militar

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 29 de julho de 2022

Banca examinadora:



Profa Dra ARACY ERNST
Orientadora/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dr RODRIGO DE OLIVEIRA FONSECA
Membro da banca
Universidade Federal do Sul da Bahia



Profa LUCIANA IOST VINHAS
Membro da banca
Universidade Federal de Pelotas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho àqueles que, mesmo em tempos sombrios e de barbárie, ousaram se revoltar.

AGRADECIMENTOS

Ainda que acredite no poder das palavras e dos sentidos, nessa forma material que escolhi como objeto de estudo, sei também dos equívocos que constituem a língua. Ciente daquilo que é impossível na ordem da língua, ensaio escrever algumas palavras àqueles que alicerçaram este sonho...

No âmbito acadêmico, não poderia deixar de agradecer a cada professor(a) da rede pública de ensino que fez parte da minha formação, em especial àqueles que se revoltam, e lutam verdadeiramente pela educação pública, gratuita e de qualidade. Obrigada por semearem inquietações as quais me afetaram “só depois”.

Agradeço em especial à professora Janaina Brum, pela orientação camarada na Iniciação Científica que cativou nesse peito revolucionário o encantamento pela análise materialista do discurso, demonstrando que a ciência tem sim ideologia e que, apesar de cientistas, temos o dever de ousar pensarmos e nos revoltarmos.

Agradeço à professora Aracy Ernst, que assumiu a tarefa de orientar este trabalho quando ele tinha apenas a forma de muitos questionamentos, de uma jovem que acreditava ser capaz de abraçar o mundo. Obrigada pela escuta acolhedora e afetuosa, por direcionar o desenvolvimento deste texto e por inspirar tantas análises de discurso a arriscar não dizer o óbvio.

Agradeço também aos professores Luciana Vinhas e Rodrigo Fonseca, por aceitarem fazer parte deste processo, compondo minha banca de qualificação e defesa, contribuindo com tanta capacidade intelectual, responsabilidade teórica e afeto com a construção deste trabalho.

Agradeço às colegas/amigas Luiza Prates, Mariana Link e Shaiane Neves, por compartilharem vivências, leituras e inquietações nessa jornada acadêmica que, por diversas vezes, pode ser dura e nos afetar emocionalmente.

Agradeço ao Santiago pelo acolhimento e direcionamento, por ser desses afetos que me inspiram.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, garantindo o privilégio (devido aos cortes orçamentários) de poder ser pesquisadora durante um governo que desvaloriza a ciência.

Agradeço ao meu grande amigo/pai Márcio, leitor de tantos trabalhos desde o ensino fundamental à universidade, meu parceiro de discussões, co-autor em artigos e incentivador de qualquer investida minha. Te agradeço por alicerçar tantos sonhos, por ser uma lição de amor e por acreditar em meu potencial para romper tantas barreiras impostas pela nossa realidade subalterna, obrigada por compartilhar tuas inquietações e por me alimentar com teu desejo de mudar o mundo.

Agradeço aos meus irmãos Cristofer e Gael, por figurarem em minhas melhores memórias e por possibilitarem momentos de leveza e descontração mesmo quando o mundo parece desmoronar. Obrigada por serem exemplos de superação, de resistência e amor próprio, cada um de vocês me ensina lições cotidianas que levo sempre comigo.

Agradeço à minha mãe Veridiana, por me ensinar sobre a importância do recomeço, por inverter papéis quando preciso e sempre procurar a interlocução com afeto. Obrigada por seguir tentando, mesmo com tropeços e contratempos, seja sempre essa metamorfose.

Agradeço ao meu companheiro Bruno, pelo crescimento lado a lado, pela camaradagem terna e revolucionária capaz de ser por vezes inspiração, e também combustível para seguir em frente. Gratidão por compartilhar a bancada de estudos, as inquietações cotidianas e por ser abrigo em meio à tempestade.

Agradeço ao Dionatan pelo encorajamento, desde o ensino fundamental até o final da graduação, pela parceria em tantos trabalhos. Obrigada, meu amigo, pela flexibilidade para trabalhar em dupla e pela troca cotidiana que nos constituiu como professores.

Agradeço aos colegas do CTG Carreiros do Sul e do Dojô Espaço Artes Marciais, sobretudo à Shihan Lisete Machado, por possibilitarem momentos de disciplina, descontração e felicidade através da arte, sendo o refúgio que eu precisava para manter a lucidez durante este processo.

E por fim, agradeço aos camaradas do Juntos e do Movimento Esquerda Socialista, pela formação militante e por compartilharmos a luta por dias melhores, em que seja possível viver com dignidade. Obrigada pelo afeto revolucionário, o qual demonstra que é preciso endurecer, mas jamais perder a ternura.

*uma brecha no muro,
e fazer ecoar,
com voz surda que seja,
e sem outro valor,
o que se esconde no peito,
no fundo da alma
de milhões de sufocados.
Algo por onde possa filtrar o pensamento,
a ideia que puseram no cárcere.
(Carlos Marighella)*

DIAS, Jenifer da Silva. **Uma análise discursiva sobre o repetível: as manifestações intervencionistas de 2020/2021 e os saberes da ditadura militar.** Orientadora: Aracy Ernst. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Texto, Discurso e Relações Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

RESUMO

A aproximação dos saberes entre o regime ditatorial militar e as manifestações intervencionistas após as eleições de 2018 colocam em jogo o repetível na ordem da história e do discurso. Em vista disso, trabalhamos ao longo do presente trabalho com as relações entre a censura, o controle dos Aparelhos Ideológicos de Estado e a constituição da memória social brasileira, a qual, por recalcar os dizeres oposicionistas à ditadura, reforçam um imaginário positivo associado aos militares que permite a repetição da reivindicação por intervenção militar. Ao fazermos o batimento entre os enunciados da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* de 1964 e das manifestações intervencionistas de 2020/2021, percebemos a regularidade dos atravessamentos do anticomunismo nos enunciados, de forma que, no percurso analítico, percebemos a reatualização dos elementos da Formação Discursiva Anticomunista alinhada aos movimentos que visam a intervenção militar. Nossa pretensão, ao longo deste trabalho, é proceder a uma reflexão sobre a fragilidade de nossa democracia que coloca em jogo, diante das crises políticas, a possibilidade de instauração de um regime militar, o que corrobora com a afirmação de que as marcas da ditadura militar seguem fazendo eco na prática política brasileira e seus sentidos seguem permanentemente em disputa.

Palavras-chave: Manifestações intervencionistas; Ditadura; Marcha da Família com Deus e pela Liberdade; Repetição; Memória.

RÉSUMÉ

L'approche des savoirs entre le régime dictatorial militaire et les manifestations interventionnistes après les élections de 2018 révèle le répétable dans l'ordre de l'histoire et du discours. En raison de cela, nous travaillons, au long de cette étude, les rapports entre la censure, le contrôle des Appareils Idéologiques d'État et la constitution de la mémoire sociale brésilienne, qui, en refoulant les direx oppositionnels à la dictature, renforce un imaginaire positif lié aux militaires qui permet la revendication de l'intervention militaire. Lorsque nous mettons en parallèle les énoncés de la *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade de 1964* et des manifestations interventionnistes de 2020-2021, nous percevons la régularité des croisements de l'anticommunisme dans les énoncés, de sorte que dans le parcours analytique, nous comprenons la réactualisation des éléments de la Formation Discursive Anticommuniste liée aux mouvements qui visent l'intervention militaire. Ce que nous prétendons, au cours de ce travail, c'est de réfléchir à propos de la fragilité de notre démocratie qui met en jeu, face aux crises politiques, la possibilité de l'instauration d'un régime militaire, ce qui corrobore l'affirmation que les traces de la dictature militaire continuent de résonner dans la pratique politique brésilienne et leurs sens poursuivent en permanent conflit.

Mots-clés : Manifestations Interventionnistes; Dictature; Marcha da Família com Deus e pela Liberdade; Répétable; Mémoire;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Convite às mulheres: Marcha da Família com Deus e pela liberdade.....	54
Figura 02 - Objetos do dizer que permeiam os movimentos.....	58
Figura 03 - Propaganda do Governo Médici: O Brasil é o país do futuro..	76
Figura 04 - Reportagem do Jornal do Comércio	77
Figura 05 - Foto da manifestação intervencionista.....	97
Figura 06 - Foto de manifestação bolsonarista	104
Figura 07 - Foto de Bolsonaro na manifestação intervencionista.....	108
Figura 08 - Faixa com a inscrição: “Comunismo não, democracia sim”...	112
Figura 09 - Cartaz na manifestação de 2021.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sequências Discursivas mobilizadas para análise.....	94
Quadro 2 - Sistemas político econômicos x Formas de governo.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise Materialista do Discurso

AIE - Aparelho Ideológico de Estado

AI-5 - Ato Institucional nº5

CP - Condições de Produção

EMC - Educação Moral e Cívica

FD - Formação Discursiva

FDA - Formação Discursiva Anticomunista

FI - Formação Ideológica

LSN - Lei de Segurança Nacional

MI - Movimento Intervencionista

MFDL - Marcha da Família com Deus e pela Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SD - Sequência Discursiva

STF - Supremo Tribunal Federal

OSPB - Organização Social e Política Brasileira

SUMÁRIO

Apresentação: entre o pessoal e o acadêmico	14
0: Para dizer ditadura, é preciso dizer democracia	19
0.1 A democracia é para quem? Neoliberalismo e a política da vida privada.....	26
1: A história se repete? ditadura, repressão e memória	35
1.1 Silêncio, apagamento e interdição do dizer.....	41
1.2 Movimento intervencionista e Marcha da Família com Deus e pela Liberdade.....	51
2: Ideologia, violência e controle dos aparelhos ideológicos de estado	59
2.1 Educação para conter a ameaça comunista - mordaza do ontem e do hoje.....	65
2.2 Mídia e construção do imaginário positivo associado à ditadura.....	73
2.3 Revolta clandestina e disputa pelos sentidos.....	79
2.4 Acabem com o comunismo e tomem o poder em nome de Deus: Aparelho Ideológico Religioso.....	86
3: Descrição de elementos metodológicos e interpretação do arquivo	90
3.1 Ficam os enunciados, mudam os acontecimentos: condições de produção do ontem e hoje.....	95
3.1.1 Caracterização do cenário político pré-ditadura e a relação com as condições de produção do movimento intervencionista.....	96
3.2 “Acabou! Acabou a época da patifaria! é agora o povo no poder” - contradição e/ou perversão? Discurso de Bolsonaro aos manifestantes.....	101
3.2.1 Palavras de ordem dos manifestantes: o anticomunismo como prática política.....	107
3.2.2 A propósito de uma caracterização da FD anticomunista.....	123
Efeito de fechamento	126
Referências	129

Apresentação: entre o pessoal e o acadêmico

Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias eram assim
E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim
(Ivan Lins)

Durante a infância e a adolescência ouvi inúmeras vezes as canções de Chico Buarque, Caetano, Belchior e Gil com meu pai. As letras que tanto me inquietavam eram motivo de inúmeras perguntas. Ao inquirir sobre os sentidos das músicas ao meu pai, ele referia-se sempre a um tempo distante para explicar do que falavam aquelas canções. Atentamente, ouvia as explicações sobre como eram os dias durante o regime militar e, mesmo que a arte dissesse “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”, os anos de chumbo pareciam muito distantes, impossíveis. Aqueles momentos marcaram o meu despertar para a compreensão dos fatos sombrios de nossa história, incitando-me à resistência e à luta política contra as injustiças sociais. Mas a crença de que o estado de exceção havia findado e a democracia no Brasil havia chegado para ficar se mantinha presente. O passar dos anos estilhaçaram meu idealismo, e 2015 veio para escancarar a perversão que historicamente tem se feito presente na história de nosso país, mas na atualidade chegou de forma avassaladora.

Em 2016, enquanto assistia à votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, sofri com a homenagem ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra no discurso-voto de Jair Bolsonaro, favorável ao impedimento da primeira mulher eleita Presidente da República de concluir seu mandato. Naquele fatídico 23 de abril, tive a certeza de que estávamos cercados pela política do ódio, pelo obscurantismo e pelo revisionismo histórico. A idolatria a um torturador na fala do parlamentar, dentro da

lógica da democracia representativa, me afetou tanto que, de lá para cá, as reflexões sobre a ditadura e as relações com o presente atravessam minha prática acadêmica e política.

As feridas do regime ditatorial seguem abertas, mesmo que a lei da anistia tenha imposto um perdão aos torturadores e aos militantes. Há tantos resquícios da violência institucionalizada e da perseguição política durante o regime militar que vivenciamos hoje um duro processo de desarticulação e deslegitimação das forças políticas no espectro da esquerda, além do fortalecimento de movimentos conservadores em prol da intervenção militar, do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e da instituição de um novo AI-5.

Esses movimentos materializam o caráter autoritário da extrema-direita brasileira e confrontam o presente com o passado perverso da ditadura militar. Diante do apelo a um novo regime militar no Brasil, proponho-me a tarefa de voltar meu olhar, vestido com a lente teórica da Análise de Discurso, para os enunciados das manifestações do movimento intervencionista de 19 de abril 2020 e 1º de maio de 2021, os quais tendem à repetição, à paráfrase, recuperando já-ditos das décadas de 1960, 1970 e 1980, época em que o Brasil enfrentou a ditadura militar, com práticas de perseguição, tortura e assassinato a opositores.

A repetição dos saberes do regime ditatorial (1964-1985) e a proposição de uma intervenção militar como alternativa política revela as lacunas na memória social brasileira, fortemente marcada pelo silenciamento. No texto “Maio de 1968: os silêncios da memória”, com o intuito de investigar a relação entre censura e memória, Orlandi parte do texto de Pêcheux, publicado na mesma obra, “Papel da memória”, buscando compreender

a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, [...] joga em dupla forma: a. o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se, e b. o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. (2010, p. 60)

A partir da reflexão sobre como os acontecimentos se inscrevem na memória, a autora argumenta que a censura é uma nuance entre a e b: “é como se não tivesse ocorrido(b), não porque foi absorvido mas, ao contrário, justamente porque escapa à inscrição na memória(a)” (ORLANDI, 2010, p. 60).

Ao problematizar a interferência da censura para a inscrição na memória, a autora mobiliza também a ideia de que sentidos possíveis, de oposição e resistência, “foram estancados em um processo histórico-político silenciador”. Esse processo nos interessa neste trabalho, visto que afeta a memória e trabalha na produção de discursos autoritários. A interdição dos dizeres de revolta ao regime militar, pela ação da censura, produz a falta de “já-ditos” de oposição, o que favorece a manutenção dos sentidos relativos ao Estado de exceção.

Presumimos que é a partir das lacunas na ordem da memória que a reivindicação de uma intervenção militar é possível, visto que “a memória é, ela mesma, condição do dizível” (ORLANDI, 2010, p. 61). Ou seja, pelo silenciamento e pela dificuldade de inscrição da memória na ordem dos acontecimentos que se opunham ao regime e da resistência, que objetivava derrubar a ditadura militar, prevalecem sentidos que fortalecem o efeito positivo e restaurador associado à ditadura. E esse apagamento pode contribuir para que, sempre diante de uma crise do Estado, possa ser recuperada a defesa de um regime ditatorial.

Nessa lógica, mesmo diante de uma nova conjuntura social e política, saberes em consonância com o regime ditatorial reconfiguram-se e demonstram a sobrevivência de uma ordem autoritária no cenário político brasileiro. É por isso que nos debruçamos sobre o funcionamento discursivo dos enunciados em conformidade com a ordem ditatorial militar, com o intuito de compreender também a forma como esses movimentos cooptam os manifestantes.

A partir desta proposta, pretendo analisar como a interdição aos sentidos - censura imposta ao discurso de resistência e denúncia à ditadura militar, especialmente após a instituição do AI-5 -, bem como o processo de saturação da sociedade brasileira com sentidos positivos associados à ditadura, incidem na produção e no funcionamento do(s) discurso(s) parafrásticos do movimento intervencionista de 19/04/2020 e 1/05/2021, os quais resgatam memórias da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. Para tanto, ancoro-me teórica e analiticamente na Análise Materialista do Discurso, proposta desenvolvida por Michel Pêcheux, que associa saberes advindos do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise, permitindo articular os processos de produção

discursiva que materializam, na língua, a forma como o assujeitamento ideológico incide no sujeito via inconsciente.

Ao propor-me a analisar os processos discursivos que fundam a construção de um movimento que visa, em última análise, ao fim das liberdades democráticas, objetivo contribuir com um processo de resistência teórica. Posto isso, diante dos retrocessos e a par da inexistência de neutralidade no discurso científico, pretendo operar, sustentada no aparato teórico da AD, as contradições dos discursos dos movimentos sociais intervencionistas de 2020/2021 e da *Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade*, suas filiações ideológicas, bem como a forma como a memória incide na construção discursiva.

Para orientar nosso percurso teórico-analítico, buscamos estabelecer possíveis relações entre enunciados do regime ditatorial (faixas da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”) e as manifestações intervencionistas de 2020 e 2021 a partir da noção de paráfrase, propondo discussões sobre o que é repetível na ordem da história. Além disso, analisamos possíveis inscrições da resistência à ditadura na memória. Discutimos também a disputa de sentidos entre o discurso da repressão e o discurso de oposição à ditadura; e, também, refletimos acerca do papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado no processo de censura e consolidação do imaginário positivo associado ao regime ditatorial.

É importante demarcar que enuncio de um lugar de militância e de pesquisa, deste lugar conflitante de alguém que, por um lado, luta mas, por outro, reconhece, pela prática política e científica, as contradições e os problemas de uma sociedade dividida em classes. Demarcar este lugar enunciativo é importante para mim, porque vivenciar o apelo à época mais obscura deste país em face dos movimentos sociais, me afeta, me emociona e me entristece. É por isso que a escolha da temática desta dissertação de mestrado não é por acaso ou aleatória. Assim como a tantas analistas de discurso, o tema me escolheu, me chamou à reflexão, à resistência teórica e ao risco de não dizer o óbvio, desacomodando sentidos de um tempo no qual os sujeitos como eu eram obrigados a calar.

Minha proposta de pesquisa vai ao encontro do que acredito ser o papel das pesquisadoras, especialmente as que se inscrevem no campo teórico das ciências sociais e da linguagem, - cumprir com o papel social de questionar a conjuntura

histórica, social e política, bem como de investigar e denunciar a forma como as instituições trabalham no fortalecimento do autoritarismo. Essa defesa é amparada por um pressuposto da prática científica desenvolvido por Pêcheux de que “as condições da produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições da reprodução/transformação das relações de produção” (2014, p.172). Assim sendo, os interesses de pesquisa também são determinados pelas relações de desigualdade-subordinação, ou melhor, pela luta de classes.

Afetada por meu lugar histórico na luta de classes, tentando compreender as relações desiguais de comando-obediência às quais estou assujeitada, ousou propor esta pesquisa como uma forma de resistência aos retrocessos políticos. Neste ciclo de repetibilidade, de perseguição a inimigos inventados, os mesmos do passado repaginados e reconfigurados no presente, proponho-me o desafio de produzir, investigar, analisar os efeitos e os funcionamentos discursivos que colocam a sociedade brasileira frente a frente com o passado repressivo do regime militar de 1964. Pesquisar sobre a ditadura passada, em face do cenário político atual, torna-se um movimento necessário na disputa pela memória. É urgente dizer, mais uma vez, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”¹!

¹ O enunciado “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” é título da obra de Gallo (2012), mas também palavra de ordem de diversos movimentos sociais, como o movimento estudantil, na luta em prol da memória dos que lutaram contra a ditadura militar.

0.0 Para dizer ditadura, é preciso dizer democracia

LIBERDADE

Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em fêrvido transporte,
darei que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.

Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.
E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome
(Luiz Carlos Marighella)

Ao pensar a aproximação entre os dizeres do regime ditatorial militar e os movimentos intervencionistas do presente, de imediato pensamos na democracia, nesta estrutura de funcionamento do Estado que, sob o comando de uma política autoritária, pode estar ameaçada. Qualificamos as práticas políticas e discursivas da atualidade brasileira, que flertam com a ditadura, como antidemocráticas, ainda que o signo democracia esteja presente inclusive nas falas da extrema-direita em apelo ao regime militar. Ditadura e democracia são categorias tão conflitantes que nos levam à necessidade de dissertar sobre elas e suas contradições.

Debruçamo-nos sobre as elaborações em torno da democracia em uma perspectiva bastante específica, trata-se de delimitar teoricamente o conceito e os atravessamentos do discurso político nessas implicações. É em virtude desta perspectiva do discurso político que a contradição fica tão evidente, visto que “todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo” (COURTINE, 2006, p.68). Ao refletirmos sobre a democracia submetida ao funcionamento do discurso político, precisamos atentar para as contradições, ou seja, é fundamental resgatarmos o processo da luta de classes.

Os principais dicionários *onlines*², em uma busca rápida nos sites de pesquisa, apontam a democracia como sendo o governo em que o povo é soberano, classificando-a como antônimo de monarquia, autocracia, ditadura, absolutismo e aristocracia. A democracia nos verbetes de dicionários representa uma forma política idealizada, representativa, pensada para o bem comum. No entanto, para discorrer sobre ela é necessário ampliarmos e aprofundarmos um pouco mais este conceito, partindo da ideia de governo do povo. Perguntamos: trata-se de uma escolha do povo? De um governo que represente os interesses do povo? Que garanta acesso político ao povo? Todos esses questionamentos nos levam a uma dúvida ainda maior - quem controla as ideias do povo?

Essa definição reducionista dos dicionários permite que pensemos inclusive sobre quem é o povo na perspectiva do governo democrático. No Brasil atual, o chefe do executivo em seus pronunciamentos, alguns analisados por nós no presente trabalho, utiliza bastante essa designação para referir-se apenas a seus apoiadores/eleitores; logo, surge a questão: a democracia na conjuntura presente representa apenas aqueles que apoiam quem está no poder? Parece-nos que nos debruçarmos sobre a tarefa de pensar sobre a democracia a partir de nossa formação social é uma maneira de encontrarmos desdobramentos a esses questionamentos iniciais.

Como pontapé inicial da nossa reflexão, é fundamental situarmos de qual formação social parte nosso debate sobre a democracia, trata-se de pensarmos a democracia na lógica do capitalismo e afetada pelas contradições constitutivas da luta de classes. Partindo desse princípio, Mascaro aponta o que é a forma política democrática no sistema capitalista:

No capitalismo, a forma política democrática está entranhada à forma jurídica, residindo aí seu talhe, seu espaço típico e seus limites. Os agentes econômicos são tornados sujeitos de direito e, como extensão dessa subjetividade para o plano político, cidadãos. Tal qualificação dos direitos políticos granjeia o acesso ao Estado segundo direitos, deveres, garantias, poderes e obrigações estatuídos juridicamente. Trata-se de um investimento à vida política nos termos da atribuição jurídica para tanto. Seu locus fundamental é o direito, desdobrado no plano eleitoral e no plano da constituição e do resguardo da subjetividade mínima suficiente à reprodução do capital. (MASCARO, 2013, p.96)

² Fundamentamos esta afirmação em nossa busca realizada nos sites <https://www.dicio.com.br/>, <https://michaelis.uol.com.br/>, <https://aulete.com.br/>.

Althusser (1985) argumenta sobre o funcionamento do aparelho repressivo de Estado, alicerçado em forças policiais e jurídicas para garantir a dominação dos sujeitos e reproduzir as relações de produção do sistema capitalista. Se aproximarmos o papel do aparelho jurídico de Estado como sendo este aparelho fundamentalmente normatizador/contralador com a forma política democrática, podemos inferir que a democracia, normatizada pela forma jurídica, serve sobretudo à manutenção da ordem dominante, e nossa ideia de democracia é também afetada pelo capital, visto que para a classe dominante “o seu direito não é senão a vontade da sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de existência de sua própria classe” (MARX; ENGELS, 2001, p.69).

Atravessados pela ordem dominante capitalista, no senso comum, de imediato associamos uma série de sentidos ao signo democracia, como por exemplo, plebiscito, eleições diretas, participação política, etc. Todos estes sentidos relacionam-se também com a lógica jurídico-burguesa de democracia que reserva aos cidadãos a ideia ilusória de participação no processo político de escolha dos governantes, através do processo eleitoral, por exemplo. Esses sentidos evidentes relacionados à democracia são, por sua vez, produtos do trabalho da ideologia, que fornece aos sujeitos uma rede de evidências através das quais todo mundo sabe o que é uma democracia (Cf. Pêcheux, 1997).

Se a lógica de funcionamento do Estado garante a reprodução da ideologia dominante (Cf. Althusser, 1985), logo os saberes relacionados à democracia engendrados no senso comum, são aqueles que prevêm os interesses da classe dominante, dessa maneira, o sentimento de participação política, garantido pelas eleições é também um mecanismo do Aparelho de Estado para conter as revoltas populares, sob a simulação da participação social dos cidadãos no processo de escolha dos governantes. O Estado capitalista-jurídico, oferece, portanto, aos sujeitos a forma-política democrática, como uma espécie de mercadoria que desperta um suprimimento da vontade política de autonomia e liberdade de escolha, simulando o controle que o Estado exerce até mesmo sobre essas escolhas ao transformar o sujeito de direito em sujeito eleitor/cidadão (MASCARO, 2013).

Rancière (2014) nos propõe uma reflexão relacionada ao funcionamento de um governo democrático na lógica do capitalismo, em que ele, para garantir sua manutenção, precisa conter a democracia, visto que “a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele” (RANCIÈRE, p.14). Ou seja, os governos, na lógica da democracia representativa burguesa, oferecem experiências democráticas de participação popular, atrelando a democracia apenas à lógica eleitoral; no entanto, se expandirmos a democracia a outras questões da vida política como o acesso à moradia, à alimentação, aos direitos reprodutivos, à educação, etc, perceberemos que uma sociedade democrática está mais próxima da utopia do que da existência material.

Outro ponto fundamental para pensarmos a democracia e a liberdade de escolha são as condições de acesso aos processos eleitorais e à participação política. Para votar e ser votado no Brasil, há uma série de normas jurídicas que trabalham para o fim de limitar, inclusive a experiência democrática. Na medida em que se oferece aos sujeitos a autonomia de escolher “de igual para igual” seu representante político, limita-se o acesso ao debate político, pela desigualdade de classe, de raça e gênero, limitando-se também a possibilidade desses mesmos grupos sociais ocuparem espaços na política institucional, visto que o alcance dessas figuras é proporcional ao seu capital social, cultural e sobretudo econômico. Pertence à classe dominante a tarefa de legislar sobre a democracia e também sobre os meios para assumirem o protagonismo político necessário para serem a maioria nos espaços de governabilidade.

A democracia sob a forma da liberdade de escolha oferece ferramentas para simular a participação política popular, no entanto, não oferece meios para a transformação real das formas de reprodução das relações de produção. Na medida em que a democracia excede o papel de reprodução das relações de domínio, tornam-se necessárias intervenções para conter o que podemos chamar de democracia real, ou seja, aquela que desconstrói as formas de opressão e sujeição da classe dominante sobre a dominada. Ou seja:

Toda vez que a sociabilidade capitalista pode ser superada, mecanismos políticos antidemocráticos se apresentam e interferem nesse processo. As formas sociais necessárias à reprodução do capitalismo têm peso estrutural determinante contra as eventuais formas políticas democráticas destoantes. Se o capitalismo porta a democracia como forma política típica, porta no mesmo grau e do mesmo modo a ditadura e os fascismos como suas formas políticas típicas para o caso de disfunção de algum de seus mecanismos. (MASCARO, 2013, p. 100)

Tomemos o contexto da intervenção militar no Brasil. Sob o argumento da ameaça dos saberes comunistas na democracia brasileira, a partir da popularização de ideias como a reforma agrária, política e educacional, grande parte da classe média e do empresariado brasileiro mobilizou-se para defender a intervenção dos militares no governo presidencial, ocasionando o golpe de João Goulart, o então presidente, propositor das reformas de base. Qualquer possibilidade de transformação na democracia liberal, que pudesse representar uma ameaça à ordem dominante era controlada pela mesma burguesia que sempre esteve no poder. A democracia funciona, portanto, como um regime de conveniência, para dissimular as desigualdades e conter os processos de revolta.

O que depreendemos até aqui é que a relação entre a democracia liberal e o capitalismo é tão codependente que qualquer crise do capital pode também representar uma crise da democracia. Na medida em que o capital precisa exercer outras formas de poder, como as ditaduras, por exemplo, reforçam-se as formas de repressão e controle dos sujeitos, visto que estes não seriam mais contidos pela ilusão da participação política, mas sim pela violência estatal através de seus aparelhos repressivos.

Entendemos que, apesar das experiências ditatoriais, as democracias liberais se estabeleceram como símbolo de estabilidade política, no entanto, mesmo com a aparente hegemonia democrática, há um movimento antagônico a elas que ganharam força nas urnas e nas ruas, com representantes políticos como Jair Bolsonaro e Donald Trump. De acordo com Mounk,

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência. (2018, p.17)

A tomada do poder por esses candidatos que boicotam as regras da democracia liberal dá-se sobretudo por um sentimento de insatisfação generalizada, essa insatisfação transformada em ódio precisa de um alvo, mas neste caso, o alvo é uma abstração, por exemplo, no Brasil, em 2018, o alvo era “tudo isso que tá aí”³. Tamanho ódio culminou na eleição do capitão reformado do exército, populista e defensor convicto do regime ditatorial militar. Pela via da democracia burguesa, ascendeu ao poder justamente quem compactua com discursos de boicote à estrutura estatal democrática. A partir dessa experiência recente, percebemos a contradição constitutiva da prática política. Na dissimulação do agente causador das desigualdades, ou seja, o capital, grande parcela do povo se volta contra às estruturas do parlamento, do judiciário e projetam suas expectativas na figura de Jair Bolsonaro para combater, com sua política de ódio, toda a estrutura de poder vigente, sobretudo para combater as políticas construídas pelos governos do PT, os quais, na lógica bolsonarista, foram os causadores da crise política brasileira. Diz-nos Mounk:

Essa visão de mundo engendra dois desejos políticos, e a maioria dos populistas é suficientemente esperta para abraçar ambos. Primeiro, dizem os populistas, um líder honesto — que partilhe da opinião pura das pessoas e esteja disposto a lutar em nome delas — precisa galgar os altos escalões do poder. E, segundo, depois que esse líder honesto estiver no comando, precisa acabar com os obstáculos institucionais que o impeçam de cumprir a vontade do povo. (2018, p. 21)

Nesse jogo de ódio às instituições, característico dos líderes populistas de extrema-direita, a ascensão de Jair Bolsonaro coaliza a dissimulação da honestidade, da simplicidade do patriotismo e da religiosidade, fortalecendo sua imagem de justiceiro, indignado com a estrutura vigente e próximo do povo, uma vez que defende valores fundamentais como a moral, a família e a verdade⁴, elementos que, para os apoiadores do então Presidente da República, pesam mais do que a democracia. Mounk (2018) defende a ideia de que o populismo da atualidade “busca

³ Aqui fazemos referência ao enunciado utilizado por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral em 2018.

⁴ Aqui fazemos referência à citação bíblica utilizada pelo Presidente em diversos discursos, inclusive em sua posse: “João 8:32 - Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”

tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais” (p.49). Essas instituições, mesmo que controladas pelas classes dominantes, são os pilares que sustentam a manutenção da democracia burguesa; com o enfraquecimento delas, torna-se possível a tirania dos líderes populistas, que, na medida em que ascendem ao poder, governam por conveniência e não aliados aos interesses do povo que o elegeu.

Esse fenômeno do desejo de destruição das instituições como o parlamento e o poder judiciário é impulsionado justamente pela incompreensão do que funda as crises sociais e políticas, e essa ignorância leva inclusive apoiadores do chefe do executivo às ruas, com palavras de ordem como “fechem o Supremo Tribunal Federal”. O que tem acontecido no Brasil é o que Mounk (2018) chama de democracia sem direitos, em que o povo, motivado pelo ódio, elege um representante político que enfraquece as estruturas democráticas e governa, através de conchavos, em benefício próprio, mesmo que isso desencadeie uma série de retirada de direitos da população.

Nesse cenário polarizado pelo ódio, a política do nós contra eles ganha força. As estratégias adotadas por Jair Bolsonaro para manter seus apoiadores são transferir a responsabilidade da ineficiência de seu governo aos outros poderes, legislativo e judiciário e deslegitimar qualquer ação de seus opositores, invalidando os discursos da mídia, dos parlamentares e dos militantes de movimentos sociais. A equipe do chefe do executivo utiliza suas próprias ferramentas em sites de redes sociais para informar seus eleitores, de uma perspectiva parcial e, muitas vezes, falsa. Com isso, Bolsonaro se aproxima do que Mounk argumenta sobre os líderes populistas, eles:

tendem a se tornar cada vez mais iliberais à medida que seu poder aumenta. Com o tempo, passam a considerar toda voz dissonante como traição e concluem que qualquer instituição que fique em seu caminho é uma deturpação ilegítima da vontade do povo. (MOUNK, 2018, p. 61-62)

Ao reduzir a oposição à imagem de traidores do povo, limita-se a possibilidade do debate de ideias, da divergência de opiniões e constrói-se, no cenário atual brasileiro, uma aparente hegemonia bolsonarista àqueles que acessam apenas os veículos de informação validados pelo Presidente.

Com a limitação da capacidade de diálogo, do uso livre da palavra podemos inferir que a democracia está ameaçada no Brasil, essa além de limitada pela força da lei, da normatização e do controle do desejo dos sujeitos impostos pelo juridismo (DUNKER, 2018) é também limitada pelo ódio, pelo apelo à intervenção militar e pela polarização que antagoniza cidadãos de um mesmo país. Segundo Dunker,

a realização social do ideal democrático, como ordem social de igualdade, aumenta a tensão agressiva entre os indivíduos, o que os impulsiona para a luta de prestígio e distinção, para tomar parte na elite o que parece constituir uma primeira negação da democracia. (2018, p.19)

Além de acirrar as divergências através da polarização política dos apoiadores e opositores do governo, esse modelo sistêmico, a partir da dissimulação da igualdade democrática, coloca sobre os sujeitos, dentre tantos outros aspectos, a responsabilidade de seu sucesso financeiro/profissional ou da falta dele de forma com que se voltem uns contra os outros e não conta o sistema capitalista. Essa individualização, a competitividade, o desejo de pertencer à elite e a crise política instaurada no Brasil, faz-nos voltar nosso olhar ao funcionamento do neoliberalismo.

0.1 A democracia é para quem? Neoliberalismo e a política da vida privada

Para compreendermos a forma como neoliberalismo tem operado na sociedade, é fundamental pontuarmos que ele excede um modelo econômico de produção e gestão das empresas. O neoliberalismo assumiu um *status* ideológico de sujeição dos sujeitos, influenciando nossa forma de trabalho, nossas relações sociais, nossas opiniões... Ele passou a ditar uma norma de vida das sociedades, fazendo com estejamos todos submetidos à sua lógica de competitividade. Não bastasse a influência política nas relações de exploração do trabalho, o neoliberalismo passou a ocupar um lugar central nos parlamentos e no poder executivo de muitos países, atestando a eficácia dessa nova estratégia de dominação capitalista (DARDOT e LAVAL, 2016).

No Brasil de 2022, fortemente marcado pelo desemprego⁵ e pela miséria, alternativas como o empreendedorismo ganharam força. Os brasileiros

⁵ De acordo com o IBGE, 11,9 milhões de brasileiros estão desempregados e 4,6 milhões estão desalentados. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

desempregados apostaram na narrativa vendida pelos capitalistas de que “ser próprio patrão” era a solução para toda a crise financeira enfrentada por eles. Nesse jogo pela sobrevivência, vemos, com cada vez menos nitidez, a imagem do Estado como o agente das crises e como o responsável por garantir direitos básicos à população, como saúde, educação, moradia, etc, visto que o sujeito, ao ser o “seu patrão”, torna-se o responsável pelo seu sucesso ou pela falta dele.

Em uma espécie de jogada de mestre, o capitalismo, pela necessidade de transformar-se, aperfeiçoou suas estratégias de dominação (DARDOT e LAVAL 2016) e, sob a forma do neoliberalismo, conseguiu invisibilizar ainda mais a luta de classes. Vivemos em uma espécie de social estilhaçado em que não nos percebemos como classe trabalhadora, mas como indivíduos com adversários em busca pelo emprego ideal e pelo prestígio social e financeiro. Sem o sentimento de classe, não percebemos o antagonismo entre dominados e dominantes e voltamo-nos, entre os dominados, uns contra os outros ao invés de unirmos forças contra os dominantes. Entender este processo é um desafio, visto que estamos submetidos a ele e ao funcionamento dos aparelhos de Estado, que parecem ter se reestruturado para reproduzir também essa forma de dominação neoliberal, como uma ideologia que nos interpela, nos individualiza e mascara os agentes de nosso sofrimento.

A política na narrativa neoliberalista assume o âmbito das deliberações das normas e perde seu *status* de proteção social. Os neoliberais utilizam de uma narrativa sobre o amadurecimento, na qual aqueles que buscam os meios de subsistência no próprio trabalho e não nos direitos que o Estado deveria conceder são adultos responsáveis, enquanto os que reivindicam direitos e um sistema de proteção e políticas públicas são vistos como crianças (SAFATLE, 2021). Comumente, ouvimos no Brasil a expressão “mamar nas tetas do governo”. Esse enunciado parece ser a materialização da forma como a nova política neoliberal enxerga os serviços e os servidores públicos, bem como aqueles que os acessam. Safatle diz-nos:

Da mesma forma, era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a “responsabilidade” por suas próprias vidas, aprendendo assim a

lidar com o mundo adulto de uma “sociedade de risco” (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos) (2021, p. 18).

Nessa metáfora de adultos e crianças, os que apostam nas iniciativas públicas, nas escolas, universidades, hospitais, etc e as defendem e frequentam, são discursivizados como infantis, preguiçosos, sem moral, como aqueles que precisam se nutrir do “leite materno” das tetas magras do Estado. Já os adeptos ou interpelados pela ideologia neoliberal, são imaginariamente construídos como sujeitos autossuficientes, maduros, trabalhadores, sujeitos de si. Após as eleições de 2018, a máxima “acabou a mamata” pareceu, de forma vulgar, dar o tom dessa política de enfraquecimento do Estado, de retirada de direitos que nos coloca no presente diante de uma série de retrocessos no que diz respeito ao serviço público⁶.

Com o enfraquecimento do serviço público, os índices de participação da juventude nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio e as matrículas nas universidades públicas foram os menores dos últimos anos⁷. A aposta no acesso ao conhecimento como alternativa à exploração do trabalho braçal parece já não ser uma alternativa aos jovens, e a perspectiva de vender sua força de trabalho volta a ser precoce em busca da subsistência. Todos os esforços voltam-se à conquista da propriedade privada e com cada vez mais abstração em relação à causa das desigualdades que jogam a juventude pobre em subempregos.

O apelo ao trabalho e à lógica do merecimento daqueles que se dedicam mais impõe a submissão à lógica da exploração capitalista como uma espécie de obrigação moral. Na narrativa neoliberal, os dignos e corretos batalham para conquistar suas propriedades, vendidas como a razão dos sonhos do proletariado. A vida dos sujeitos gira em torno do trabalho para conquistar sonhos materiais e privados. Como diz Safatle:

A recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta

⁶ Em 2022, retorna à Câmara dos deputados a discussão em relação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206, proposição do Deputado General Peternelli (PSL/SP), com relatoria de Kim Kantaguirri (DEM-SP), a PEC 206 prevê a cobrança de mensalidades na universidades públicas, e é um exemplo do enfraquecimento dos serviços públicos brasileiros. Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2231221>

⁷De acordo com os veículos de imprensa o número de inscritos de 2021 é o menor desde 2005. <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/07/24/enem-2021-tem-31-milhoes-de-inscritos-confirmados.ghtml>

moral. Sua defesa deverá ser não apenas assentada em sua pretensa eficácia econômica diante dos imperativos da produção da riqueza. Ela deveria se dar através da exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na “independência” em relação ao Estado e na pretensa autoderminação individual (2021, p. 20).

Sendo assim, o neoliberalismo não funciona apenas no nível econômico, mas age diretamente na subjetividade dos sujeitos, reproduzindo as relações de produção capitalista em sujeitos individualizados, sem o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora e com o entendimento que a moral e o amadurecimento só serão consolidados caso se submetam à lógica do trabalho pela conquista material.

Com a conquista da propriedade privada elencada como o objetivo central na vida dos trabalhadores, somada à estratégia da meritocracia, o sentimento de frustração e sofrimento psíquico do proletariado tem crescido ainda mais (SAFATLE, 2021). Se a narrativa neoliberal impõe a ideia de que somos os responsáveis por nosso sucesso ou fracasso e que, para “vencer na vida” é necessário apenas trabalhar muito, os sujeitos que não alcançam suas metas materiais vivem com um sentimento de culpa, de fracasso. Voltam-se contra si mesmos e não atribuem sua falta de sucesso financeiro à luta de classes, pois nem mesmo percebe-se pertencente a alguma classe. Nesse sentido, Safatle argumenta que:

As formas de sofrer aparecem como impossibilidade de operar uma reconversão geral da vida a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como “liberdade”. Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social (2021, p. 44).

Não bastasse os estímulos que nos levam ao desejo de consumir e acumular propriedades, e a responsabilização pelo fracasso, o neoliberalismo instaura uma norma competitiva nos sujeitos (DARDOT e LAVAL, 2016), impõe prazos e metas para conquistas pessoais, que, além de atrelar a razão da vida ao trabalho e à propriedade privada, também causa sofrimento pela velocidade com a qual conquistamos as metas, comparando-nos cotidianamente com nossos semelhantes e com os prazos que levamos para realizar as mesmas conquistas.

Desnudando a forma como o neoliberalismo opera, percebemos que, apesar de, em linhas gerais, não utilizar da violência física para garantir a subserviência,

como fazem os regimes ditatoriais, ele é também violento, pois se naturaliza no cotidiano dos sujeitos sob a forma da liberdade de escolha e de consumo, de maneira a tornar-se cada vez mais imperceptível aos dominados. O sistema capitalista neoliberal

escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedida aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos [...] O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades, Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 21)

As crises que colocam em xeque a sobrevivência do capitalismo ditam necessárias reconfigurações. Pensar o neoliberalismo como uma reconfiguração de imagem e tática do capital pode ser produtivo para investigá-lo sob uma lente marxista. É preciso compreender que o capitalismo segue sendo o motor da história, submetendo o Estado e os sujeitos à sua acumulação (DARDOT e LAVAL, 2016).

Pensando o neoliberalismo como uma reconfiguração do capital, de uma perspectiva discursiva, é possível encontrarmos diversos indícios dessa nova roupagem. Passamos a mudar o nome das coisas, trocamos os signos para que os efeitos de sentido sejam outros. Interpelados pela ideologia neoliberal, passamos a chamar “trabalhador” de “colaborador”, por exemplo. As palavras, como sabemos, carregam sentidos afetados pela história, e especificamente o significante “trabalhador” está atrelado a uma memória de lutas dos movimentos sociais, de greves, de denúncias sobre a exploração e organização dos sindicatos. A escolha das palavras é produto da luta de classes, e não à toa renomear “trabalhador” é tão produtivo para a manutenção da mesma lógica de exploração.

Mudando a forma como os próprios trabalhadores nomeiam-se, altera-se a forma como esses sujeitos se reconhecem nas relações de produção. O sujeito colaborador vê-se como peça fundamental, que coopera em prol de um sonho coletivo, o crescimento da empresa em que trabalha, o sucesso de sua equipe, o cumprimento das metas. Suprimir o significante trabalhador da produção é uma forma de garantir o apagamento de todo o histórico de lutas e exploração que essa palavra carrega, bem como os seus sentidos, aprimorando a eficácia da dominação, esvaziando as revoltas sindicais, afetando as subjetividades daqueles que passam a

ver-se como peça fundamental nas empresas e tornando os sujeitos ainda mais produtivos.

Até aqui, nossos esforços centram-se em demonstrar a forma como o neoliberalismo opera na lógica do mercado, sobretudo na vida e na subjetividade dos trabalhadores. No entanto, ainda é preciso discorrer sobre um ponto crucial na forma de (re)organização do Estado e na incidência de seus aparelhos para garantir o funcionamento de governos neoliberais, visto que para produzir sujeitos interpelados e em conformidade com a ideologia neoliberal, foi necessário o uso do poder do Estado, o que nos faz afirmar que apesar do neoliberalismo trabalhar em um pressuposto de Estado mínimo, isso não significa um Estado ausente. Esses processos de reformulação não se dão sem disputa política, por isso, a austeridade do neoliberalismo.

Como já pontuamos, as mudanças na roupagem do capitalismo dão-se em virtude de suas crises. O neoliberalismo surge, portanto, como uma crise do próprio liberalismo, para suprir suas carências e lacunas e ser ainda mais eficiente na proteção da propriedade privada. O liberalismo com suas disputas e adversários políticos enfrentava uma crise de governamentalidade, “isto é, uma crise que apresenta essencialmente o problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal dessa intervenção”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.38)

Dessa maneira, diante dos entraves para a intervenção política, transformar as estratégias de sujeição dos sujeitos era a alternativa cabível para a manutenção da hegemonia capitalista. Os aparelhos ideológicos de Estado (Cf. Althusser, 1985) incorporaram as normas neoliberais e reproduzem os seus saberes para intervirem na subjetividade dos sujeitos. No Brasil, o aparelho ideológico escolar, por exemplo, tem sofrido diversas alterações curriculares para promoverem a liberdade de escolha em relação às disciplinas que serão cursadas pelos jovens do ensino médio. As reformas curriculares, sob a aparência da liberdade, dissimulam a produção da ignorância ao tornar facultativas disciplinas que propõem reflexões importantes sobre a vida em sociedade, sobre a luta de classes e a história.

Nessa lógica de reorganização subjetiva no nosso modo de vida, é fundamental pensarmos nos impactos que o neoliberalismo traz à democracia.

Como vimos anteriormente, o neoliberalismo opera em uma lógica de individualização dos sujeitos, fragmentando a percepção social e de classe, impondo metas e relegando os sujeitos ao esforço pela conquista individual da propriedade privada. Essas mudanças, que fundam um sujeito competitivo e adoecido, obscurecem a visão do todo social e nossas decisões e inclinações políticas são fundamentadas no impacto que essas decisões provocaram apenas em nossas vidas particulares.

Sob a ótica da “racionalidade” neoliberal, as instâncias políticas são subjugadas, visto a perda dos parâmetros da coletividade social, gerando portanto, um esvaziamento político. Um terreno fértil para o florescimento da hegemonia neoliberal é o da despolitização, com a perda do referente do Estado e com a aversão generalizada aos representantes políticos. Os sujeitos alienados pela ideologia neoliberal apostam suas fichas naqueles que compactuam com os valores da vida privada - a defesa da família, da moral e da propriedade (SAFATLE, 2021).

Com isso, ascendem ao poder aqueles que mais ameaçam as instituições públicas, que defendem abertamente as privatizações, o corte de investimentos nos serviços públicos.

A libertação do Estado, em um projeto comunista de sinal invertido, aparece como meta dos sujeitos neoliberais, para alcançarem todo o seu ideal de potencial individual narcísico sem os entraves sociais. O foco no indivíduo a partir do estilhaçamento do social é resultado dessa despolitização. Ao invés de compor o proletariado e lutar por mais direitos ou por sua libertação, ele luta para ser o “melhor” e “ganhar” em uma competição entre trabalhadores que sequer deveria existir. Assim, divide-se a sociedade não entre os detentores dos meios de produção e trabalhadores, mas entre bem-sucedidos e fracassados. (LOPES, 2021, p. 95)

Aqui no Brasil, a política de cotas, por exemplo, tem sido postulada como um dos entraves para o acesso às universidades públicas, com o estilhaçamento do social e a não percepção das desigualdades forjadas pela luta de classes. Os sujeitos percebem-se apenas como competidores e qualquer mudança nos parâmetros da competição que garanta mais igualdade na disputa é vista como injustiça. Voltamos aqui às questões morais que sustentam o neoliberalismo (SAFATLE, 2021), visto que a defesa da reparação histórica é criticada como uma falta moral.

Em uma sociedade engendrada nos saberes neoliberais, de despolitização e individualismo, entram em crise processos coletivos como o jogo democrático. É inegável que diante de tantas estratégias de manipulação das subjetividades, com as existências sendo pautadas apenas pelas conquistas individuais, todas as instituições que de alguma forma promovem, mesmo que apenas formalmente, o bem estar social estão ameaçadas. No Brasil, em 2020 e 2021, apoiadores do governo federal foram às ruas em defesa do fechamento dessas instituições, o que atesta a ameaça da despolitização em massa.

Ao refletir sobre a intervenção do neoliberalismo na democracia, Verbicaro propõe que:

A racionalidade mercantil e gerencial estruturante do neoliberalismo faz da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo que acena ao esgotamento da ideia de democracia como forma política, ao subverter a concepção de cidadania ligada à proteção social como consequência lógica da democracia política. Não se trata de um simples desencantamento democrático passageiro, mas de uma mudança radical e de uma dessimbolização que afeta o modo de fazer política. (2021, p.25)

Com isso, o cidadão, sujeito de direito, transmutado na figura de um empreendedor competitivo passa a afetar toda a ordem social, visto que a percepção do político fica atrelada à racionalidade econômica, ocasionando um combate à política democrática e à cidadania inclusiva, o que desencadeia também a potencialização das desigualdades sociais.

Verbicaro (2021) também propõe a ideia de que o neoliberalismo, ao agenciar o culto à liberdade de mercado, acaba originando um esvaziamento à política representativa. Ao colocar como centralidade a lógica meritocrática, a racionalidade neoliberal faz com que os sujeitos se voltem contra mecanismos de justiça estatal e associam as crises econômicas e sociais à inevitabilidade. O que gera não apenas o combate às políticas públicas, mas um conformismo e uma apatia e passividade generalizados, como se nada pudesse ser feito para remediar as desigualdades além de seguir vendendo sua força de trabalho diversamente qualificada.

Em uma política narcisista do “cada um por si”, perdeu-se o sentimento coletivo de preocupação com o outro e com o bem estar social. Os esforços dos sujeitos voltam-se ao próprio desempenho e ao combate às barreiras que simbolizam entraves para alcançar determinados objetivos. O sujeito competitivo é

incapaz do cuidado com o outro, de forma que o imaginário de sociedade vai sendo apagado, dando espaço à visão limitada de grupos cada vez menores na perspectiva privada, como a família, por exemplo (Cf. Verbicaro 2021).

Posto isso, há um conflito praticamente antagônico entre a forma política democrática e o sistema de acumulação neoliberal. Esse antagonismo sobreposto a uma pulsão totalitária, vem ameaçando fortemente democracias por todo o mundo, especialmente no Brasil, expondo a fragilidade da democracia liberal. Nas palavras de Verbicaro, o que estamos enfrentando “trata-se de uma rota crescente de autocratização que pretende pautar o mundo a partir das regras mercadológicas, convertendo regimes democráticos em Estados desdemocratizados” (2021, p.30).

Esse processo de desdemocratização do presente aponta para o desgaste gradual das estruturas democráticas, visto que após se estabelecer, as democracias apresentam certa estabilidade e muita complexidade para simplesmente entrarem em colapso ou serem esmagadas por novos golpes de Estado. Por ocorrerem de pouco em pouco, as rachaduras das instituições democráticas são ainda mais imperceptíveis, o que dificulta também os processos de revolta e organização dos movimentos sociais

Este terreno fértil ao enfraquecimento dos direitos sociais provoca inúmeras inquietações sobre a manutenção da democracia burguesa, bem como nossa aproximação com o regime ditatorial. Pensar nossa realidade hoje e as relações entre os enunciados e saberes da ditadura militar precisava necessariamente passar pelos mecanismos de controle do capital e suas estratégias de dominação. Esse capítulo zero foi um esforço nesse sentido, visto que a sobreposição da crise da democracia, do neoliberalismo e do anticomunismo parecem ser a fórmula da conquista de Jair Bolsonaro em 2018 e da manutenção de seus fiéis apoiadores em 2022, seguiremos refletindo nos próximos capítulos.

1. A história se repete? Ditadura, repressão e memória

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito é um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
(Luiz Gonzaga Jr)

Nas páginas que se seguem, não fazemos o esforço de passar a limpo as páginas de nossa história obscura, escrita nos porões da ditadura e nas casas institucionais, tampouco adotamos a tarefa de (re)escrever outras versões da narrativa do período ditatorial militar. Há, em outros campos do saber, esforços neste sentido que procuram garantir a amplificação de vozes silenciadas, destas que a lei da anistia deixou calar, como a Comissão Nacional da Verdade e as inúmeras produções artísticas que buscam registrar as histórias dos que ousaram se revoltar frente ao Estado de exceção.

Aqui, ainda que o “nó esteja na garganta”, nossa tentativa é justamente buscar refletir sobre como o silêncio, a voz proibida de falar, afetou a memória, possibilitando a repetição de saberes favoráveis à intervenção militar. Refletiremos sobre como o que é proibido dizer pode afetar outros dizeres, ou instaurar lacunas, de maneira que o que não é dito, por interdição, acaba não sendo significado ou apreendido, impondo a necessidade de repetição.

As ditaduras tendem a provocar esses rombos, feridas que não cicatrizam e que afetam o modo de discursivizar a nossa história. Dessa maneira, cientes dos deslizamentos dos sentidos, nos debruçamos sobre essa tarefa de desenrolar o fio do discurso e escrever sobre enunciados que remetem à ditadura civil militar brasileira.

Com base na leitura de Mendonça (2017)⁸, podemos elucidar que, quando a quartelada desceu, ocupando as ruas e fazendo dos militares governantes do Brasil, muito já havia sido feito para que a conseqüente intervenção fosse apresentada como realidade. O governo do então presidente gaúcho João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não contava com o apoio das elites, tampouco da classe média, por isso, diversas articulações foram sendo tramadas politicamente para que o presidente não terminasse seu mandato. No início da década de 1960, o Brasil enfrentava as conseqüências da industrialização tardia e da modernização oriunda do plano de metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira. A crise econômica era geral, a dívida externa era alta e a inflação chegava a taxas exorbitantes, de maneira a desencadear a carestia do custo de vida para os brasileiros e intensificar ainda mais as desigualdades.

O subdesenvolvimento de um país tardiamente industrializado e com produção agrícola monocultural desencadeou, na década de 1960, diversas problemáticas sociais. Nesses tempos de crise, acentuaram-se as tensões e as contradições fundantes do capitalismo, dando espaço a narrativas contrárias às reformas de base João Goulart, principalmente a referente à reforma agrária. A classe dominante brasileira apresentava descontentamento e utilizava-se de mecanismos institucionais para fortalecer a narrativa contrária a do então presidente João Goulart. A estratégia para desenvolver o enfraquecimento político de Jango foi também a divulgação e popularização do discurso anticomunista.

Desse modo, as reformas de base propostas pelo executivo, ressoam como um momento político de movimentação, de mudanças, sendo que a própria designação “reforma” traz consigo a possibilidade de efeitos de sentido associados à transformação. Com isso, a direita conservadora colou a imagem de João Goulart à esquerda comunista a qual figurava no imaginário social brasileiro como uma inimiga dos valores morais. De acordo com a pesquisadora Mariani, a mídia também trabalhou fortemente na construção da narrativa anticomunista:

É, portanto, dessa confluência de discursos, antagonizando-se com a República recente, que vai sendo construído e determinado, nos jornais, a

⁸ A obra retrata as condições sociais, históricas e políticas do golpe em 1961 contra a governabilidade de João Goulart a partir da instituição do parlamentarismo e do golpe de 1964 com o início da ditadura militar.

construção discursiva do referente comunismo/ comunista no Brasil. E, nesse modo de designar, encontra-se a 'importação' de vocabulário pertencente a outros domínios especializados, tais como as ciências médicas e o positivismo filosófico. Assim, a representação de 'comunismo' se encontra vinculada ao caos anarquista, à Rússia bolchevista e vermelha, bem como aos micróbios, invisíveis e mortais. (1998, p. 144).

A associação de Jango à esquerda comunista, que no imaginário brasileiro figurava no campo da desordem, foi fundamental para a consolidação do golpe de 1º de abril de 1964⁹. A crise instaurada no Brasil, gerada pela classe dominante capitalista, precisava ser narrada pela ótica conveniente aos detentores do capital. Sabemos que, nesse jogo de poder, prevalecem os discursos dos que tomaram as condições de reprodução das relações de produção, e os empresários e políticos da classe dominante, em 1964, adotaram como estratégia culpabilizar João Goulart e a esquerda brasileira, com o intuito de fortalecer a ideia de que a única saída possível para a crise era uma intervenção militar.

Os militares, diferente dos comunistas, figuravam no imaginário brasileiro como heróis nacionais, com integridade, guiados pela moral, cumprindo, como argumenta Freda Indursky (2013), uma missão de salvar a pátria de todas as mazelas sociais, assim como da ameaça comunista. Mobilizando valores dominantes ao povo brasileiro - especialmente à classe média, como a moral, a família e o combate à corrupção, os militares popularizaram-se. No entanto, a tomada do poder pelas lideranças do exército desencadeou uma série de retrocessos e restrições das liberdades democráticas, dentre elas, o direito de dizer, esse cerceamento trabalhou na prevalência dos saberes ditatoriais, em detrimento dos discursos de resistência.

Com o apagamento dos discursos de resistência, a predominância dos saberes da formação discursiva militar golpista era cada vez maior e mais latente e esse processo de dominância discursiva afeta também a construção da memória. Em *Análise do Discurso Materialista*, não lidamos com a noção de memória individual, cognitiva, a partir de uma perspectiva psicologizante e interior ao sujeito; em nossa abordagem, a memória discursiva assume um *status* exterior ao sujeito e

⁹ Optamos pela utilização da data 1º de abril como a data da instauração do golpe com a finalidade de demarcar oposição à narrativa militar, que designa o golpe como *revolução democrática de 31 de março de 1964*.

irrompe na linguagem determinando discursos e constituindo o modo como eles podem produzir efeitos de sentido.

Posto isso, é importante delimitarmos a concepção de memória com a qual trabalhamos e suas implicações sociais e ideológicas. Nesta pesquisa, interessa-nos a memória social e a memória discursiva, para tanto, recorreremos à leitura da tese da pesquisadora Mariani (1998), na qual ela elabora estas duas perspectivas. Para a autora, memória social é:

um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. (MARIANI, 1998, p. 35)

Com base nesta abordagem, podemos depreender a ideia de que a memória social é produto das tensões entre interpretações na disputa pela prevalência dos sentidos e, na lógica social da luta de classes, a dominância no campo da memória é, na maioria das vezes, correspondente às interpretações da classe dominante. No entanto, apesar da predominância de uma interpretação do acontecimento, isso não implica o esquecimento das demais, apenas em um efeito de esquecimento, e “os sentidos esquecidos funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico” (*ibid.*, p. 35).

Nessa ótica, percebemos que o funcionamento da memória social implica a dependência de uma narrativa linear e coerente, sem contradições, uma narrativa a qual possa ser reproduzida, estancando outros sentidos possíveis que possam atrapalhar o exercício do poder. Contudo, a memória é contradição, é constituída por lacunas, por silenciamentos, por tensões e disputas, o efeito de linearidade da memória social recalca interpretações silenciadas.

De acordo com Mariani (1998), a “memória histórica oficial” realiza gestos de silenciamentos e exclusão a acontecimentos que possam elidir o exercício do poder. Com isso, busca reforçar narrativas que façam referência ao passado de maneira nostálgica e positiva. Essa repetição e predominância de um sentido sobre outros faz com que os sentidos dominantes não sejam esquecidos, de forma a eternizá-los como uma memória oficial.

Nessa perspectiva, podemos problematizar a prevalência dos sentidos dominantes durante a ditadura civil militar brasileira, de forma a repetir e não deixar esquecer um imaginário positivo associado ao regime militar. Essas relações de dominância se dão também em função de silenciamentos e marginalização dos discursos de resistência à ditadura. Dessa forma, os sentidos que tomam de assalto o lugar enquanto “memória oficial” são os em consonância com a FD militar golpista.

Apesar da pessimista perspectiva da repetição e eternização de sentidos na memória, um mesmo acontecimento pode ser (re)significado, atualizado, deslocando sentidos hegemônicos e fazendo intervir outras interpretações:

em um acontecimento já fixado pela memória histórica outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento. (MARIANI, 1998, p.37)

Com isso, apesar das tensões e das relações de poder em torno da memória, especialmente a do período ditatorial (1964-1985), há sempre sentidos-outros que podem (in)surgir na memória social.

Enquanto a memória social diz respeito às interpretações para determinado acontecimento, a memória discursiva aborda os processos de correlação de forças que produziu a hegemonia, na produção de literalidade e homogeneidade, tornando os enunciados repetíveis, de modo a sempre (re)atualizar os sentidos ou reproduzi-los. Para Pêcheux, a memória discursiva funciona como:

estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52)

Na perspectiva de Pêcheux (2010), a memória discursiva tem relação também como a forma de produção dos discursos e dos sentidos, ela que regula determinados saberes que se tornam passíveis de repetição a partir da sua inscrição. Dessa forma, é possível compreender, que a memória discursiva está

fortemente atrelada ao todo complexo com o dominante das formações discursivas – o interdiscurso. Isso implica as relações de força e atravessamentos, devido às fronteiras porosas das FDs, bem como do surgimento do “estranho familiar”, ou seja, de saberes exteriores à FD que determinam o sujeito, e deixam marcas na materialidade de seu discurso. O pré-construído, normalmente associado aos saberes dominantes, advém no discurso dos sujeitos e demonstra a forma complexa do funcionamento das FDs, determinando o que pode e o que deve ser dito.

Isso nos convoca à reflexão sobre a fragmentação da memória, sobre suas lacunas e suas contradições constitutivas. Nesse sentido, Pêcheux argumenta que a memória:

não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria sentido homogêneo, acumulado ao modo reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010, p. 56)

Em decorrência da explícita tensão entre discursos do/sobre o período ditatorial mais longo do Brasil, ao nos debruçarmos sobre os acontecimentos que constituíram a história do golpe de 1964, nos deparamos com uma série de não-ditos, de silenciamentos e interdições. Portanto, no subcapítulo que segue, trataremos da censura a partir dos preceitos epistemológicos da Análise Materialista do Discurso.

1.1. Silêncio, apagamentos e interdição do dizer

Em Análise do Discurso costumamos trabalhar no nível da materialidade discursiva, ou seja, com o que é dito, e buscamos, a partir disso, observar os deslocamentos e deslizamentos dos sentidos hegemônicos (ou não) pela estrutura social. No entanto, interessa-nos também mobilizar as noções de silêncio e a maneira como ele pode se apresentar como a própria condição da produção de

sentido. Para refletirmos sobre a noção de silêncio, recorreremos à obra de Orlandi (2007) - *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*.

Para Orlandi (2007), todo o dizer relaciona-se ao não-dito, ou seja, ao dizer e selecionar determinadas palavras já estamos apagando outros sentidos possíveis. Isso nos impulsiona a dizer que toda e qualquer prática discursiva requer o silêncio. Nesse sentido, a autora argumenta que o silêncio é responsável pela significação, uma vez que possibilita o deslocamento dos sentidos:

em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando. (ORLANDI, 2007, p.69)

A partir dessas elaborações de Orlandi, Tfouni (2008) desenvolve a noção de “interdito” para tratar sobre essa flutuação entre o silêncio e a linguagem. Segundo o autor, essa flutuação funciona do seguinte modo: sempre que algo for enunciado, algo também é silenciado. Em seguida, após argumentar que dois enunciados não podem ser ditos ao mesmo tempo pelo sujeito, o autor mobiliza a ideia que o momento anterior à enunciação disponibiliza todos os dizeres possíveis, no entanto, no movimento da enunciação “o que é dito é uma ‘escolha’ contingente do enunciatário” (TFOUNI, 2008, p.357).

Dessa forma, Tfouni argumenta que o dito possui dois lados do real: o impossível e o contingente:

antes da enunciação o campo dos sentidos abre-se como um real da significação, posto que o sentido é exterior à linguagem, sendo, nestes termos, impossível. Após a enunciação, o silêncio se configura como o que deixou de ser dito, mas que poderia ter sido dito. Em outras palavras, o silêncio, além de impossível, também é contingente, preenchendo também os dois modalizadores do real; é indistinto, é inatingível em sua completude. (2008, p.357)

Ao aproximar a noção de silêncio com as duas faces do real, o autor avança na tese de Orlandi, uma vez que, para a pesquisadora, o silêncio é o que torna a flutuação dos sentidos possível, mas para Tfouni (2008) essa flutuação só acontece em decorrência da interdição. Para o autor, o corte do interdito, que não possibilita um dizer completo é o que permite que haja um dizer.

A abordagem de Tfouni se relaciona às condições lógicas de produção discursiva, não das condições históricas. Dessa forma, o interdito como um corte que silencia um dizer para que outro possa ser dito, diferencia-se da interdição enquanto censura, pois essa diz respeito às condições históricas e operam de forma a silenciar os sujeitos, determinando uma interdição não porque tudo não pode ser dito (Cf. MILNER, 2012), mas porque saberes ameaçadores à manutenção do poder não podem/devem ser ditos.

A partir disso, nosso tema de pesquisa nos convoca a discutir outra noção desenvolvida por Orlandi (2007) a qual é importante para nosso trabalho - a política do silêncio. Para a autora, essa política se relaciona com sentidos que são apagados por serem indesejáveis em dada situação discursiva, ou seja, porque remetem a sentidos de uma outra formação discursiva. A partir dessa linha, a autora defende que o silêncio trabalha os limites das FDs, que, por sua vez, trabalham os limites do que pode e deve ser dito. Na política do silêncio, há, portanto, um silenciamento de sentidos que não podem intervir, sentidos antagônicos que provêm de outras regiões do interdiscurso. Dentro desta ótica da política do silêncio, podemos elencar o conceito de silêncio local, o qual em linhas gerais representa a interdição do dizer - a censura.

Ainda amparadas em Orlandi, caracterizamos a censura a partir de seu caráter histórico/ideológico, concebendo-a como um processo de relação de forças, a partir do qual ela se apresenta ao sujeito, de forma localizada, no nível inter e intradiscursivo, ou seja, configurando, no plano do dizível aquilo que ele não deve, ou melhor, não pode dizer. Dessa maneira, a censura não diz respeito apenas ao silenciamento do interlocutor, mas do impedimento da sustentação de outros discursos.

Essa política de silenciamento, favorece a circulação dos saberes hegemônicos, potencializando a manutenção do poder autoritário dos governos que se utilizam da censura como estratégia de dominação. A pesquisadora Moreira, argumenta que a censura é uma tática na:

busca pela manutenção de poder e manutenção do sentido único, o oficial, o que leva à produção de instrumentos de controle da liberdade, fazendo da lei uma forma oficial de justificação do abuso que significa o cerceamento do direito à palavra, à formação de expressão. (MOREIRA, 2011, p. 40)

Desde a instauração do golpe militar de 1º de abril de 1964 até 1985, diversos processos de cerceamento das liberdades democráticas foram delineando-se no Brasil. O uso da violência pelo poder militar, era a necessária intervenção para conter a “ameaça comunista” e garantir a manutenção das relações de exploração. No entanto, sabemos que, apesar de afetados pelo processo de sujeição ideológica, não há dominação sem resistência. O que nos interessa, portanto, é ensaiar ideias sobre a interdição da resistência devido à censura no regime ditatorial.

Moreira (2010), ao relacionar os arquivos de censura com a memória, aponta que a censura funciona na memória como uma desconstrução. Para que a inauguração de determinados sentidos fossem associados ao Estado autoritário, era necessário que outros dizeres fossem desconstruídos, desmanchados, apagados. De acordo com a autora, a censura funciona como um mecanismo de dispersão dos sentidos que traz à tona uma imagem de desordem para que não se consiga suprir as lacunas deixadas pelo apagamento, como se os dizeres censurados fossem um grande quebra-cabeça de difícil resolução.

A censura vai preenchendo, com as evidências, as faltas que ela mesma cria, ela precisa desmanchar para inscrever, para que, enfim, este processo não seja, ele mesmo, evidente. Estados em que a censura é institucionalizada e se impõe como meio de controle dos sentidos pretendem justamente controlar os sentidos da memória; assim precisam também - evidenciando-os - naturalizá-los. (MOREIRA, 2010, p.112)

Posto isso, percebemos que o funcionamento da censura é ainda mais complexo, não trata-se apenas da proibição de saberes antagônicos ao regime militar circularem, mas de uma autoafirmação ancorada na ausência ou no apagamento do discurso de oposição. A censura opera em uma construção de uma narrativa aparentemente linear, de forma a estabilizar determinados sentidos, dificultando a leitura de outros sentidos, que apesar de possíveis, são estancados por um mecanismo autoritário de controle de dizeres e de circulação desses dizeres.

Com a finalidade de situar em que condições trataremos do conceito de censura, é necessário resgatarmos o preâmbulo do Ato institucional nº 1 de 1964, o qual ampara as instaurações dos atos institucionais seguintes:

[...] no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (BRASIL, 1968)

A partir deste recorte, podemos depreender o caráter autoritário do regime, o qual combatia a circulação de saberes contrários à ditadura. O autoritarismo se expressa principalmente no AI-5, de 1968, o qual determinava em seu artigo 3º que "O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição". Além disso, no inciso III do artigo 5º do AI-5 estava prevista a "proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;". Com isso, fica evidente que a articulação da censura tinha amparo legal e fazia parte do funcionamento da política do Estado de exceção.

Sob a prerrogativa de dar continuidade aos ideais do regime militar, era necessário silenciar e punir opositores. Esse silenciamento corresponde à tese de Orlandi (2007) de que o silêncio instituído via censura não se dá por ausência de informação. Ou seja, o sujeito não pode dizer o que ele sabe, justamente porque seus saberes afetam o funcionamento da dominação ditatorial, a censura não funciona no nível da informação, mas no da circulação e elaboração histórica dos sentidos. É a partir da necessidade de calar dizeres de oposição, que o aparelho repressivo de Estado, a partir do aparelho ideológico jurídico, legisla em favor próprio, proibindo condutas de resistência e impedindo o trabalho histórico do sentido.

Para Orlandi, a censura:

é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.[...] a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. (ORLANDI, 2007, p. 104)

A partir desse impedimento de circulação em FDs, as quais determinam o que pode e o que deve ser dito, dificulta-se a inscrição de saberes das FDs de oposição e de resistência à ditadura militar na memória, uma vez que estão ausentes já-ditos de

contraposição ao regime. No entanto, apesar dos apagamentos, os sentidos estão sempre em disputa, em conflito, visto que uma formação discursiva é sempre perseguida por outra.

A censura, intensificada com a instituição do AI-5, impulsiona-nos a problematizar a institucionalização do silenciamento e dos sentidos, ou seja, a mobilizar a não expressão de contradiscursos como norma social, de modo a hegemonizar a ordem social vigente e impedir a circulação de outros saberes, que apesar de possíveis, foram proibidos. A censura funciona sobretudo sob a forma da ameaça de punição aos opositores. Dessa forma, é perceptível que a censura só garante seu funcionamento prático via assujeitamento ideológico e Aparelhos Ideológicos de Estado (Cf. ALTHUSSER, 1985).

A partir de uma leitura materialista, podemos relacionar o funcionamento de mecanismos super-estruturais e infraestruturais à sustentação da formação social capitalista. Com isso, é fundamental problematizarmos a forma como as instituições trabalham na manutenção das relações de exploração. O silenciamento, nas décadas de 1960 e 1970, é mais um mecanismo de controle, amparado pela legislação. Como sabemos, o AIE jurídico apresenta algumas especificidades, dentre elas, garantir o funcionamento do Aparelho Repressivo de Estado, normatizando determinadas condutas e legitimando a punição de sujeitos desviantes dessas normas. Com isso, é evidente a necessidade do poder militar instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964, de reger e implementar leis.

Como proposto por Lagazzi (1988, p.16), “o Estado é o Estado-capitalista-jurídico e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção”. Dessa forma não podemos pensar a estrutura estatal sem concebê-la como uma estrutura repressiva e ajustada a reproduzir formas de controle aos sujeitos. Nessa ótica, seria possível generalizar que qualquer forma de poder trabalha na manutenção da coerção, no entanto, as práticas repressivas na lógica do Estado de exceção reservam algumas especificidades.

Lagazzi (1998) propõe ainda uma reflexão sobre a força do aparelho jurídico no controle dos sujeitos. De acordo com a autora, o sujeito precisa reconhecer um poder exterior a ele para legitimar sua submissão. A ilusão da universalidade do

Estado e das leis, como normatizadores da sociedade, ou seja, como uma força que imaginariamente atinge a todos de maneira igual, também trabalha na sustentação da crença na necessidade de cumprir as leis. Ainda que exista o imaginário de universalidade em relação ao Estado e às leis, a obediência só é garantida a partir da coerção explícita ou implícita.

Para falar sobre os processos de manutenção do poder, Lagazzi retoma a noção de formações imaginárias desenvolvida por Michel Pêcheux, demonstrando que o sujeito que obedece faz uma imagem de si e do seu lugar na relação com o outro que exerce o poder e, por sua vez, quem exerce o poder também faz uma imagem de si e do lugar que ocupa, bem como do outro como alguém que está sob sua autoridade. Essas formações imaginárias estão estritamente ligadas às relações de hierarquia e autoritarismo e trabalham diretamente para auxiliar no exercício do poder.

A lei assume um papel de repressão do desejo e se impõe como forma de controle eficiente, passível de punição caso não seja cumprida. Com isso, a legitimação do silenciamento e da proibição da liberdade de expressão, expressada na materialidade do Ato Institucional nº 5 de 1968, garante não só a hegemonia dos discursos em favor do poder militar, mas também interfere no funcionamento e na manutenção do poder, uma vez que a contradição e a presença do discurso-outro também é fundamental para a persistência da ideologia dominante.

Pêcheux (2009), ao tratar sobre os modos de subjetivação da ideologia dominante sobre a dominada, desenvolve a ideia de que as ideologias dominadas não são apenas o inverso da ideologia dominante:

Parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva. (PÊCHEUX, 2009, p.26)

Com isso, amparadas na leitura de Pêcheux, podemos compreender a contradição constitutiva dos processos de significação atuando nos modos de subjetivação. Isso implica dizer que a presença do discurso-outro, para a AD, pode se constituir numa tentativa de conter o processo de resistência, uma vez que a ideologia dominante precisa de discursos-outros para garantir a dominação, de forma que a evitar a repressão total, e a possibilidade de uma revolução.

A restrição da liberdade de circulação de discursos-outros em virtude do processo de censura vai ao encontro da construção de uma repressão total, e portanto, dificulta até mesmo a hegemonia do discurso favorável aos militares. Se, de acordo com Pêcheux (2009), a presença de discursos-outros é fundamental para a garantia da dominação, a interdição dos dizeres durante a ditadura militar aponta para a necessidade de mais repressão.¹⁰

Por isso, era comum a presença de censores capacitados, membros do conselho nacional de censura, em diversos espaços de produção/circulação de saberes, como nas escolas, editoras, jornais e até mesmo no teatro, cinema e produtoras musicais. A iniciativa do governo militar buscava dar conta de fiscalizar e impedir a reprodução de ideias associadas ao comunismo e à subversão, ou melhor dizendo, qualquer ideia que se opusesse ao regime ditatorial. Para amparar as práticas de proibição da liberdade de expressão, outros mecanismos além do AI-5 já haviam sido instaurados, dentre eles, a Lei de Segurança Nacional, a qual previa em seu artigo primeiro a responsabilidade de todos os cidadãos em relação à segurança nacional.

Dentre as inúmeras proibições, estava a de manifestar críticas ao governo militar expressada no artigo 21:

Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos (BRASIL, 1967, p. 2).

¹⁰ Em 21 de novembro 1968 foi criada a Lei Nº 5.536 que versava especialmente sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e criava o conselho superior de censura. Essa lei é a expressão do controle que o regime militar em relação à circulação de ideias contrárias ao poder militar. Tanta fiscalização e proibição da liberdade de expressão culminou numa série de obras censuradas.

A própria lei se refere ao discurso de oposição como subversão e ditadura de classe, de maneira a construir no jogo imaginário das relações de quem exerce o poder e quem obedece, a oposição como crime e ameaça à segurança nacional. Além desses aspectos, havia punição prevista para a imprensa e para funcionários públicos que se opusessem publicamente ao regime:

Art. 33. Incitar publicamente:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - à desobediência coletiva às leis;

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais;

V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI - ao ódio ou a discriminação racial: Pena - detenção, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos e de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, será aumentada de metade.

[...] Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional:

I - a publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II - a distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV - comício reunião pública, desfile ou passeata;

V - a greve proibida;

VI - a injúria, calúnia ou difamação, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições;

VII - a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores; Pena - detenção, de 6 meses a 2 anos. (*Ibid*, p.3)

Com a LSN, o Serviço Nacional de Informações “concentrou sua energia quase exclusivamente na repressão aos opositores da ditadura militar”. O que deveria ser uma política de Estado reduziu-se ao papel pálido de polícia do governo” (ROCHA, 2021, p. 236). O Estado-armado do regime militar, volta seus esforços de controle a um inimigo interno, ameaçador da ordem instaurada pelo governo militar, de forma a aprendermos que não tratava-se de combater opositores externos que ameaçassem a política ou a economia brasileira, mas sim de combater brasileiros críticos ao governo¹¹. Um sistema de ódio para destruir todos que não fossem espelhos.

¹¹ Seguindo a mesma cartilha da ditadura (1964-1985), Jair Bolsonaro convoca seus apoiadores a “fuzilar a petralhada” do Brasil, uma referência explícita ao combate dos adversários políticos. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

A mobilização das leis do regime ditatorial para tratarmos sobre os silenciamentos, serve como base para demonstrarmos, de maneira prática, o funcionamento da repressão militar. A punição prevista nos artigos da Lei de Segurança Nacional de 1967, bem como as proibições elencadas no AI-5 de 1968 são exemplos da institucionalização do silenciamento. No entanto, os acontecimentos criminosos recalçados e apagados da nossa memória social também funcionam de forma decisiva na manutenção de valores antidemocráticos.

Os militares, como bem sabemos, operaram de forma a restringir ao máximo as liberdades democráticas; no entanto, não havia órgão algum que controlasse suas próprias práticas criminosas. O tripé de censura, vigilância, repressão sustentava o poder militar, garantia a permanência e o exercício do poder e, com isso, abria feridas e lacunas na história brasileira que ficaram ainda mais latentes após o golpe de 2016. Estamos tratando aqui da queima de arquivos, dos desaparecimentos, de vozes que, mesmo com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, não pudemos ouvir, vozes que não disseram e, a partir do silenciamento, acabam funcionando como uma parte recalçada de nossa história e que, por isso, pede repetição.

De acordo com Gomes e Mazzuoli (2012), a Lei da Anistia, além de garantir a volta dos exilados políticos, também acoberta todos os crimes cometidos pelo poder militar durante a ditadura. Dessa forma, a retomada e inscrição desses acontecimentos na memória é ainda mais difícil, visto que as práticas de tortura, perseguição e assassinato, além de legítimas, foram perdoadas, de maneira que ler esses acontecimentos sempre passará pela lógica da legalidade. As disputas pela memória da ditadura militar brasileira enfrentam a tensão entre as narrativas ditatoriais e as narrativas dos que foram perseguidos.

Posto isto, é fundamental que retomemos as estratégias de apagamento utilizadas pelo poder ditatorial militar, para, posteriormente, refletirmos sobre a forma como esses métodos de “queima de arquivo” afetam o presente de mobilizações em favor da instauração de uma nova intervenção militar. De acordo com Figueiredo (2015) havia diversos procedimentos relacionados aos arquivos do regime, os militares começavam pela classificação dos documentos, a qual se dava

por ordem de sigilo - reservados, confidenciais, secretos e ultrassecretos e, em seguida, seguiam um manual de destruição dos documentos.

Esse processo de classificação e destruição dos arquivos demandava organização e autorização superior e, depois de autorizada, a eliminação dos arquivos era supervisionada por um guardião do acervo. Esse protocolo em relação aos documentos, demonstra a burocracia militar para garantir certa legitimidade em relação às ações do exército. Havia diversos órgãos de inteligência e informação atuando durante a ditadura militar, ainda que diversos deles tenham trabalhado na queima de arquivos e na ocultação de documentos, também existe arquivos protegidos/sigilosos jamais abertos por conveniência política e pela indisposição de opor-se aos órgãos de informação do exército mesmo após a redemocratização.

De acordo com Figueiredo (2015), durante seus mandatos, o governo Lula recorreu à justiça para a apuração de crimes ocorridos durante a ditadura militar, os quais estavam sob a custódia dos serviços de informação, especialmente da Marinha. A deliberação do executivo, frente à ineficácia dos apelos ao judiciário, foi a mobilização do Ministério da Defesa e o Exército para liderar a busca de arquivos, com ênfase nos relacionados aos assassinatos da guerrilha do Araguaia, e compará-los com o relatório de 1993 solicitado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O referido autor argumenta que existiam alterações e omissões nos documentos, como mudança de grafias, adição de dados e eliminação de nomes. Dessa forma, percebemos que, os arquivos que não foram descartados, são alterados, preservando as práticas criminosas ocorridas no período entre 1964 e 1985.

O apagamento dos crimes da ditadura impossibilitam que milhares¹² de famílias de mortos e desaparecidos conheçam a verdadeira narrativa que envolve os desaparecimentos e os assassinatos de entes queridos. Como já propusemos aqui, os casos de apagamentos de arquivos, bem como a censura mantida como prática

¹² De acordo com a pesquisa de Carlos Artur Gallo, há 10 assassinatos até 1964, 237 mortos entre 1964 e 1985, 159 desaparecidos entre 1964 e 1985 e 30 mortos ou desaparecidos no exterior. Mas a pesquisa de Gallo não contempla o genocídio indígena por meio de bombardeios, envenenamento e tortura. A Comissão Nacional da Verdade estima que cerca de 8,3 mil indígenas foram mortos de 1964 a 1985.

Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>

institucional de silenciamento corroboram para que nos debruçemos, juntos de outros pesquisadores, sobre o passado obscuro do regime militar. Essas memórias recalçadas, ou impedidas de se inscreverem na memória afetam a conjuntura política vivenciada no Brasil, com a ascensão da extrema-direita e do movimento intervencionista organizado. Dessa maneira, o próximo desdobramento de nossas reflexões é sobre o que é repetível na ordem do discurso e da história.

1.2 Movimento intervencionista e Marcha da Família com Deus e pela Liberdade

Este subcapítulo mobiliza reflexões sobre o que realmente nos afeta em nossa conjuntura política presente e as tentativas incessantes de retorno ao passado. Há, no Brasil, uma crise política generalizada, intensificada com a gestão da pandemia de Covid-19, a qual já matou mais de meio milhão de brasileiros. Não bastasse o vírus, o apelo a ideias autoritárias tem confrontado o presente com os episódios mais obscuros de nossa história, veículos militares desfilam¹³ em frente ao prédio do parlamento funcionando como ameaça a parlamentares que se opõem às ideias do chefe do executivo e seus apoiadores.

Apesar da conjuntura presente apresentar essas ameaças, há alguns anos já nos deparamos com memórias antidemocráticas. Em 2016, quando os saberes golpistas voltaram à tona através da deposição da primeira presidente mulher eleita no Brasil, muitos dizeres nos afetaram. Desde então, buscamos refletir sobre o crescimento das forças políticas antidemocráticas e sobre o poder que possuem de mobilizar as massas.

A popularização da extrema-direita e sua ascensão ao poder provocaram uma série de mudanças na vida política brasileira, e revelaram semelhanças com os acontecimentos em torno do golpe de 1964. Dentre os valores comuns na década de

¹³ De acordo com diversos veículos de imprensa, o desfile de veículos militares ocorreu em frente ao Palácio do Planalto em Brasília, no dia 10 de agosto, mesma data em foi votado o Projeto de Emenda Constitucional do voto impresso. Normalmente, a manobra militar acontece do Rio de Janeiro à Formosa em Minas Gerais, dessa maneira, a mudança de local foi interpretada pelos parlamentares como ameaça ao legislativo.

1960 e que perpassam os movimentos intervencionistas estão o ufanismo, o conservadorismo, o apelo aos saberes morais e religiosos e a demonização dos movimentos sociais progressistas/de esquerda. Tamanha semelhança nos leva ao questionamento sobre o que é repetível na ordem do discurso e da história.

Como vimos anteriormente, os anos de chumbo no Brasil foram fortemente marcados pela repressão, censura, silenciamento, dissimulação e apagamento das práticas de resistência, bem como de opressão praticadas pelos militares. Apesar das denúncias à Comissão Nacional da Verdade, e das inúmeras produções artísticas que buscam denunciar o regime ditatorial, muitos foram os relatos emudecidos pela perseguição assassina do poder militar que não pudemos escutar.

Como se não bastasse toda a violência, o regime militar orquestrou uma série de medidas jurídicas que garantiram a impunidade aos torturadores e assassinos como atos institucionais e a Lei da Anistia¹⁴ a qual, conforme argumenta Indursky (2019), contribuiu para recalcar acontecimentos da ditadura militar. Robin (2016, p. 82), destaca que “os esquecimentos sistemáticos em forma de perdões ou de anistias são outra maneira de realizar o apagamento do passado das sociedades”. Podemos acrescentar que, no caso da Lei da Anistia, além de promover um recalque ou apagamento, contribuiu constituindo um imaginário social negativizado em torno daqueles que resistiram à ditadura militar, definindo-os como sujeitos que precisavam de perdão, equiparando os militantes sociais com os assassinos e torturadores. Todos esses fatores também corroboram para que haja ruídos em relação aos sentidos do regime ditatorial, uma vez que os opositores ao regime eram criminosos que precisavam de perdão.

O recalque provocado pela Lei da Anistia, desencadeia o retorno de saberes que nos possibilitam estabelecer as relações de repetição entre os movimentos intervencionistas da atualidade e a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. O apagamento e o recalque são, portanto, a consequência da necessidade da repetição diante de um trauma reprimido, uma vez que “o que se obtém a partir do

¹⁴ A Lei da Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979 previa perdão aos sujeitos que cometeram “crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais”. Com isso, apesar da mobilização massiva pela anistia, para que militantes exilados pudessem retornar ao Brasil, a materialidade da lei qualificava os ativistas como sujeitos que cometeram crimes, assim como os militares que praticaram assassinatos e torturas.

recalque não é o esquecimento, é a repetição. O recalcado é o passado que nunca se apaga e retorna nas formações de linguagem, nas fantasmagorias, no sintoma” (KEHL, 2015, p. 309).

Kehl (2015) aborda também a problemática do ressentimento camuflado para os brasileiros em relação à ditadura militar. De acordo com a autora, devido à necessidade aparente de esquecer as atrocidades acontecidas durante o regime, a população de maneira geral associou a perseguição e a castração das liberdades apenas aos opositores do regime, como se não tivesse atingido todos os brasileiros:

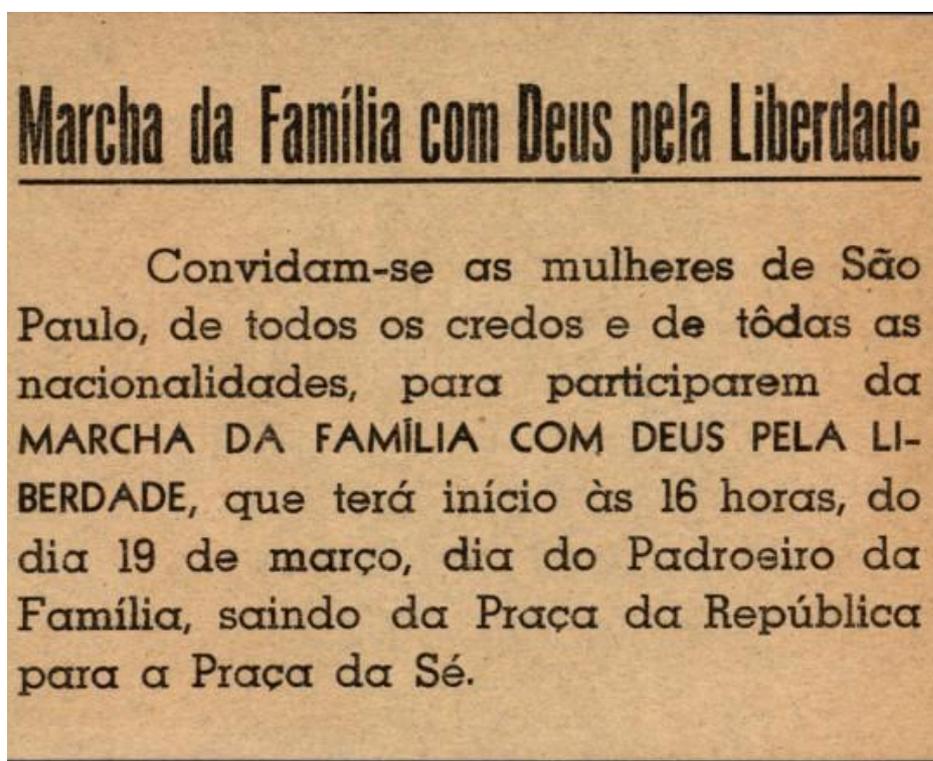
Tomemos, como exemplo do ressentimento camuflado na sociedade brasileira, a rapidez com que grande parte da população pareceu esquecer, ou perdoar, os crimes da ditadura militar como se estes tivessem atingido apenas uma pequena parcela de militantes de esquerda, de jovens “radicais” que não representavam os interesses da maioria. (KEHL, 2015, p. 237).

Nessa ótica, apesar do aparente perdão ou esquecimento em torno dos acontecimentos antidemocráticos entre 1964 e 1985, sempre há uma espécie de retorno. De acordo com De Nardi (2003), eventos recortados da história, sufocados ou esquecidos sempre voltam e fazem eco, encontrando uma brecha para que consigam mostrar-se. Com isso, esses eventos acabam encontrando um discurso em que possam infiltrar, ou que revelem essa presença diversas vezes indesejada ou inusitada. A pesquisadora argumenta que sempre há uma memória, que desacomoda sentidos, que faz entrever dizeres esquecidos e fazem furos na língua, fazendo com que discursos antes silenciados (re)apareçam.

No entanto, apesar dos sentidos de oposição ao regime militar fazerem furos e buscarem uma forma de inscrever-se e fazer ressoar sentidos na disputa pela prevalência na memória social, os discursos contra-hegemônicos sempre sofrem pela sobreposição dos hegemônicos. Dessa maneira, saberes da ordem dominante, como os associados positivamente ao regime militar, além de não sofrerem com a censura, também se destacam por terem acesso aos recursos super e infraestruturais e a diversos mecanismos de controle e dominância.

Esses mesmos mecanismos de controle e dominância serviram às elites para mobilizar uma grande marcha em março de 1964¹⁵. Nesse ato, conhecido como *Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade*, setores da burguesia, descontentes com a renúncia de Jânio Quadros e com as reformas propostas por João Goulart, arquitetaram uma série de mobilizações para barrar nas ruas o processo reformista. Porém, como já vimos anteriormente, para mobilizar a população a tomar as ruas, utilizaram-se de outras narrativas, dentre elas, o combate ao comunismo e a ameaça à família e à moral supostamente representada pelas esquerdas.

Figura 01- Convite às mulheres: Marcha da Família com Deus e pela liberdade



Fonte: Memorial da Democracia

Podemos perceber, com base nesse convite que circulou em jornais paulistas da época, que os preceitos religiosos foram fundamentais para a construção da marcha. Na mesma medida em que eram evidenciados os valores religiosos, os

¹⁵ O contexto sócio-histórico da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade será apresentado no subcapítulo 3.1 deste trabalho.

preceitos políticos da articulação da marcha eram apagados/dissimulados. É nesse ponto que a construção dos atos de 2020 e 2021 se diferenciam da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* uma vez que a convocação do movimento intervencionista não dissimula o caráter político. No entanto, apesar desse elemento de diferenciação, a presença dos valores morais e religiosos ressurgem nas manifestações de 2020, demonstrando que para se reproduzirem, os saberes antidemocráticos fazem eco a valores importantes à sociedade brasileira, como a família e a religiosidade.

As pesquisadoras Ernst, Silva e Vieira argumentam que Jair Bolsonaro, liderança do movimento intervencionista, utiliza-se dos saberes religiosos para mobilizar seus apoiadores, confrontando os preceitos da religiosidade com a incitação de práticas violentas, dentre elas a ditadura militar:

Espiritualidade e violência, estranho processo de relação com o outro, que, ao conjugar redes de memória dessemelhantes, condicionadas contraditoriamente na linearidade significativa, associa elementos pré-construídos ligados à religiosidade cristã e à política de extrema direita num trabalho de simulação ou deformação de sentidos. (ERNST, SILVA e VIEIRA, 2019, p.117)

A partir dessa deformação dos sentidos e afetados pelos valores supostamente defendidos pelo Presidente da República, apoiadores do bolsonarismo tomam as ruas e reivindicam, sem questionamento, as ideias promovidas pelo chefe do executivo. É nesse movimento de aproximação entre religiosidade e política que as manifestações de 2020 e 2021 acontecem, resgatando memórias do passado ditatorial e perpetrando a história a não progredir numa escala linear, mas cíclica, a qual, pela falta de superação dos traumas sociais, está fadada a repetir-se.

Com isso, a sociedade brasileira, afetada pelos processos de recalque e esquecimento, acaba indo ao encontro da necessidade de reincidência; esse é o caso do movimento intervencionista. É perceptível que esse movimento resgata imediatamente a memória do regime militar e aponta para a ordem do repetível, a partir de reivindicações como “queremos o AI-5”, no entanto, as condições de produção trabalham na atualização dos efeitos de sentido para os enunciados de abril 2020 e maio 2021 em relação de paráfrase com os de março de 1964.

Para elucidar a noção de paráfrase é necessário compreender o funcionamento do interdiscurso:

O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante pelo qual o saber de uma FD é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, para gerar sua redefinição ou retorno; para suscitar também a retomada de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também para lhe provocar, eventualmente, seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua degeneração. (COURTINE, 2016, p. 23)

A partir da formulação de Courtine, pretendemos em nossa pesquisa investigar a forma como dá-se o funcionamento dos elementos do discurso dos manifestantes da Marcha da Família para possibilitarem a repetição/paráfrase de seus enunciados no movimento intervencionista.

Entendemos a paráfrase como um retorno a um mesmo espaço do dizer, que retoma a partir da memória discursiva um já-dito e o repete a partir de outras condições de produção. Dessa forma, podemos compreender enunciados como “nossa bandeira jamais será vermelha” em relação parafrástica com “verde amarelo sem foice e sem martelo”. Entretanto, apesar do retorno aos mesmos elementos de saber, a mudança das condições de produção incita novos efeitos de sentido, o que nos possibilita argumentar que os enunciados de 1964 e 2020/2021 estão em relação de paráfrase, mas também de polissemia.

Orlandi (1999) relaciona paráfrase e polissemia como duas forças que constituem o discurso, porque ele se constrói na tensão entre o mesmo e o diferente. Toda vez que enunciamos produzimos um deslocamento ou “uma mexida na rede de filiação dos sentidos” (p. 36), porém utilizamos sempre já-ditos e nesse percurso entre polissemia e paráfrase, os sujeitos e os sentidos se movem. Por isso, apesar da relação entre a memória da Marcha da Família e o movimento intervencionista de 2020 e 2021, precisamos estar atentas à forma como os discursos se repetem, mas também se (re)significam.

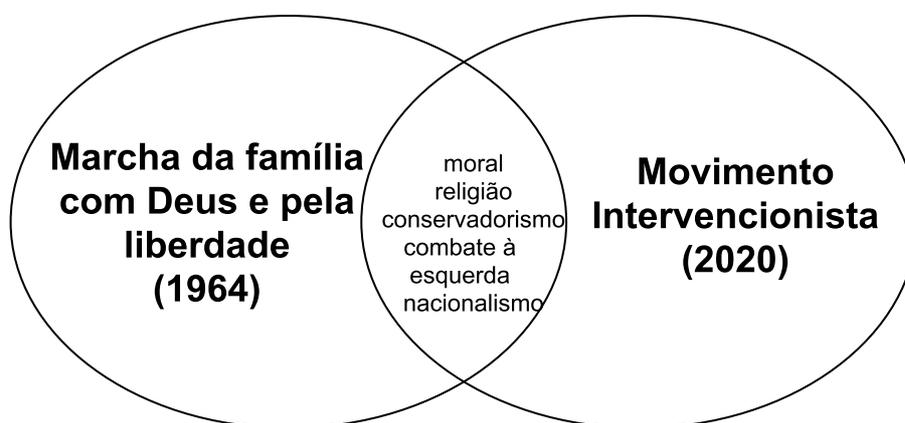
Em consonância com Zandwais, salientamos a relação entre a paráfrase e o processo de interpelação ideológica. De acordo com a autora:

discursos parafrásticos, ainda que produzidos por classes produtoras ou instituições distintas, têm em comum funções consensuais sobre os lugares das classes e das instituições das relações de reprodução/transformação social. E é, pois, a partir de tais realidades objetivas que se pode afirmar que os discursos parafrásticos correspondem a processos comuns de interpelação dos indivíduos em sujeitos. (1991, p 66)

Ao encontro do que é proposto pela autora e com o que já argumentamos anteriormente, podemos depreender a ideia de que o processo de interpelação dos sujeitos que se manifestaram na *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* se assemelha ao dos sujeitos que reivindicaram intervenção militar em 19 de abril de 2020 e maio de 2021. Com isso, podemos dizer que, apesar da atualização dos sentidos, as formas de interpelação se repetem, ou seja, as estratégias de persuasão e assujeitamento em ambos os movimentos de apelo a ideais antidemocráticos são semelhantes.

Para sistematizar a aproximação entre os dois movimentos, de 1964 e 2020, elaboramos a figura abaixo:

Figura 02 - Objetos do dizer que permeiam os movimentos



Fonte: elaboração própria

O atravessamento de saberes como a moral e a religiosidade causam estranhamento quando vinculados a movimentos que incitam a violência e a tomada do poder pelos militares. Entretanto, na história brasileira, esses saberes são

mobilizados funcionando como pano de fundo ideológico para a legitimação da barbárie.

Apesar de inúmeras lutas travadas, do embate entre discursos de resistência e saudosismo à ditadura militar brasileira, a roda da história gira e nos leva exatamente aos mesmos lugares. Há já-ditos de repressão e autoritarismo em nome da pátria que se atualizam e parecem jamais ter deixado de caber em nossa ordem social. O obscurantismo, disfarçado de progresso e combate à corrupção retorna à cena para fazer mais uma vez ressoar dizeres que pretendiam esquecer.

2. Ideologia, violência e controle dos aparelhos ideológicos de Estado

Quando querem transformar
Dignidade em doença
Quando querem transformar
Inteligência em traição
Quando querem transformar
Estupidez em recompensa
Quando querem transformar
E esperar sem maldição[...]
O Brasil é o país do futuro
(Renato Russo)

No capítulo anterior, debruçamo-nos sobre os processos de silenciamento, mobilizados pelo Estado durante a ditadura civil militar, bem como a forma como esses interferem na memória/esquecimento. A partir das reflexões anteriores, voltamos nosso olhar ao controle ideológico e às formas de subjetivação empregados durante o regime, de forma a trabalhar na dominância e na repetição dos discursos autoritários “saturando a sociedade com seus sentidos” (ORLANDI, 2017, p.18).

Em *Análise do Discurso*, a ideologia assume um caráter de extrema importância, o conceito orienta diversas análises e é o cerne da produção dos sentidos. Para Pêcheux (1997) “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”, isso nos leva a afirmar que existe uma relação constitutiva entre língua, sujeito e ideologia. Portanto, no presente capítulo, nos deteremos na elaboração de algumas observações sobre a ideologia, a forma como interpela os indivíduos em sujeitos (Cf. ALTHUSSER, 1985) e na (re)produção de práticas violentas.

Para darmos início às ponderações sobre ideologia é importante salientarmos que nossa perspectiva teórica se opõe ao idealismo. Trataremos então da ideologia a partir de sua existência prática, de seu caráter contraditório e aliado à luta de classes. Era desse lugar que falava Pêcheux ao elaborar suas teses sobre a *Análise Materialista do Discurso* e é desse lugar que partimos para refletir sobre a reprodução das relações de produção na lógica do Estado de exceção. Como dissemos anteriormente, amparadas por Althusser (1985), a ideologia interpela os

indivíduos em sujeitos, o que implica dizer que a natureza da existência humana é ideológica, visto que estamos sempre submetidos a seu funcionamento.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997), Pêcheux dedica um capítulo da obra para descrever a natureza da ideologia e seu entrelaçamento com o sujeito e com a linguagem. Para o filósofo, a ideologia produz evidências; daí a transparência da linguagem e a ilusão de sermos fontes do dizer e dos sentidos:

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 146).

Essa rede de evidências é produzida a partir da garantia de práticas ideológicas que asseguram a manutenção da reprodução de determinada ideologia que constitui determinados saberes, a grosso modo, podemos dizer que a reprodução da ideologia dominante é o que possibilita a estabilização dessa rede de evidências.

Para entendermos melhor a forma como a ideologia funciona socialmente, é crucial que retomemos as elaborações de Althusser ([1969]2013), no texto *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação)*. Nele o autor afirma que a existência de uma formação social depende da (re)produção das forças reprodutivas e das relações de produção existentes. Em linhas gerais, para a manutenção e funcionamento da formação social capitalista é necessário que os sujeitos reconheçam seu lugar na produção, isso ocorre a partir de instituições que trabalham em uma formação ideológica que (re)produza a ideologia dominante. Nas palavras de Althusser:

a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras de ordem estabelecidas, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também assegurem “com palavras” a dominação da classe dominante. (ALTHUSSER, [1969]2013,p.108)

A manutenção da exploração do trabalho e da hegemonia ideológica da ideologia dominante são dependentes de mecanismos de sujeição. Há também uma dependência dos mecanismos de sujeição às instituições que os garantem, com isso, a partir da leitura de Althusser (1969) podemos afirmar que existem aparelhos que propiciam as condições de reprodução das relações de produção. Esses aparelhos respondem à ordem estatal, por isso, antes de tratarmos do que Althusser denominou Aparelhos Ideológicos de Estado é necessário compreender o que é o Estado nos estudos materialistas.

O Estado ou Aparelho de Estado, é definido por Althusser como “força de execução e intervenção repressoras, a serviço das classes dominantes, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado” ([1969]2013, p.111). Diante desta definição, fica claro que o Estado é o Estado-capitalista-burguês, no entanto, seu funcionamento é assegurado justamente pela dissimulação do serviço à classe dominante. A partir de instâncias como as leis, a polícia e o exército, sob a forma da universalidade, o Estado aparenta determinar todas as classes da mesma forma; no entanto, as forças repressivas incidem com muito mais veemência contra o proletariado do que contra as classes dominantes. Essa discrepância da incidência da força repressiva do Estado pode ser destacada na forma como o regime militar favoreceu os setores financeiros e perseguiu os militantes de esquerda, por exemplo.

No que tange à ditadura militar brasileira, é necessário demarcarmos suas práticas violentas, como assassinatos, torturas, perseguições políticas a ativistas dos movimentos sociais, censura, entre outras. Vale ressaltar que essas práticas garantiram a legitimidade a partir do controle do aparelho ideológico jurídico (Cf. ALTHUSSER, 1985); assim sendo, além de reproduzir mecanismos de repressão, o Estado também produz formas de legitimação das práticas opressivas e da obediência a elas.

Tendo em vista que a utilização da violência foi a estratégia adotada para a manutenção do poder do Estado militar, revisitamos a obra *Violência* do filósofo esloveno Žižek (2008), que trabalha sob a dupla ótica do materialismo histórico e da psicanálise; dessa forma, sua aproximação teórica do escopo epistemológico da AD faz com que suas elaborações sejam produtivas para nossas reflexões.

Para o autor, existem dois tipos de violência: a subjetiva e a objetiva. De maneira generalizada, podemos definir a violência subjetiva como correspondente à violência física, ou seja, aquela perceptível de maneira imediata como uma forma de violência. A violência objetiva, por sua vez, é dividida em dois tipos: a violência sistêmica e a simbólica. A última diz respeito às práticas verbalmente violentas, o que comumente chamamos de discurso de ódio.

Já a violência sistêmica diz respeito às práticas violentas produzidas pelas instituições, por sistemas econômicos e políticos. Como estamos inseridos na formação social capitalista, é importante destacar que essa forma de violência é materializada na desigualdade social e na forma como é apreendida como natural, em uma relação de classes dissimétrica a qual se apresenta como inerente à organização social, essa naturalização acontece através do assujeitamento ideológico produzido no interior dos aparelhos ideológicos de estado.

O funcionamento da violência objetiva sistêmica é garantido a partir da reprodução das narrativas meritocráticas que compreendem sujeitos eficientes, como aqueles que terão êxito e serão, por sua eficiência, os detentores do capital. Além desses, há os sujeitos médios, os quais não são os donos do capital, mas garantem certa qualidade de vida e, por fim, os sujeitos ineficientes, ou seja, os que, na lógica meritocrática, “merecem” a miséria. Nesta perspectiva, Žižek (2008) demonstra a perversidade da violência sistêmica, que, pelo fato de não ser percebida imediatamente é ainda mais nociva, pois sob a forma do que é natural e inerente às sociedades, garante sua prevalência e sua reprodução.

No caso específico em que estamos trabalhando, a ditadura militar, podemos perceber que as formas de violência objetiva, garantem legitimidade à violência subjetiva. Ou seja, a formação social capitalista, a partir do controle dos Aparelhos Ideológicos de Estado garante a reprodução das relações de produção, de forma a naturalizar as desigualdades. No caso do golpe de 1964, essa forma de violência desencadeou as lutas anti-reformas, uma vez que as reformas de base operariam mudanças nesta estrutura social desigual. Da mesma forma, as práticas verbais violentas anticomunistas, ou de acordo com Žižek (2008), a violência simbólica, pretendiam evidenciar os comunistas, ou melhor, os movimentos sociais como um

todo, como sujeitos estranhos que ameaçam a ilusória homogeneidade da formação social capitalista.

Ao garantir o funcionamento das duas formas de violência objetiva, sistêmica e simbólica, elas passam a funcionar como um fundo ideológico a partir do qual se dará a violência subjetiva, como a tortura e os assassinatos. Dessa forma, ainda que não percebidas, por se darem via esquecimento ideológico (Cf. PÊCHEUX, 1997), as formas de violência objetiva desencadeiam a própria prática violenta subjetiva, física. Sustentada por esse duplo jogo violento, a ditadura militar brasileira abriu uma série de feridas em nossa democracia, desgastando cada uma de suas instâncias.

Esses gestos de violência, na ordem do regime militar, instauraram uma política de exceção, onde o medo figurava como sentimento latente, uma vez que qualquer ato visto como subversivo era fortemente combatido pelas instâncias governamentais golpistas. As práticas de tortura, silenciamentos e assassinatos demonstravam a necessidade de estancar qualquer possibilidade de resistência, para, dessa forma, garantir a manutenção do poder militar vigente e anular a oposição/resistência.

A partir das práticas de violência e repressão, o Estado garante formas de (re)produzir evidências aos sujeitos através da ideologia, que, por sua vez, assume sua forma material nos sujeitos e no discurso. Por isso, mobilizamos a noção de sujeito para a AD, uma vez que a interpelação ideológica é indissociável do conceito de sujeito. Nas palavras de Ferreira:

Ao ser constituído pela linguagem, o sujeito encontra nela sua morada e disso decorre uma marca do sujeito enquanto efeito de linguagem. Por outro lado, ao sofrer a determinação da ideologia, por via da interpelação, o sujeito se configura como assujeitado. E por ser também um sujeito do inconsciente, descontínuo por excelência e que se ordena por irrupções pontuais, esse sujeito se mostra como desejante (2017, p.5).

Submetido à ordem da ideologia, o sujeito é constituído pela linguagem e marcado pelo inconsciente, justamente por isso, é atravessado pelo desejo, que nele irrompe como um anseio, o qual pode acarretar uma falha no ritual de assujeitamento ideológico. Iremos nos deter nesse aspecto a seguir, no subcapítulo em que falamos sobre a revolta.

Desembaraçando os processos de dominação, veremos que o controle do Estado pertence à classe dominante, e da mesma forma acontece com os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). De acordo com Althusser (1985), os AIEs sustentam a reprodução da ideologia dominante de forma institucionalizada, diferenciando-se do Aparelho de Estado (AE) sobretudo por seu caráter ideológico e não violento. Althusser ([1969]2013) apresenta o funcionamento ideológico ou repressivo dos aparelhos como elementos de diferenciação do AE para os AIEs, de acordo com o autor,

o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão (inclusive a repressão física) e secundariamente pela ideologia [...] os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia, mas também funcionam secundariamente pela repressão. ALTHUSSER, [1969]2013, p.115)

A partir dos AIEs, os sujeitos terão acesso a rede de evidências produzidas pela ideologia, bem como a formas de punições e disciplinarização, para que reconheçam seu lugar nas relações de produção.

Com isso, amparadas na leitura de Althusser, podemos afirmar que o controle dos sujeitos é garantido pela dupla ótica da ideologia e da repressão. Ou seja, para que a sujeição do proletariado à classe dominante aconteça, é necessário que o Estado produza mecanismos de controle e intimidação aos sujeitos, determinando que o desvio de conduta pode acarretar retaliações como a censura, a suspensão, o encarceramento, etc. Isso implica dizer que os AIEs não só reproduzem os saberes dominantes, como também disciplinam os sujeitos pela ameaça da punição.

As ideologias funcionam na dominação dos sujeitos então via inconsciente e através de práticas que asseguram a reprodução das relações de produção. Esse processo acontece em diversas instituições de caráter público e privado que trabalham nesse processo de reprodução da ideologia dominante, dentre elas, Althusser (1985) elenca como principais Aparelhos Ideológicos de Estado: AIE religioso, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE da informação (imprensa) e o AIE cultural. A partir dessa listagem, podemos perceber que cada AIE, a partir de seu domínio utilizará de formas distintas de reprodução da ideologia capitalista.

No escopo deste trabalho, apesar de sabermos a importância da estrutura violenta do Aparelho Repressivo de Estado Militar, contanto com o exército, o judiciário e a polícia militar, mobilizamos os AIEs que julgamos fundamentais a manutenção e predominância da narrativa positiva associada ao regime e inscrita na memória social brasileira - o AIE escolar e o AIE da informação.

2.1 Educação para conter a ameaça comunista - a mordada do ontem e do hoje

Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), elenca a escola como o principal AIE, devido ao tempo prolongado que os sujeitos passam na escola, bem como à audiência cativa e obrigatória que permite a exposição cotidiana aos saberes dominantes de forma efetiva. Com isso, não é à toa que regimes e governos autoritários buscam na escola uma forma de controle dos sujeitos. Durante a ditadura, a presença de militares nas escolas e a produção de material didático em consonância com os ideais do regime eram recorrentes e, em nossa história recente, há tentativas de controle dos saberes que circulam nas escolas em iniciativas como a *escola sem partido*¹⁶, por exemplo.

Tamanha preocupação com a escola não se deve ao desejo de superação da ignorância, da pobreza e da limitação intelectual, pelo contrário, deve-se ao potencial de construção de saberes e de assujeitamento ideológico das escolas e universidades. Dessa forma, a partir de leis e regimentos curriculares, o Estado sempre incide no controle do AIE escolar, o qual por sua vez incide no controle e na disciplinarização dos sujeitos:

O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num momento dado produzem esse resultado de que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e, portanto, reproduzida como tal (ALTHUSSER, 1985, p 57).

¹⁶ O Projeto de Lei n. 867/2015, denominado “Escola sem partido”, foi proposto na câmara pelo Deputado Izalci (PSDB-DF). O PL, atualmente arquivado, é uma iniciativa para promover o silenciamento e a perseguição política de professores. O texto do projeto versa sobre a proibição da abordagem de temas como gênero, raça e sexualidade em sala de aula, o que demonstra o caráter autoritário e ideológico do projeto.

Portanto, podemos afirmar que a escola, dominada e sujeita ao Estado, trabalha na disciplinarização, para que os sujeitos reconheçam seu lugar na produção.

Com a instauração do regime militar em 1964, a lógica econômica do desenvolvimentismo capitalista foi radicalmente aprofundada. Sob o *Slogan* “Brasil grande potência”, os esforços do poder militar estavam voltados a uma consolidação da escola como lugar de fortalecimento da racionalidade tecnocrática. Ou seja, durante o regime militar, a escola precisava servir ao seu fim de produzir mão de obra qualificada ao mercado e ao desenvolvimento econômico do Brasil e a política era lugar dos saberes técnicos e não de intelectuais das questões sociais e políticas.

A escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado foi duramente afetada durante o regime militar brasileiro, o projeto militar para a educação era a hegemonização dos saberes ditatoriais, sobretudo na formação sociológica substituída na ditadura pela disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). A subtração da Sociologia nos currículos escolares, demonstra o caráter de silenciamento de saberes ameaçadores à manutenção do poder militar.

Perucchi (2009) argumenta que, durante a ditadura militar, houve um grande processo de reformas na educação brasileira, com o objetivo de silenciar práticas educacionais críticas e libertadoras:

A reforma educacional da ditadura militar tornava disciplinas obrigatórias da grade curricular da educação básica as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) voltadas para difundir os valores e os interesses de classe burgueses nas escolas. (PERUCCHI, 2009, p. 13)

Essas reformas educacionais garantem que os saberes morais e supostamente patrióticos evidenciados na *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* assumam protagonismo na formação de crianças e jovens, os quais, assujeitados à ideologia dominante do Estado militar, tornaram-se mão-de-obra qualificada e disciplinada para obedecer à lógica servil do capitalismo.

O apelo à aprendizagem de técnicas e ao desenvolvimentismo foi ainda mais intensificado por métodos de alfabetização sintéticos, o qual para Moll (1996, p. 55), “[...] conduzem a uma decodificação automática, que pode provocar o desinteresse

da criança pela leitura e o conseqüente afastamento da realidade social". Com isso, as crianças, durante o regime militar, eram treinadas para decodificar palavras, não para interpretar de forma crítica os textos e a sociedade em que vivem. Para garantir a implementação do método sintético de alfabetização e controlar os conteúdos que circulavam nas escolas, o governo militar utilizou as cartilhas "Caminho Suave", as quais ditavam um passo a passo para o educador e limitavam o exercício da livre docência (CAGLIARI, 1999).

O controle em relação aos métodos de alfabetização e leitura assumiram tanta importância na estratégia de dominação da ditadura militar, que a subversão ao método sintético de alfabetização e a crítica ao analfabetismo eram duramente perseguidas pelo regime. Um exemplo foi o movimento pela alfabetização "De pé no chão também se aprende a ler", liderado por Paulo Freire. Esse movimento tinha como proposta a alfabetização alinhada com as questões sociais, ou seja, os educadores e educandos debatiam o papel das palavras aprendidas em seus contextos sociais e além, o método abordava o processo de formação de palavras para orientar o processo de escrita e reflexão, não apenas a decodificação (SOEK, HARACEMIV e STOLTZ, 2009).

Pela desconstrução dos limites impostos pelo método sintético de alfabetização, e pelo apelo à leitura crítica das relações sociais, o movimento liderado por Paulo Freire sofreu perseguição, e a campanha de alfabetização foi extinta pelo governo militar. De acordo com os ditadores, o método proposto por Freire e seus apoiadores era uma ameaça à ordem instalada pelo poder militar e o material didático utilizado tinha conteúdos com teor comunista (SOEK, HARACEMIV e STOLTZ, 2009, p. 15).

Além da implementação de disciplinas que difundiam os valores dominantes do poder militar, havia a utilização de uma série de ferramentas que davam ainda mais sustentação à educação política voltada à manutenção do regime e à associação a imaginários de progresso e avanço social. De acordo com Perucchi (2009), os livros didáticos das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira amparavam a construção da soberania militar:

Os livros didáticos adotados para servirem como instrumentos dos docentes de OSPB, fontes desta pesquisa, compunham-se em sua maioria de

conteúdos propagandistas do governo militar, isentos de críticas que possibilitassem a compreensão, por parte dos alunos, dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais daquele período, e repletos de apelos religiosos de educação familiar e ufanista. (PERUCCHI, 2009, p. 14)

As reformas na educação ditam uma espécie de reformulação cultural durante o regime militar, em prol da ordem e da disciplina, com objetivos desenvolvimentistas e tecnicistas. A educação durante a ditadura militar fazia parte de um planejamento não apenas de sujeição ideológica dos alunos, mas também do cumprimento de metas, de forma a melhorar a performance nas avaliações, gerando índices mais positivos nos processos de mensuração da aprendizagem dos alunos brasileiros. Essas reformas concorriam para o fim de transformar o ambiente escolar em um espaço de ordem (MARTINS, 2014).

De acordo com Sintoni (1999), outro fator crucial para a preocupação dos militares com o aparelho ideológico escolar era a “comunização” das crianças e adolescentes. De acordo com o autor, os militares intervieram no Ministério da Educação, por considerá-lo um dos principais agentes da reprodução dos saberes comunistas na escola e, diante da ameaça da popularização do comunismo, as reformas na educação deveriam ser prioridade dos governos militares.

As reformas na educação e a utilização de materiais didáticos que reforçam as ideias ditatoriais afetam a possibilidade de leituras críticas do mundo. Anteriormente, argumentamos que sujeito, ideologia e linguagem se constituem mutuamente, dessa maneira, as mordanças que impedem os professores e alunos de enunciar sua realidade e a imposição de ideais em consonância com o poder militar, estabilizam um rede de sentidos e trabalham na reprodução/repetição dos mesmos saberes dominantes, como a demonização do comunismo e dos movimentos sociais em geral, a naturalização do ufanismo e o apelo à moral e à religiosidade como padrão de conduta.

Vejamos o que previa a educação moral e cívica nas escolas no o Decreto n. 58023 de 21 de março de 1966 sancionado pelo ditador Castelo Branco:

Art.2º- A Educação cívica visa à formação nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de

liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (BRASIL, 1966).

O apelo ao apreço à pátria e à necessidade de inculcar na formação dos discentes a obediência à lei demonstram o caráter de formação de sujeitos disciplinados e obedientes, os quais cumprem, mas não questionam seus deveres.

Tamanha repressão e silenciamento no AIE escolar dificultam a inscrição da resistência e subtraem a possibilidade de percepção de outros sentidos possíveis, além dos sentidos cristalizados pela ideologia, que se tornam hegemônicos pela ilusória transparência da língua. No entanto, em Análise do Discurso, sabemos sempre haver furos, permitindo a irrupção de outros sentidos, que, embora conflitantes, marcam presença nos discursos e nos permitem a observação de sentidos outros, dada a contradição, produto da luta de classes, fundante de todo discurso.

Após a redemocratização do Estado e a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram também processos de mudança no aparelho escolar. Apesar da ilusória democratização, a escola, por ainda pertencer ao escopo dos Aparelhos Ideológicos de Estado, tem como preceito de funcionamento a reprodução das relações de produção. Amparadas em Pêcheux (1997), podemos caracterizar que, por seu caráter contraditório, os AIEs não oferecem apenas as condições de reprodução, mas também de transformação ideológica. Justamente por isso, após o movimento de tentativas de democratização das escolas, houve também uma articulação legislativa para conter esse processo, uma vez que ele é caracterizado pela extrema-direita como “doutrinação política e ideológica nas escolas”.

Para pensarmos no processo de censura, pós-regime militar, que demonstra a forma como os saberes ditatoriais ressoam sentidos em nossas práticas sociais atualmente, elencamos um trecho do PL escola sem partido n. 867/2015:

Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos **20 ou 30 anos** –, **entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas**, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (grifos nossos)

Vejamos. Se analisarmos as condições imediatas da produção do texto do PL, percebemos que os últimos “20 ou 30 anos” referenciados no projeto, correspondem justamente ao período ditatorial que findou em 1985. Com isso, distinguimos a relação explícita da proposta legislativa com os valores do regime militar que reverberam a tentativa de contenção da possibilidade de transformação do AIE escolar.

Como vimos no capítulo anterior, a predominância dos saberes golpistas na memória social brasileira e os inúmeros apagamentos e recalques instauram a necessidade da repetição. No âmbito educacional, há práticas e valores da educação durante o regime militar que fazem eco em proposições legislativas visando ao silenciamento docente, bem como a criação de escolas militarizadas¹⁷ cujas práticas reforçam a hierarquização e a violência. Essa presença de valores do regime militar demonstra que, apesar de seu término em 1985, os saberes de militarização e violência seguem fazendo eco na sociedade brasileira.

A militarização das escolas assume protagonismo nas ações do Ministério da Educação após a posse do chefe do executivo Jair Bolsonaro em 2019. O governo instituiu uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, dando o peso necessário à força-tarefa de ampliação das escolas militarizadas e seus métodos de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2019).

Santos (2021) propõe uma reflexão fundamental sobre esse processo de militarização das escolas e o crescimento de entusiastas deste modelo de educação por todo o país. Fazemos eco ao questionamento de Santos em relação ao que leva lideranças políticas e gestores a acreditarem que militares ensinam melhor do que educadores. A presença da polícia nas escolas aponta para uma outra forma de pensar a educação, alinhada com a manutenção da ordem tal qual faziam os militares de 1964 a 1985.

¹⁷ Nos ancoramos na noção de militarização das escolas desenvolvida por Santos, Alves, Mocarzel e Moehlecke (2019). Os autores entendem por militarizadas instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares.

Sob o argumento da crise na educação básica, a militarização das escolas aparece como proposta de resolução dos problemas, no entanto, o tema possui muitas contradições e polêmicas que nos levam a questionar:

A Polícia está na escola para resolver a crise da educação ou para aprisionar e controlar mentes e corpos que insistem em questionar e se rebelar contra a barbárie que se concretiza em todas as formas de violência, como racismo, machismo e preconceito relativos a gênero e orientação sexual? (SANTOS, 2021, p.2)

A escola, historicamente desvalorizada, é vista sempre como a causa e, curiosamente, também como solução para os problemas estruturais da sociedade. Se voltar contra a escola e reformá-la em consonância com os valores de quem detém o poder, como a ordem, disciplina e obediência é uma alternativa repetível que já possui certa regularidade na história brasileira.

Expusemos aqui as reformas na educação propostas pelos militares durante a ditadura, bem como as disciplinas orientadas por valores como a moral e o cumprimento de deveres sociais. Apesar de aparentemente serem questões do passado, essas mesmas disciplinas retornam aos currículos em escolas militarizadas, as quais não reformaram apenas seu modelo de gestão, mas também o currículo escolar e instituíram disciplinas ministradas por militares - Civismo, Educação Moral e Cívica e Ordem Unida. Esses resquícios da ditadura demonstram que ainda há processos de militarização e violência em prol de uma suposta moral e da ordem que sobreviveram à redemocratização do Estado e figuram como um desejo dos pais conservadores e de lideranças políticas.

Esse entusiasmo, em torno das escolas cívico-militares, leva-nos a questionar as estratégias argumentativas em torno dos objetivos da implementação dessas escolas e porque têm persuadido tantos adeptos. No artigo 2º da Portaria de implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, podemos observar quais os objetivos da militarização das escolas:

I. Aumentar as taxas de aprovação dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, assim como no acesso a Instituições de Ensino

- Superior – IES, bem como proporcionar maior inserção desses estudantes no mundo do trabalho;
- II. Reduzir as taxas de reprovação, abandono e evasão escolar dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
 - III. Alcançar e superar as metas estabelecidas, nas Unidades Escolares, para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb;
 - IV. Facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos aos estudantes das Unidades de Ensino;
 - V. Aumentar a disciplina e o respeito hierárquico;
 - VI. Formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei n. 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional;
 - VII. Obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino;
 - VIII. Reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar, bem como na região onde a escola esteja situada. (DISTRITO FEDERAL, 2019 apud SANTOS, 2021)

Amparado na lógica competitiva e produtiva neoliberal, um dos principais argumentos em favor da militarização é o aumento de aprovação nas instituições de ensino superior e a inserção no mundo trabalho, reduzindo a escola à finalidade de produzir força de trabalho diversamente qualificada. Outro ponto importante é a preocupação com os índices de aprovação, e o apelo ao patriotismo, herança do desenvolvimentismo dos militares que objetivavam que o Brasil fosse uma grande potência. Ambos os objetivos não versam sobre a forma como os sujeitos incidem na vida em sociedade, tampouco sobre a capacidade de ter uma leitura crítica sobre o país em que vivem.

Se atentarmos para os objetivos VII e VIII, que versam especificamente sobre os índices de criminalidade e segurança pública, podemos depreender que a presença da polícia nas escolas reforça padrões de disciplinarização pela punição, ou melhor, pelo medo. Impõe-se na escola os mesmos parâmetros dos quartéis e das prisões e limita-se a capacidade de subverter a ordem vigente, mesmo que essa seja estabelecida pelo uso arbitrário da força e da hierarquia.

As reflexões propostas neste subcapítulo demonstram a forma como o silenciamento e o controle dos sujeitos durante a ditadura militar, especialmente no espaço escolar, trabalharam na cristalização de sentidos positivos associados ao regime. A dificuldade da leitura dos sentidos de oposição, corroboram também para

o apelo à repetição das práticas políticas e ideológicas da ditadura, como se essas promovessem o progresso e protegessem a dignidade das crianças e adolescentes.

Essa dissimulação na história da educação brasileira aponta sempre para os educadores como culpados, dignos da perseguição e do amordaçamento simbólico imposto pela legislação. Na iminência da punição, as escolas seguem fadadas à reprodução dos saberes dominantes e cada vez mais longe de apresentar as condições de transformação das relações de produção. Devido a esse fato, ainda restam muitos vestígios da ditadura brasileira nas escolas, o que corrobora também na prevalência de sentidos autoritários em relação à memória da (não)democracia no Brasil e para a manutenção de práticas instauradas pelo regime militar na educação, que voltam à tona em prol do desenvolvimentismo, do cumprimento de metas e da disciplinarização dos sujeitos.

2.2 A mídia e a construção do imaginário positivo associado à ditadura

No primeiro capítulo, na esteira da censura e dos processos violentos de silenciamento promovidos pelo poder militar, depreendemos reflexões quanto à possibilidade de inscrições de discursos contrários à ditadura na memória. Nossas ponderações teóricas levam-nos à ideia de que o que foi recalcado na ordem da memória, não apresenta como produto o esquecimento, mas retorna, pela necessidade da repetição.

Apesar de parecer óbvia a relação entre o movimento intervencionista atual e a ditadura militar, em decorrência do ressentimento e da necessidade da repetição, levantamos o questionamento sobre como a reprodução de saberes positivos associados à ditadura também podem contribuir neste processo de repetição e reivindicação de um novo regime militar, como se esse fosse a única resolução possível aos problemas sociais brasileiros.

Partimos do pressuposto de que as ditaduras não garantem o poder apenas pela força das armas, acreditamos que foi também através da imprensa que o golpe de 1964 foi efetivado. Nessa lógica, pensamos na possibilidade do assujeitamento

via Aparelhos Ideológicos de Estado e destacamos o papel da mídia na construção de imaginários sobre a ditadura. Para discorrermos sobre essa construção, é necessário compreender o funcionamento do discurso jornalístico, de acordo com Mariani:

Encontra-se no discurso jornalístico, uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia da posição 'jornalística') e é nesta discursivização - um falar sobre de natureza institucional - que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito. (1998, p. 106)

A partir do que argumenta Mariani (1998), é possível percebermos a eficiência da mídia enquanto AIE, uma vez que ela figura na reprodução dos saberes, de forma tão naturalizada como um discurso de credibilidade e confiabilidade, que os sujeitos, tanto jornalistas, quanto leitores, sequer percebem os mecanismos de controle institucionais sobre os dizeres que circulam nos veículos de imprensa. Outro aspecto importante é que, na evidência produzida pela ideologia da transparência da língua, o que é narrado por jornalistas assume um sentido único, dominante, de acordo com o processo de interpelação do sujeito-leitor, havendo, portanto, pouco espaço para os sentidos-outros.

Além desses aspectos, a suposta não-interferência da ideologia com a qual o sujeito jornalista se identifica também interfere na recepção dos discursos produzidos na imprensa. Ou seja, a produção de sentidos relacionada ao discurso jornalístico é afetada pela ideia de neutralidade, que objetiva apagar o lugar ocupado pela imprensa na luta de classes e homogeneizar os sentidos. A falácia da neutralidade no discurso jornalístico também corrobora para a atribuição do valor de verdade a todo conteúdo veiculado pela imprensa.

Essa credibilidade associada aos discursos que circulam na imprensa é fundamental para a construção do imaginário social associado à ditadura militar. Durante o regime, além da utilização de mecanismos de censura para conter a elaboração e a reprodução de críticas em relação ao Estado de exceção, havia inúmeras estratégias propagandistas que corroboram, ainda hoje, na discursivização sobre o Brasil e seu período ditatorial mais longo.

Orlandi (1996, p.32) elabora a ideia de que o imaginário é o fator que produz o efeito de evidência, de transparência da linguagem, a ilusão referencial em que a linguagem é diretamente relacionada ao mundo", ou seja, o imaginário, a partir de seu caráter ideológico, produz a evidência de realidade à forma como o sujeito interpreta dizeres a partir de sua interpelação. O imaginário funciona então como uma ilusão do real, que trabalha na produção da aparência de homogeneidade; dessa forma, a relação do sujeito com a realidade é efeito do imaginário.

Essa noção de imaginário, como efeito ideológico na produção de realidade(s), direciona-nos a problematizar o entrelaçamento entre os AIEs e o imaginário. Se os AIEs são lugares de reprodução das relações de produção, ou melhor, de assujeitamento ideológico e o imaginário é efeito da ideologia, existe uma relação constitutiva também entre AIEs e a construção do imaginário. Neste caso específico, questionamos a relação entre o assujeitamento produzido pela mídia e a formação do imaginário relacionado à ditadura.

Já contribuimos anteriormente para o debate relativo à censura durante a ditadura militar. Resta dizer que essa forma de controle, embora se distinga das práticas violentas e corruptas do regime, participou intensamente do cerceamento dos discursos de oposição e revolta. Para garantir a predominância de sentidos afeitos ao regime na memória social brasileira, foi necessário ao Estado militar não apenas proceder ao silenciamento dos sentidos que lhe eram opostos, mas à repetição incessante de discursos favoráveis ao poder militar e à desmoralização da resistência.

A saturação de sentidos positivos associados ao regime militar na sociedade brasileira foi produto de um árduo trabalho propagandista nacionalista e ufanista, desenvolvido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)¹⁸, que contribuiu para a construção de um imaginário positivo vinculado ao poder militar, colando o governo ditatorial a sentidos de progresso e avanços sociais, políticos e econômicos. Vejamos uma das propagandas em circulação na época.

Figura 3 - Propaganda do Governo Médici: O Brasil é o país do futuro

¹⁸ Criada no governo Costa e Silva com decreto n. 62.119, de 15 de janeiro de 1968.



Fonte: A Propaganda e a Publicidade no Governo Médici: muito além do ufanismo¹⁹

A formulação da propaganda acima constituiu-se num dos instrumentos de fomento – da ordem do imaginário –, eficaz e eficiente para a inscrição e a regularização de sentidos na memória discursiva. Seus significantes imagéticos – as cores verde e amarelo do cartaz que remetem à bandeira, símbolo do patriotismo; a presença, em sua parte superior, de um botão de rosa, metáfora de um Brasil criança em contraste com os elementos da parte inferior, relativos a um devir figurativizado através do seu desabrochar, metáfora de um Brasil que cresceu, –, conjugam-se aos significantes linguísticos que representam também uma alternância temporal entre um passado de estagnação e um futuro-presente próspero. Isso ocorre através da modalidade verbal das formulações, uso de verbos no pretérito (imperfeito, tempo verbal típico de continuidade de ação, e o perfeito, tempo verbal característico de ação acabada) e do emprego dos operadores (até, apenas, referentes ao pretérito, e então, referente ao presente-futuro) que produzem, mediante o implícito a eles vinculado –“A ditadura propiciou o crescimento do país”

¹⁹ Disponível em:

http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332983067_ARQUIVO_APropagandaeaPublicidadenoGovernoMedici_1.pdf

–, um efeito de positividade, relacionado ao regime de exceção que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964.

As estratégias propagandistas do governo, conseqüentemente, contribuíram, de diferentes modos, não só para um sentimento de pertencimento e nacionalismo, mas também para a concepção da ideia de que o futuro de renovação e avanços sociais, políticos e econômicos estavam finalmente sendo experienciados pelos brasileiros devido ao governo militar. Outro recurso importante adotado pelas propagandas era a interlocução com outros setores sociais os quais colocavam o país em evidência, dentre eles, o futebol. Após a vitória da copa do mundo de 1970, o enunciado “ninguém segura este país” circulou em propagandas com o intuito de relacionar as vitórias no esporte às conquistas políticas e sociais²⁰.

Apesar da eficiência propagandista, existe outra “cartada” midiática que interfere no imaginário associado à ditadura. Além de evidenciarem os militares como salvadores da pátria, promotores do progresso, era necessária a discursivização e atribuição de sentidos marginalizados vinculados à resistência. Essa construção dicotômica parte a sociedade brasileira da época em dois espectros antagônicos – os amantes do país, que trabalham para seu desenvolvimento, X terroristas, opositores ao governo militar e inimigos da pátria. Na figura abaixo, constatamos que essa construção espalhou-se na sociedade brasileira com a anuência da grande mídia.

Figura 04 – Reportagem do Jornal do Commercio

²⁰ Nesse enunciado, o indefinido “ninguém” não produz um referente específico e simultaneamente carrega um pressuposto relativo à possibilidade de alguém querer segurar o país, provavelmente aqueles que, na perspectiva da direita, seriam os opositores à ditadura.



Fonte: Desacato²¹

As formas de desmoralização dos militantes sociais durante a ditadura militar inegavelmente contribuíram para a dissimulação da realidade opressiva do regime, instaurando a ideia de que a repressão do governo militar atingia apenas os sujeitos subversivos, retratados inúmeras vezes como terroristas, inimigos da revolução e perturbadores da ordem. Esse movimento de discursivização e de marginalização do outro, somado às práticas de silenciamento, foi crucial para a constituição da hegemonia militar.

A questão da designação, portanto, possui, nesse caso, uma dimensão pragmática que não pode ser descurada. De “militantes de esquerda” a “terroristas”, não temos uma mera questão de substituição de termos, mas um processo metafórico e sintomático de confronto entre posições-sujeito antagônicas, relativo aos processos de identificação que constituem os sujeitos. Os efeitos de sentido daí decorrentes acarretam sérias consequências em suas vidas; no caso do termo “terrorista”, utilizado para designar aqueles que se opunham ao sistema, essas

²¹ Disponível em: <http://desacato.info/45-anos-do-assassinato-de-soledad-barrett-viedma/>

consequências foram extremamente dramáticas, afetando cruelmente seus corpos. Referimo-nos à tortura, à prisão e à morte.

2.3 Revolta clandestina e disputa pelos sentidos

As estratégias militares para conter o fantasma²² do comunismo e cristalizar sentidos, produzidos através da dissimulação da história, mostram-se efetivas toda vez que ideias autoritárias escancaram a face sem receio e, pelo recalque da memória ditatorial, assumem espaços de protagonismo social. Em virtude do (des)conhecimento, saudosistas do regime militar ocupam as ruas e assumem publicamente o desejo de uma nova intervenção. Por isso, voltamos nosso olhar às possibilidades de registro da resistência à memória, apesar da censura e dos assassinatos.

Nossos gestos reflexivos encaminharam para a ideia de que todo o movimento repressivo do Estado militar e a tomada do controle de diversos AIEs contribuíram para a sujeição generalizada da sociedade brasileira, não só durante a ditadura, mas também no presente, visto que os sentidos positivos associados ao regime corroboram para a construção de manifestações de rua pró-intervenção militar. Perguntamos: esses métodos de controle dos sujeitos dão espaço à falha no ritual de assujeitamento?

Esse questionamento é fundamental à constituição deste trabalho em face dos processos de controle subjetivo impostos pelo Estado; além disso, pensamos que, apenas em virtude da resistência, seria possível afetar as relações de dominância e sentidos cristalizados na memória sobre os acontecimentos que se sucederam de 1964 a 1985. Althusser, ao tratar dos AIEs nos deixa pistas sobre a possibilidade da resistência:

²² Utilizamos a designação *fantasma do comunismo* conforme Mariani tomando o comunismo como “um imaginário que assombra o sujeito pragmático uma vez que se encontra além da percepção imediata. Uma fantasmagoria evocada como ameaça de perigo, falada pelo outro e que se encontra revestida por histórias e sentidos vindos de alhures”. (2019, p. 282)

o Estado e seus aparelhos, só tem sentido do ponto de vista da luta de classes, enquanto aparelho da luta de classes mantenedor da opressão de classe e das condições da exploração e sua reprodução. Não há luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classe dominante, diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada. (1985, p.106)

O Estado, apesar de trabalhar na manutenção da lógica repressora, de exploração de uma classe sobre a outra, não funciona de forma inequívoca, ou seja, é justamente pela possibilidade de resistência que ocorre a necessidade da repressão, seja ela física ou não.

Para Pêcheux (1997), a luta de classes é assimétrica, por isso, há uma predominância de uma classe dominante que exerce seu poder de exploração sobre as classes dominadas; dessa forma, o funcionamento da ideologia dominante deve-se justamente à dissimetria na queda de braços entre proletariado e capital:

não poderia, levando-se em conta o que acabamos de dizer, ser pensada como oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra em um mesmo espaço. A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é simétrica, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que a outra: se estamos precisando desse ponto, é porque numerosas concepções da luta ideológica tomam como uma evidência anterior à luta [...] a existência da sociedade (com “o Estado” acima dela) como espaço, como terreno dessa luta. (p.147)

A evidência do Estado como terreno da luta de classes, e não como aparelho repressivo que coordena esse processo, também funciona na manutenção da lógica repressora, em um processo infinito de dominação. No entanto, envolvidas pelo aparato epistemológico da AD, é possível detectarmos furos no ritual de assujeitamento e refletirmos sobre a ordem da resistência da língua e dos sujeitos.

Sabemos que, em análise do discurso, o sujeito é duplamente interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, porém, apesar das forças repressivas do poder estatal, o ritual de assujeitamento, justamente pelo caráter desejante de constituição desse sujeito dividido e inconsciente, está sujeito a falhas. Pêcheux (1997, p. 281), no anexo III de *Início de uma retificação*, lança a ideia de que “não há dominação sem resistência”, e que essa resistência emerge na ordem da história e do sujeito.

Para refletirmos sobre a resistência e também sobre a conformidade com o regime militar, retomamos as modalidades discursivas de funcionamento subjetivo, a

saber: *identificação, contraidentificação e desidentificação*. Essas modalidades, nos permitirão abordar os processos de resistência ou conformismo dos sujeitos com as FDs que os interpelam.

Começemos pela primeira modalidade, elencada por Pêcheux como identificação. Nesta, o sujeito está identificado e fortemente determinado pela forma-sujeito²³ da FD que o interpela:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do "livre consentimento": essa superposição caracteriza o discurso do "bom sujeito" que reflete espontaneamente o Sujeito. (1997, p. 215)

Essa identificação, assim como o processo de interpelação também se dá de maneira inconsciente, visto que o funcionamento da ideologia é garantido a partir do encobrimento da própria existência. Por isso, o "bom sujeito", plenamente identificado, em virtude da estupidez em relação à luta de classes, é o próprio agente de sua sujeição.

O "bom sujeito" no contexto das nossas reflexões, seria o sujeito patriótico, ufanista e entusiasta da "revolução democrática de 31 de março de 1964". O sujeito que acredita e reproduz os saberes de moralização em nome da pátria, sem questionar ou opor-se às práticas violentas ocorridas no interior dos departamentos do exército. O "bom sujeito" é útil à cristalização dos sentidos, e à garantia da hegemonia, uma vez que é um reproduzidor em potencial, fazendo circular o discurso dominante. Apesar da tendência do sujeito em refletir a forma-sujeito, em virtude da constituição inconsciente, fragmentada e desejante do sujeito, há espaço para lapsos e falhas as quais, vez ou outra, desencadearam processos de resistência até mesmo do bom-sujeito.

Diferentemente, do "bom sujeito" a segunda modalidade discursiva de funcionamento subjetivo abrange o contradiscurso, o questionamento do sujeito aos saberes da FD que o interpela, gerando um processo de *contraidentificação*. De acordo com Pêcheux:

²³ Tomamos como 'forma-sujeito' um efeito que abrange os saberes de determinada formação discursiva sob a forma de um modelo. Ou seja, a forma-sujeito dita condutas e dizeres a serem reproduzidos por todo o sujeito filiado a essa rede de saberes, ou melhor, a essa FD.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do 'mau sujeito', discurso no qual o sujeito da enunciação 'se volta' contra o sujeito universal por meio de uma 'tomada de posição' que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que 'o sujeito universal' lhe 'dá a pensar': luta contra a evidência ideológica. (1997, p. 215)

Nesse processo de questionamento das relações opressão/sujeição em relação à ideologia que o domina, o "mau sujeito" pode ser caracterizado como um sujeito revoltado, que se opõe à forma-sujeito dominante, lutando contra as evidências produzidas pela ideologia. Beck e Scherer (2008) relacionam a segunda modalidade discursiva de funcionamento subjetivo, com a noção de ideologia espontânea desenvolvida por Lênin ([1902]1982); para os autores, esse processo de contraidentificação e oposição seria, como um despertar dos oprimidos em relação ao sistema que os reprime, que desencadeia a insurgência da resistência coletiva, uma subversão à ordem dominante vigente.

Podemos caracterizar a resistência ao regime militar como um processo de oposição realizado por "maus sujeitos", os quais se voltaram contra os saberes que a ditadura, através do controle dos AIEs, tentava impor. Nesse processo de questionamento e resistência, os sujeitos subversivos puseram em risco suas vidas na luta pela democracia. De acordo com Beck e Scherer (2008, p. 174), as evidências "ao serem questionadas pelos maus sujeitos da segunda modalidade, aludem a algo de verdadeiro no cerne mesmo da representação imaginária das relações/lutas de classe." Acrescentamos a ideia de que os "maus sujeitos" do regime ditatorial não só questionaram a rede de saberes que os interpelava, mas o funcionamento repressivo do aparelho de Estado.

Por fim, a terceira modalidade, denominada *desidentificação*, difere-se das demais modalidades porque é concebida por Pêcheux (1997) como uma tomada de posição não-subjetiva; para o filósofo, a desidentificação seria um processo de construção do proletariado fora dos processos de controle da ideologia, ou seja, sem interferência da interpelação e da rede de evidências produzidas pela ideologia dominante. Esse processo de desidentificação se daria a partir da construção de uma ideologia proletária independente aliando a prática política do proletariado com a prática científica do materialismo histórico. Essa tomada de posição não-subjetiva,

no entanto, esbarra em contradições teóricas, uma vez que há um atravessamento idealista na concepção de uma construção proletária imune ao funcionamento da ideologia.

Com isso, levando em consideração as retificações de Pêcheux (1997) e aliadas com as demais pesquisadoras em AD, atribuímos o processo de resistência às falhas no ritual de assujeitamento. A resistência se dá, portanto, nessas brechas de uma interpelação que esbarra no desejo do sujeito e em uma língua constituída por equívocos. De acordo com Ferreira (2015), podemos dizer que a resistência é o real do discurso, ou seja, é só a partir dos lapsos e falhas que teremos acesso a ela.

É justamente na opacidade da língua e na possibilidade dos deslocamentos e deslizamentos de sentidos que existe margem para a inscrição da resistência à memória. Quando a palavra *subversivo* engendra outros sentidos ²⁴no imaginário social brasileiro, além da desordem, da marginalidade e passa a constituir ideias de transformação, de oposição à barbárie, de esperança e tantos outros, podemos perceber que é assim que a resistência à ditadura se inscreve na memória, fazendo furos na rede de evidências e mobilizando sentidos outros que ressignificam a prática social e a política dos militantes que atuaram nos anos de chumbo.

A luta ideológica, como nos propõe Althusser (1968, p. 2), é uma luta por palavras, podemos acrescentar que é também uma luta por sentidos:

As realidades da luta de classes são “representadas” por ideias que são “representadas” por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são “instrumentos do conhecimento”. Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras também são armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra a outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. [...] O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político.

Os militares de 1964 travam esse embate pelas palavras de maneira a apropriar-se de designações tão caras aos militantes que foram declarados como seus inimigos políticos, ou melhor, como inimigos da pátria. As palavras “democracia” e “revolução” foram arrancadas de seu sítio de significância e

²⁴ Os sujeitos chamados subversivos de maneira pejorativa durante a ditadura, tomam o poder em 2003 com um projeto de subverter à fome, à miséria e à desigualdade social que tomavam conta do Brasil. A subversão passa a ser enunciada por FDs alinhadas à esquerda, deslocando os sentidos e ressignificando a palavra subversivo.

passaram a figurar ao lado de práticas políticas de tortura, assassinato. Da mesma forma, a apropriação discursiva da palavra comunista/comunismo pelo regime militar e seus apoiadores trabalharam em uma profunda perturbação semântica que descola o comunismo de seu lugar político, ideológico e sistemático de significação e o transferem, a partir de práticas de simulação e silenciamento, para o lugar da desordem, da ameaça à moral, da demonização.

Nesse jogo de sustentação de um discurso dissimulado e desmoralizante, os entusiastas da ditadura e do movimento intervencionista tentam silenciar outros sentidos possíveis sobre os comunistas, os quais não podem ser lidos por ação da censura e pela dificuldade de inscrição na memória. Tais formulações são sintomas da falta de formação política e de um debate mais profundo sobre estes espectros políticos que são fortemente discursivizados pelo outro, no entanto, não dispõem de um espaço de interlocução com a maioria social.

Por isso, torna-se tão fundamental pensar nos mecanismos de resistência que tendem a desestabilizar as evidências produzidas por uma ideologia autoritária, exploradora, violenta e sectária.

Fizemos, neste subcapítulo, um percurso sobre as modalidades de funcionamento subjetivo, demonstrando que, em cada uma delas, há espaço para rupturas; no bom sujeito a partir de falhas e lapsos que fazem surgir a resistência e no mau sujeito a partir da oposição aos saberes da FD que o domina e do contradiscurso. Como desdobramento dessas reflexões, junto a Beck e Esteves, podemos vincular de forma correspondente cada uma das modalidades aos processos de resistência-revolta-revolução:

o bom sujeito mantém-se identificado ao Sujeito, mas também resiste a Ele; o mau sujeito se contraidentifica ao Sujeito e, por isso mesmo, se revolta contra Ele; e o feio sujeito se desidentificaria e, por conseguinte, teria condições de subverter suas coordenadas ideológicas, de revolucionar as relações de forças. (2012, p.152)

Devido às retificações de Pêcheux (1997), que relativiza o processo de interpelação ideológica plena devido ao inconsciente, o processo de revolução associado à desidentificação passa a figurar como algo da ordem do impossível, visto que a tomada de posição não-subjetiva aponta uma contradição teórica na própria noção de interpelação e constituição do sujeito. Assim sendo, algumas *resistências* cotidianas são permitidas aos *bons sujeitos* via lapsos que permitem o

deslizamento dos sentidos, enquanto a *revolta* é um eterno processo do vir-a-ser idealista da *revolução* e a *revolta* assume o *status* de um processo constitutivo das lutas sociais em que a subversão toma o espaço do questionamento, da oposição.

Nesse processo contínuo de construção revolucionária, a revolta durante o regime militar atravessou diversos sujeitos questionadores, que a partir de um lugar de marginalidade, desafiaram o poder, adotando estratégias de expropriação do capital para financiamento das organizações de combate à ditadura, bem como organizando sequestros para negociar a soltura de presos políticos. Nessas iniciativas, os militantes, desse lugar marginal, disputaram espaços de enunciação, com o intuito de driblar a censura, para fazer ouvir e registrar na memória suas posições. Dentre os movimentos de subversão e revolta, podemos elencar a ocupação das linhas de comunicação²⁵ promovida pela Ação Libertadora Nacional. Nessa ocupação, os militantes transmitiram um manifesto à sociedade brasileira como ferramenta de denúncia ao regime ditatorial:

A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antonio Braz de Carvalho, Escoteiro, Nelson José de Almeida, o sargento Lucas e tantos outros patriotas. Não confessa ainda que submetem os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados. Os meios que a ditadura brasileira emprega para combater e reprimir o povo, são meios bárbaros e indignos, destinados a defender os interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo dos Estados Unidos. Ao contrário, os meios que os revolucionários estão utilizando para o combate à ditadura militar, são legítimos e inspirados por sentimentos patrióticos. Nenhum homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime imposto pelos militares e pelas forças armadas do Brasil. (MARIGHELLA, 1969)

Dentre tantas formas de se revoltarem contra o regime militar, os militantes disputaram sobretudo as palavras, ao enunciarem que o governo era uma ditadura, ao relatarem publicamente as práticas de tortura e ao reivindicarem o estatuto de patriotas e revolucionários. Ainda que o silenciamento fosse a prática política instaurada, a disputa pelo dizer e pelos sentidos abrem uma brecha para que os discursos de oposição à ditadura também se inscrevessem na memória.

²⁵ Na ocasião, os militantes tomaram os transmissores da rádio nacional em São Paulo e veicularam o manifesto de Carlos Marighella, intitulado “Ao Povo Brasileiro”.
Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-solta-voz-na-radio-nacional>

2.4 Acabem com o comunismo e tomem o poder em nome de Deus: Aparelho Ideológico Religioso

Vimos anteriormente que a ideologia dominante é reproduzida através de práticas no interior de instituições públicas ou privadas entendidas por Althusser (1985) como os Aparelhos Ideológicos de Estado. Apesar de alguns aparelhos serem fortemente marcados pela repressão do Aparelho de Estado e reproduzirem também essas práticas veladas de violência, há aparelhos que incorporam determinadas práticas de assujeitamento e submissão de sujeitos mesmo sem o uso da violência física.

No seio da discussão sobre o entrelaçamento entre os saberes reproduzidos pelos AIE e a manutenção dos dizeres em consonância com apoio aos regimes políticos autoritários de exceção, elencamos como fundamental para nossa análise o AIE religioso, visto a aproximação das igrejas tanto na organização da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, quanto nas manifestações intervencionistas de 2020 e 2021. Vale ressaltarmos que nossas reflexões não pretendem esgotar o debate em torno do modo de funcionamento do AIE religioso na reprodução das relações de produção capitalistas, mas sim estabelecer algumas conexões entre o poder de assujeitamento da igreja e a construção de manifestações anticomunistas em apoio a intervenções militares.

Em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, Courtine elabora diversas questões sobre o funcionamento do AIE religioso, sobretudo relacionado ao funcionamento ideológico da igreja católica. Ao abordar a consonância da igreja com a ideologia capitalista, o autor demonstra que, ao longo do tempo, a igreja aperfeiçoa e transforma suas estratégias de dominação e naturalização da desigualdade de classes, conforme Courtine, inicialmente a igreja de forma explícita demoniza o comunismo e aponta o sistema político/econômico como princípios “contra a natureza” reproduzindo ideias de obediência, deveres morais e não questionamento à propriedade privada:

socialismo e comunismo aparecem assim como princípios contra a natureza: o direito à propriedade privada é de fato sancionado pelo direito natural, assim como a hierarquização das classes sociais, submetida à

autoridade de um Estado governado por príncipes com direito divino.
(COURTINE,2009, p.134)

O autor argumenta também que, em seguida, no período pós-conciliar²⁶, em virtude da crise do capitalismo e com um processo de transformação crítica do proletariado, a igreja precisa reformular as práticas de negação do comunismo como sistema teórico e político, passando a encarar o debate de maneira mais dialogada, cautelosa e racional. Essa mudança nas práticas de reprodução da ideologia capitalista demonstram o potencial de sujeição anticomunista das igrejas e apontam para a necessidade de refletirmos sobre o papel da religião no processo de interpelação ideológica e consolidação de saberes conservadores e alinhados à manutenção da exploração de uma classe sobre outra.

Apesar da aparente laicidade do Estado, no Brasil, historicamente os preceitos refluídos²⁷ interferiram politicamente, de forma que a religião, sobretudo a católica e a evangélica, ocupasse papel central em discussões de políticas públicas, como por exemplo o debate em torno da descriminalização do aborto. O que demonstra que o pragmatismo religioso afeta a prática política de maneira indireta ou direta, como é o exemplo do caso da numerosa bancada religiosa presente no parlamento brasileiro.²⁸

Como AIE, a igreja reestrutura suas práticas para reproduzir as relações de produção capitalista através de uma ideologia cristã-moral-religiosa, atualmente, as igrejas evangélicas e católicas detêm meios de produção significativos relacionados ao aparelho ideológico da informação, como emissoras de televisão, no caso da Rede Record, periódicos, revistas e jornais que funcionam como meio importante de divulgação e formação ideológica do fundamentalismo religioso. De acordo com a pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM Brasil) feita em 2017 pelo Intervezes, as lideranças religiosas aparecem com grande destaque de audiência e circulação, dos cinquenta veículos de maior audiência no Brasil, nove são de propriedade de lideranças religiosas cristãs:

²⁶ Período de renovação da igreja após a Segunda Guerra Mundial.

²⁷ Desde a colonização e a imposição da fé católica através da catequização dos indígenas, o Brasil vem sofrendo a interferência e a dominância política das igrejas, que figuram como uma instituição importante na reprodução ideológica de padrões comportamentais, éticos, morais, etc.

²⁸ A frente parlamentar evangélica da Câmara dos Deputados conta com 203 parlamentares. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

Os destaques estão na radiodifusão: entre as onze redes de TV de maior audiência, três são de propriedade de lideranças evangélicas (Record TV, Record News e Gospel TV) e uma de liderança católica (Rede Vida). Entre as doze redes de rádio, duas são evangélicas (Aleluia e Novo Tempo) e uma católica (Rede Católica de Rádio).

Já entre os dez sites de maior audiência e os dezessete veículos impressos pagos de maior tiragem, aparecem dois de propriedade de lideranças religiosas: o portal R7 e o jornal diário *Correio do Povo*, ambos do bispo evangélico Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Esse número seria maior se considerássemos jornais impressos de distribuição gratuita, que não entraram na pesquisa. A *Folha Universal*, da Iurd, por exemplo, tem tiragem de 1,8 milhão de exemplares, muito acima dos jornais diários de grande circulação, como a *Folha de S.Paulo* (cerca de 300 mil exemplares/dia) e das revistas semanais, como a *Veja* (cerca de 1,1 milhão de exemplares). (BANDEIRA, 2018²⁹)

Tamanho alcance das corporações controladas pelas lideranças religiosas demonstra a incidência política e ideológica dessas instituições no Brasil.

Outro ponto central é a forma de organização do AIE religioso, como dogma, requer certos rituais, garantindo assim uma periodicidade na participação em cultos religiosos, espaços nos quais os praticantes dessas religiões tem contato com saberes da ideologia cristã-moral-religiosa, bem como padrões de conduta e comportamento, dessa maneira, a igreja conta, assim como o AIE escolar com uma audiência cativa e constante dos seus frequentadores. Com isso, a igreja passa a ter certo poder político também, uma vez que a hierarquia presente na organização do AIE religioso reserva mais notoriedade e legitimidade, a partir de um jogo de formações imaginárias, aos líderes religiosos como pastores, bispos e padres, fazendo com que seja atribuído maior valor aos dizeres produzidos por esses sujeitos.

Nessa lógica de legitimação dos discursos das lideranças religiosas, grande parte dos sujeitos que frequentam as igrejas, sobretudo moradores da periferia frequentadores das igrejas evangélicas, submetem-se às orientações das lideranças religiosas, como por exemplo as orientações políticas no jogo eleitoral. Há alguns anos a bancada evangélica do congresso conta com grande participação de pastores que foram eleitos sob a consígnia de campanha “irmão vota em irmão”³⁰. Tamanho impacto da igreja na sociedade se reflete na consolidação de dizeres alinhados à cisheteronormatividade e ao anticomunismo, levando lideranças conservadoras como Jair Bolsonaro à chefia do poder executivo.

²⁹ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/igrejas-cristas-no-topo-da-audiencia/>

³⁰ Disponível em: <https://complemento.veja.abril.com.br/pagina-aberta/irmao-vota-em-irmao.html>

É importante ressaltar também que a influência política da igreja, sobretudo católica e evangélica, perpassa a história do Brasil, nesse sentido, destacamos a influência da igreja católica no período pré-golpe de 1964. Como já destacamos anteriormente, a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* figura como um acontecimento fundamental para a instituição do regime militar, articulando valores como Deus e a proteção da Família, a igreja cooptou uma série de manifestantes contrários ao comunismo (Cf. Serbin, 2001), que era discursivizado como uma ameaça aos saberes religiosos, às crianças e sobretudo à família tradicional.

Nesse sentido, mobilizamos o manifesto dos bispos de 1965:

Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir, de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (CNBB, 1965, p. 245)

Neste trecho do manifesto percebemos a evidência da participação da igreja na consolidação do golpe militar, mobilizando e assujeitando seus frequentadores a apoiarem a intervenção política do exército para conter o “perigo comunista”. Outro ponto central é a generalização que faz crer que todos os cidadãos que têm fé em Deus objetivavam uma “revolução armada” para exterminar os comunistas. Dessa maneira, assim como na escola e na mídia, nas igrejas circulavam e ainda circulam saberes muito semelhantes, sobretudo aqueles que marginalizam a esquerda comunista e produzem sentidos de desordem, perigo e aniquilação da pátria e da família brasileira. As igrejas católicas e evangélicas configuram-se portanto como importante AIE na consolidação dos saberes fundamentalistas, anticomunistas e conservadores.

3. Descrição de elementos metodológicos e interpretação do arquivo

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
(Chico Buarque de Holanda)

Trabalhar com AD é uma tarefa árdua. Quando nos propomos a analisar o funcionamento do discurso, a descortinar os processos ideológicos e a questionar as evidências, deparamo-nos muitas vezes com o “emergir dos monstros”. Na mesma medida, em nossos gestos interpretativos, também estamos sob o efeito da interpelação ideológica; por isso, nosso trabalho requer tanto comprometimento científico quanto responsabilidade política.

Diante desse desafio, até aqui, procuramos empreender um resgate teórico em torno de conceitos fundamentais à compreensão de nosso tema de pesquisa, como memória, democracia, censura, processos de revolta, paráfrase, etc. Esse percurso deu-se com a finalidade de articular possíveis relações entre a censura ao discurso de oposição ao regime militar e a constituição de uma memória histórica oficial, que disponibiliza os saberes em consonância com o regime ditatorial militar, os quais prevalecem sobre os dizeres oposicionistas. A partir dessas reflexões, nossas análises objetivam demonstrar como a repetição de enunciados autoritários da conjuntura política do golpe de 1964 ressurgem através de paráfrases discursivas.

Além disso, recorreremos também à fala pública de Jair Bolsonaro aos manifestantes do movimento intervencionista de abril de 2020. Nossa percepção é que a repetição dos saberes do golpe de 1964 são fundadas em dois aspectos

centrais, a saber: 1. o silenciamento, via censura, de dizeres contrários ao regime militar somados a uma força tarefa propagandista durante os governos ditatoriais; e 2. o apoio às posições do atual chefe do executivo, líder populista de extrema-direita, o qual se ancora em uma política de revisionismo histórico e ódio aos adversários políticos.

Para compreendermos o funcionamento do discurso intervencionista, representado pela fala pública de Jair Bolsonaro e pelos cartazes dos manifestantes, e as (inter)relações com os enunciados da *Marcha da família com Deus e pela Liberdade* desenhamos um percurso metodológico, visto que, em AD, não há procedimentos analíticos previamente estabelecidos. Na ausência de um dispositivo metodológico que se aplique a qualquer análise e pela necessidade de uma responsabilidade analítica no gesto interpretativo, nosso dispositivo de interpretação constrói-se em uma relação dialética entre análise do objeto e teoria.

Ao tratarmos da constituição de nossos procedimentos metodológicos, é importante resgatarmos a noção de arquivo, que, para a AD, é entendido “em sentido amplo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997, p. 59). É a partir da relação entre arquivo e teoria e da formulação de questões sobre o objeto de pesquisa que a analista delimita o *corpus* de análise. Partindo da reflexão sobre o que é repetível na ordem da história, nosso problema de pesquisa direciona-nos para a constituição de um *corpus* que materialize a relação entre os discursos do movimento intervencionista e os da ditadura civil militar de 1964.

Ernst (2009) ao traçar uma estratégia procedimental ao gesto interpretativo, desenvolveu as noções de falta, excesso e estranhamento como conceitos operacionais que corroboram para que a analista reconheça as sequências discursivas que constituem seu gesto interpretativo. Nas palavras da autora:

Numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso, constitui-se numa via possível, mesmo que preliminar e genérica, de identificação de elementos a partir dos quais poderão se desenvolver os procedimentos de análise do corpus. (p. 2)

A partir do que propõe a autora, procuramos pistas na materialidade discursiva, e percebemos certas regularidades entre os enunciados dos movimentos de 1964 e de 2020/2021, deparamo-nos com formulações como “Bolsonaro, nos livre do comunismo”, “Comunismo não, democracia sim”. “O Brasil não será uma nova Cuba”, “Nossa bandeira jamais será vermelha, ou “Verde amarelo, sem foice e sem martelo”. Em ambos os protestos, a referência direta de oposição ao comunismo, ou indireta, através de menção às cores e aos países comunistas, faz-se presente.

Essas menções ao comunismo figuram como um excesso nos protestos que compõem nosso arquivo, o excesso, para Ernst (2009) visa consolidar determinados saberes no âmbito de uma FD, a partir da repetição de elementos discursivos - palavras ou expressões e orações. O excesso objetiva garantir a estabilização de efeitos de sentido, no caso do arquivo em observação, o excesso parece-nos reforçar a marginalização do comunismo na esfera política e social brasileira.

A partir do batimento entre enunciados produzidos em condições de produção temporalmente distintas, mas politicamente semelhantes, marcados por elementos discursivos anticomunistas, recorreremos, para a composição do *corpus*, a um cartaz da manifestação de 1º de maio de 2021, à fala pública de Bolsonaro aos manifestantes, e às faixas da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*. Esse recorte é fundamentado pela relação parafrástica/de repetição entre os enunciados da década de 1960 e os de 2020 e 2021, bem como pela incidência da liderança política de Jair Bolsonaro para cooptar apoiadores em prol do movimento intervencionista.

Para o gesto interpretativo, também mobilizamos a noção de *falta*, que de acordo com Ernst (2009) pode ocorrer no nível intradiscursivo e interdiscursivo, seja a partir de falhas na estrutura gramatical omissão de palavras, expressões e/ou orações, como também através do apagamento dos pressupostos ideológicos, ou seja. A *falta* pode corroborar para compreendermos inclusive o simulacro político no discurso de extrema-direita, visto que o apagamento de determinados elementos discursivos, objetiva reforçar outros sentidos.

Por fim, o *estranhamento* expõe o conflito entre FDs, marcando uma discrepância no enunciado através da apresentação de elementos intradiscursivos e

interdiscursivos, que apesar de serem oriundos de outro lugar, incidem na cadeia significativa, causando uma desordem no enunciado. Nas palavras da autora, o estranhamento é uma:

[...] estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significativa, marcando uma desordem no enunciado (ERNST, 2009, p. 5).

A partir dos elementos operacionais buscamos recortar e analisar nosso *corpus*. Vale ressaltar que esses procedimentos não são rígidos, tampouco o único caminho para a análise; no entanto, oferecem subsídios para a observação do *corpus* e para a construção da análise. Posto isso, pretendemos construir nosso gesto analítico a partir desses elementos operacionais traçando “permanentemente um trajeto entre análise e teoria, como um fio que corre de um a outro ponto, em que são trabalhados, em inter-relação, diferentes campos do conhecimento” (Ernst, 2009, p. 1).

Após esse percorrer esse trajeto propondo um batimento entre o arquivo e a teoria, recortamos nosso corpus analítico da seguinte maneira:

Quadro 1. Sequências Discursivas mobilizadas para análise

SD1	Vocês estão aqui por que acreditam no Brasil. Nós não queremos negociar nada, nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou pra trás, nós temos um novo Brasil pela frente. Todos, sem exceção, no Brasil, têm que ser patriota e acreditar e fazer sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou! Acabou a época da patifaria! É agora o povo no poder. Contem com o seu presidente , para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que é mais sagrado de nós que é a nossa liberdade. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. [...] Todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria - [tosse] - chega da velha política. Agora é Brasil - [tosse]- acima de tudo - [tosse e gesto sinalizando que acabou/para parar de gravar] - agora é Brasil acima de tudo, Deus acima de todos	Fala pública de Bolsonaro aos manifestantes (MI 04/2020)
SD2	“Comunismo não, democracia sim”	Faixa da MFDL
SD3	“Só a democracia para o Brasil”	Faixa da MFDL

SD4	"Bolsonaro nos livre do comunismo"	Cartaz de manifestante bolsonarista (MI 05/2021)
-----	------------------------------------	--

3.1 Ficam os enunciados, mudam os acontecimentos: condições de produção do ontem e do hoje

Ao assumirmos nossa filiação teórica à Análise do Discurso materialista, evocamos a noção de que a língua, apesar de seu efeito de transparência – os sentidos estariam colados às palavras –, é opaca e a produção dos sentidos dá-se no batimento entre língua e história, pois para a AD,

o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Com isso, em cada gesto interpretativo, nosso papel enquanto analistas de discurso é driblar as evidências e desacomodar o sentido socialmente estabilizado. Para tanto, é fundamental resgatarmos a ideia de que, conforme Pêcheux (1993, p. 77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, portanto, a produção discursiva é determinada e constituída historicamente e responde às relações de produção deste momento sócio-histórico. Isso implica dizer que as condições de produção³¹ trabalham diretamente na produção dos efeitos de sentido.

É fundamental destacarmos que a história, para AD, não é compreendida a partir de seu caráter cronológico, mas sim da sua relação constitutiva com a luta de classes, com a ideologia:

³¹ Entendemos condições de produção, conforme Pêcheux e Fuchs, como “determinações que caracterizam um processo discursivo, inclusive as características múltiplas de uma situação concreta que conduz à produção do sentido linguístico” (1997, p.183)

Portanto, a história, ainda uma vez, isto é, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem. (PÉCHEUX, 1997, p. 152)

Dessa forma, a abordagem desse conceito na AD ancora-se nos preceitos do materialismo histórico, o que implica uma ligação intrínseca com as relações sociais. Com base nessa proposta, ao nos debruçarmos sobre os discursos produzidos nas manifestações pró-intervenção militar, precisamos recuperar o lugar em que esses discursos se inscrevem na luta de classes com suas contradições e com os efeitos de memória.

No caso específico de nosso *corpus*, estamos trabalhando com discursos produzidos em manifestações de rua, e esses movimentos, apesar de serem fortemente marcados pelas condições imediatas de sua produção, também remetem a memórias associadas aos movimentos sociais, uma vez que, conforme Serrani, “não se deve esquecer que, na perspectiva do discurso, os efeitos de atualidade são sempre uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória” (1993, p. 61).

Dessa maneira, tendo em vista que as ruas são espaços de reivindicações, normalmente associadas a grupos progressistas³², os quais se constituem em oposição à estrutura capitalista dominante, qualquer passeata promove uma relação inerente a esse imaginário. Estamos então lidando com imaginários que produzem evidências acerca das manifestações - como a luta por democracia, contra a corrupção e por melhorias no aparato estatal -, e obscurecem o propósito de movimentos como os intervencionistas e a Marcha da Família de 1964.

Esses ruídos produzidos pela memória em torno das manifestações de rua, cristalizando determinados sentidos relacionados às manifestações, leva-nos a caracterizar o discurso político. Servimo-nos aqui da definição de Indursky:

trata-se de materialidade discursiva que faz laço com a história, com a memória, e com processos discursivos produzidos pela prática discursiva de

³² Apesar da predominância de movimentos de esquerda nas ruas, a extrema-direita também recorre a esse espaço, como uma espécie de simulacro em relação às pautas que reivindicam, ou seja, para produzirem um efeito de desejo de transformação, ainda que suas demandas sejam prisões políticas, intervenção militar e fechamento de casas legislativas.

sujeitos afetados por afetos e por determinadas formações ideológicas e discursivas enquanto inscritos na vida social e política. (2019, p. 82)

Essa inscrição dos sujeitos na vida social e política, via formações ideológicas e discursivas, materializa-se em determinadas práticas discursivas que frequentemente possuem locais (espaços físicos) delimitados de exposição pública. No entanto, podem se (des)locar para espaços outros que historicamente eram ocupados por seus grupos antagônicos. Após as marchas conservadoras da década de 1960³³, era incomum até 2015³⁴, a presença de movimentos de direita em manifestações de rua. As práticas políticas deste grupo costumavam estar relacionadas apenas às esferas institucionais. Porém, a partir da popularização dos ideais de extrema-direita³⁵ e da oposição ferrenha aos governos petistas, grupos alinhados à política conservadora passaram a ocupar as ruas em defesa de suas pautas.

Posto isto, é possível afirmar que as ruas evocam determinados já-ditos de lutas sociais populares que funcionam contraditoriamente com o movimento intervencionista e com a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, uma vez que os movimentos sociais que ocupam as ruas, são comumente associados a ideais democráticos. No entanto, as manifestações selecionadas para compor nosso objeto de pesquisa relacionam-se a grupos políticos afetados por saberes conservadores, religiosos e que objetivam um governo militar.

3.1.1 Caracterização do cenário político pré-ditadura e a relação com as condições de produção do movimento intervencionista

A ditadura civil militar brasileira foi produto de uma série de articulações midiáticas, políticas, sociais e econômicas. Para garantir a construção do poder militar, muitas instituições trabalharam na organização de manifestações que

³³ A exemplos as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade.

³⁴ Quando os movimentos pró-*impeachment* da presidente Dilma Rousseff começaram a ocupar as ruas.

³⁵ Rocha (2021) argumenta que o ideário cultural e político da extrema-direita é difundido e protegido por um “sistema de crenças Olavo de Carvalho” cujos elementos intelectuais, mesmo que revisionistas, sobrevivem de forma fanática mesmo com contestações externas, visto que seu objetivo maior é acabar com o “marxismo cultural”.

denunciavam o governo de João Goulart e suas propostas reformistas. Para caracterizarmos a tomada golpista do poder pelos militares, é fundamental que resgatemos a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, que ocorreu em 19 de março de 1964, pouco antes do golpe, e ficou marcada como a carta de autorização à ditadura militar.

A mobilização de março de 1964 não foi uma manifestação espontânea das massas indignadas, como costuma acontecer em grandes manifestações progressistas. A marcha foi produto de uma poderosa articulação política financiada por grandes empresários e setores do exército. De acordo com Presot (2004), o financiamento da manifestação em São Paulo e no Rio de Janeiro foi feito pelo IPES - O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. O IPES era um aparato institucional com lideranças militares e burguesas que trabalhava na formação política de diversos setores da sociedade como em círculos operários, na Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, na União Cívica Feminina de São Paulo, na Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, etc.

Tamanho entrelaçamento entre setores da burguesia, igreja e poder militar sinaliza para uma formação voltada aos valores autoritários e antidemocráticos, revestidos por uma aparência de moralidade e amor à pátria. O discurso de Amélia Molina Bastos³⁶ (1964) na *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* reflete os saberes que circulavam entre os entusiastas do poder militar, que participavam do movimento:

contra os que tramavam o aniquilamento das instituições democráticas; ameaçavam as nossas crenças e nos conduziam pelo despenhadeiro do amoralismo político, do caos econômico e financeiro, da desordem social, da indisciplina nas escolas e nas fábricas, nos campos e nos quartéis para o abismo do comunismo brutal, ateu e antibrasileiro.³⁷

O discurso de Amélia retrata os valores que supostamente permeavam as reivindicações da marcha, com ênfase na demonização do comunismo. No entanto, a dissimulação do apelo a uma ditadura burguesa demonstra a verdadeira linha

³⁶ Amélia era professora aposentada do Rio de Janeiro e liderança da *Campanha da Mulher pela Democracia* (CAMDE), tendo como objetivo a popularização de valores anticomunistas e conservadores.

³⁷ Fonte da transcrição do discurso de Amélia Bastos: SIMÕES, 1983 apud PRESOT, 2004.

política do regime militar - enriquecimento de pequena parcela da população, entreguismo ao capital estrangeiro e superexploração dos trabalhadores.

Os acontecimentos que sucederam após a mobilização a cabresto de grande parcela da população, dentre eles a instituição do poder ditatorial militar, demonstraram o potencial destruidor da marcha na história do Brasil. Apesar disso, após a posse de Jair Bolsonaro em 2018, apoiadores do governo reproduziram a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, demonstrando conformidade com o regime ditatorial e com as reivindicações burguesas da manifestação de 1964.

No Brasil, o retorno à barbárie tem funcionado como prática política a favor do Estado neoliberal-capitalista, o retorno da classe média conservadora às ruas em 2020 e 2021 como um *flashback* de 1964 entrelaçam momentos históricos diferentes, porém com um fundo ideológico muito semelhante. Em ambas as manifestações é possível elencar a presença da religiosidade e da oposição aos ideais progressistas, ou melhor, a alusão à manutenção da exploração pelo Estado capitalista, bem como a referência às forças armadas como única instituição capaz de salvar o Brasil da “ameaça comunista”, ou de restaurá-lo após governos de esquerda.

Os movimentos de 19 de abril ³⁸ de 2020, dia do soldado, e de 1º de maio, dia do trabalhador, aconteceram em todo o país, os manifestantes reivindicavam intervenção militar, fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional; além disso, exigiam a instauração do ato institucional número 5. A referência imediata à legislação ditatorial e o simbolismo do manifesto em pleno dia do soldado demonstram um apelo ao imaginário dos militares como salvadores da pátria.

Figura 05 - Foto da manifestação intervencionista

³⁸ Nas datas das manifestações intervencionistas mobilizadas neste trabalho, o Brasil enfrentava uma crescente nos casos de contaminação por Covid-19, no entanto, ainda assim, o Presidente da República e seus apoiadores negligenciam as orientações dos órgãos de saúde em relação à prevenção por isolamento social. A aglomeração convocada pelo governo não foi só um ataque à democracia, mas um ato de negacionismo científico e ameaça a vida.



Fonte: Isto é³⁹

Como observamos na imagem, as demandas da manifestação de abril de 2020 e maio de 2021 somavam-se à reivindicação de manutenção do presidente Jair Bolsonaro no poder, o que corrobora para a caracterização deste governo como autoritário. Este ato, assim como diversas mobilizações bolsonaristas, foi convocado através de sites de redes sociais, sem aprofundamento do debate político, apenas como um chamamento a apoiadores do governo⁴⁰ contra as instituições democráticas brasileiras.

Além disso, na materialidade linguística, há um teor injuntivo e autoritário a partir do uso imperativo do verbo fechar. Outro fator importante é o esvaziamento político do cartaz que reivindica ações tão determinantes para a estrutura democrática, como o fechamento do CN e do STF, mas sequer marca o agente do verbo, só conseguimos resgatar a quem os manifestantes fazem referência a partir da sentença “intervenção militar”, dessa maneira, é possível preencher a falta do agente com uma formulação alternativa: “Militares, fechem o STF e CN”.

³⁹ Disponível em:

<https://istoe.com.br/stf-investigara-ato-pro-intervencao-militar-do-qual-bolsonaro-participou/>

⁴⁰ Recentemente, em 07 de junho de 2021, o jornal O Povo publicou relatórios da Polícia Federal (PF) que comprovaram a utilização de perfis falsos no Facebook para a convocação dos apoiadores de Jair Bolsonaro nos atos pró-intervenção militar. Segundo os relatórios da PF, os endereços IP correspondem a computadores de órgãos públicos como a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, além disso, também entra na lista o Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/06/07/perfil-falso-derrubado-pelo-facebook-foi-acessa-do-da-casa-de-bolsonaro-e-do-planalto.html>

A conjuntura política que precede a manifestação bolsonarista reflete o entrelaçamento entre o cenário político pré-golpe de 1964 e a popularização de Bolsonaro e dos ideais militaristas no Brasil. Entre 2003 e 2016, o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do poder executivo. Foram quatro mandatos de um partido referenciado politicamente como de esquerda.

Durante os mandatos do PT, apesar de uma política reformista e conciliatória, prestigiamos alguns avanços sociais como o combate à fome, a democratização do acesso à educação com políticas de bolsas, intercâmbios e criação de institutos federais e universidades. Aos socialistas radicais, os mandatos do PT deixaram inúmeros tropeços sujeitos a críticas, justamente pelo flerte com a burguesia. No entanto, nos burgueses, o PT despertou a fúria neoliberal ao promover pequenas políticas de reparação à classe trabalhadora, como o sistema de cotas, por exemplo.

É a partir da perspectiva da burguesia que as condições ideológicas entre a *Marcha da Família* e o crescimento dos movimentos pró-intervenção aproximam-se. A oposição à política reformista de João Goulart e, posteriormente, a de Lula e Dilma se assemelham e dão espaço à repetição do apelo ao combate ao comunismo e às políticas progressistas.

Após a eleição de quatro mandatos, a esquerda brasileira perdeu a referência nos movimentos sociais, enfraqueceu-se, fazendo com que a ex-guerrilheira eleita Presidente da República não finalizasse seu segundo mandato em virtude de um golpe institucional orquestrado em instâncias político-jurídicas de poder. O parlamento brasileiro, em um movimento patriarcal, depôs Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal em 2016 e, a partir desse momento, desestabiliza-se ainda mais a manutenção dos ideais democráticos no Brasil.

Nesta conjuntura de instabilidade política, uma das figuras mais contraditórias do parlamento brasileiro ganhou visibilidade, o então deputado Jair Bolsonaro, capitão reformado do exército, que assume com veemência posições políticas autoritárias, com ênfase em homenagens aos assassinos e torturadores do regime ditatorial. Assim como os apoiadores da ditadura, Bolsonaro também faz apelo à família, à religiosidade e à moral em seus discursos e torna-se, nas eleições que sucedem o golpe de 2016, um dos candidatos favoritos à presidência do país.

A esquerda brasileira passa a figurar no espaço da marginalidade, com o ex-presidente Lula condenado pela justiça federal e com Dilma *impeachmada*. Por isso, a extrema-direita populariza-se e elege Jair Bolsonaro em 2018. Em seu mandato, apesar da crise política intensificada pela gestão da pandemia de Covid-19 que matou mais de 600 mil brasileiros, do aumento dos preços e da carestia no custo de vida, o Presidente da República continua figurando como liderança política para milhões de apoiadores.

Em um misto de fanatismo e perversão, o movimento intervencionista liderado por Jair Bolsonaro demonstra o crescimento de ideais autoritários, motivados pelo ódio à esquerda, por notícias falsas em torno de instituições fundamentais ao funcionamento progressista do Estado, como as universidades e as casas legislativas e sustentados por uma estratégia eficiente de comunicação via *sites* de redes sociais que dissemina os ideais bolsonaristas e saturam a sociedade com seus sentidos.

Resgatamos esses elementos conjunturais por fazerem parte da identificação das condições de produção de nosso *corpus*, e porque eles nos oferecem ferramentas para caracterizar o movimento de 19 de abril de 2020 e 1º de maio de 2021 não como movimentos sociais na luta democrática, mas como articulação contrária às liberdades, aos ideais de oposição ao sistema capitalista burguês, os quais historicamente fazem parte dos programas políticos da esquerda. Os movimentos em questão, apesar de construídos nas ruas, lugar até então ocupado majoritariamente por grupos progressistas, faz apelo à ditadura, aos poderes religiosos e à instituição de um Estado de exceção, e culpabiliza os governos petistas pela situação precária e pela crise política no/do Brasil.

3.2 “Acabou! Acabou a época da patifaria! É agora o povo no poder” - Contradição e/ou Perversão? Discurso de Bolsonaro aos manifestantes

O presente subcapítulo mobiliza a fala pública de Jair Bolsonaro para análise. Isso se dá por entendermos que o retorno dos saberes em consonância com o regime ditatorial, é alicerçado também pela sustentação do discurso autoritário (Cf.

Orlandi 2007) em espaços de poder. O populismo de extrema-direita, que se confunde com o personalismo (Cf. Bottomore, 2001), demonstra que os novos adeptos do anticomunismo e do regime ditatorial militar são na verdade seguidores de uma cartilha ideológica defendida pelo Presidente da República. Portanto, é necessário compreendermos o funcionamento discursivo da fala pública de Jair Bolsonaro, cuja forma de cooptação dos manifestantes constitui-se num processo de identificação desses manifestantes com os objetos ideológicos postos em pauta.

A manifestação de abril de 2020 é fortemente marcada por já-ditos que recuperam memórias produzidas em diferentes FDs. Os sentidos de renovação e transformação que comumente ocupam as ruas geram ruídos no ato intervencionista, amparando, sob a forma da democracia, uma mobilização de cunho autoritário. As ruas enquanto espaço revolucionário, ao ser ocupada pela extrema-direita, deslocam os sentidos de revolta para sentidos de conformidade com quem está no poder, de maneira que os efeitos de sentidos em relação às manifestações de rua vão sendo colocados em disputa.

Ainda que a marcha intervencionista faça uso dos espaços de revoltas democráticas, a forma de organização diferencia-se nos movimentos populares progressistas coletivos e partidos atuantes nos movimentos sociais, pois estes constroem as manifestações de forma conjunta, objetivando a horizontalidade na constituição dos atos. Na manifestação bolsonarista, no entanto, a organização parte de dentro dos espaços institucionais, a divulgação vem de órgãos como setores do exército e da Presidência da República o que gera estranhamento tratando-se de uma mobilização popular.

Figura 06 - Foto de manifestação bolsonarista



Fonte: Revista Exame⁴¹

A verticalidade do ato intervencionista é materializada principalmente no culto à figura de Jair Bolsonaro, o chefe do executivo, ovacionado por seus apoiadores através de brados como “mito, mito, mito!” e que discursa sobre uma camionete, gerando uma distância de níveis como inferior e superior. A superioridade do presidente em relação aos manifestantes materializa-se também em formações imaginárias que trabalham na produção discursiva dos manifestantes em relação ao presidente e vice-versa:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÉCHEUX, 1993, p.81-82)

Os interlocutores de Jair Bolsonaro, afetados por relações hierárquicas de poder que distinguem apoiadores e presidente-militar, atribuem ao chefe do executivo e capitão do exército uma imagem de combate à corrupção, autoridade no debate político e conhecedor dos problemas sociais. Portanto, ao presidente é permitido o uso da palavra, com interlocução garantida; aos manifestantes, é permitido apenas os gritos com palavras de ordem e o porte de cartazes.

⁴¹ Disponível em:

<https://exame.com/brasil/as-palavras-importam-estudo-revela-como-bolsonaro-prejudicou-isolamento/>
Acesso em: maio de 2021

Essa garantia de enunciação a Jair Bolsonaro demonstra as relações de poder. Não existe, pois, equiparação entre povo e Presidente da República, pois há em jogo relações imaginárias entre quem ocupa um lugar social de liderança e quem obedece às ordens, aos chamados às ruas, uma vez que os lugares sociais e ideológicos, engendrados na estrutura social, são também determinantes no processo de construção dessas imagens/representações que o sujeito faz de si, do outro e do objeto do discurso. Com isso, há uma perturbação da própria ordem democrática, oferecendo ao povo espaços coadjuvantes, sem participação efetiva nos processos de tomada de decisão.

Podemos apontar que, no discurso do chefe do executivo, há uma diferenciação entre vocês/seu presidente/nós. Em dado momento, Bolsonaro se distancia dos manifestantes como se ele não pertencesse ao movimento, tratando os apoiadores como “vocês”, em seguida, na mesma fala, o presidente se aproxima dos manifestantes ao enunciar “nós”, e em outro momento, Bolsonaro fala de si mesmo em terceira pessoa ao dizer “seu presidente”.

SD. 1

Vocês estão aqui por que acreditam no Brasil. **Nós** não queremos negociar nada, nós queremos é ação pelo Brasil.

O que tinha de velho ficou pra trás, **nós** temos um novo Brasil pela frente. Todos, sem exceção, no Brasil, têm que ser patriota e acreditar e fazer sua parte para que **nós** possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou! Acabou a época da patifaria! É agora o povo no poder. Contem com **o seu presidente**, para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós** possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que é mais sagrado de **nós** que é a nossa liberdade. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. [...] Todos **nós** juramos um dia dar a vida pela pátria - [tosse] - chega da velha política. Agora é Brasil - [tosse]- acima de tudo - [tosse e gesto sinalizando que acabou/para parar de gravar] - agora é Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (BOLSONARO, 2020, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=553D8VHI8Mo;>)

Em um movimento de afastamento e pertencimento, diferentes efeitos de sentidos podem ser produzidos, o que demonstra que Bolsonaro não participa das manifestações por motivações idealistas, pela luta por transformações no sistema político. O distanciamento que o presidente faz de si em relação aos manifestantes

aponta para a ideia de que o presidente não se vê como pertencente ao movimento; no entanto, ao utilizar a primeira pessoa do plural, Bolsonaro objetiva linearizar sua relação com seus apoiadores, tentando produzir um efeito de igualdade, ainda que simbólico, aproximando presidente e povo, para ressoar a seus apoiadores a ideia de que “ele é gente como a gente”.

Para fins de análise, recortaremos a SD1 com a finalidade de observar isoladamente alguns fragmentos do discurso de Bolsonaro.

SD1.1 “**Nós** não queremos negociar nada”. Apesar do jogo discursivo de aproximação e distanciamento entre Bolsonaro e manifestantes, o sectarismo e a intransigência atravessam ambos, na SD1.1 o chefe do executivo mobiliza saberes os quais ele infere que os manifestantes apoiam, devido ao jogo de formações imaginárias. Na esteira da representatividade política, ocupando um lugar social de formador de opinião, Bolsonaro dissemina a inflexibilidade como ideal político. A SD em questão é fortemente marcada pela negação, através das palavras *não* e *nada*. A intransigência do Presidente gera um estranhamento (cf. Ernst 2009) em relação à imagem esperada de um chefe de Estado dentro de um regime democrático, a postura autoritária de Bolsonaro materializada discursivamente remete a um presidente ditador.

A negação à divergência, materializada na sentença “nós não queremos negociar nada”, dá o tom para a prática política dos apoiadores de Bolsonaro, uma prática regida pelo ódio e pelo combate àqueles que criticam o governo. A fala de Bolsonaro indica um caminho, uma cartilha a seus apoiadores que, portando seus cartazes com enunciados como “queremos o AI-5” e “Nos livre do comunismo”, parecem compreender e seguir à risca, como bons sujeitos, os comandos do Presidente da República.

SD1.2 “Nós queremos é ação pelo Brasil.” Nesta SD, há uma falta (cf. Ernst 2009) que nos remete ao questionamento - que ação é essa que Bolsonaro e seus apoiadores incitam? Essa falta, oriunda da transitividade da palavra ação, quando contraposta aos cartazes dos manifestantes apontam para ações militares de intervenção, fechamento das casas legislativas e do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como a instituição de um novo AI-5, um dos atos institucionais mais

duros do regime ditatorial, o que pode ser também percebido na próxima SD recortada para fins analíticos.

SD1.3 “Todos, sem exceção, no Brasil, têm que ser patriota e acreditar e fazer sua parte para que **nós** possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece”

A fala do chefe do executivo além de depreciar o lugar que o Brasil ocupa no imaginário de desenvolvimento político, social e econômico no mundo, visto que o país não está “em um lugar de destaque”, também recupera um já-dito ditatorial, não apenas nas menções a atos institucionais ou nos pedidos de intervenção militar, mas na incitação do patriotismo ufânico como padrão de conduta. A imposição do patriotismo à totalidade da população também remete aos saberes ditatoriais que circulavam nas escolas, respeitar o país e cumprir com os deveres; no entanto, o acesso a direitos é suprimido. Bolsonaro recupera memórias do regime ditatorial, propondo uma unanimidade acrítica em que o povo deve ser servo da nação, com isso, o presidente também produz um efeito de transferência da responsabilidade pela crise política àqueles que “não estão fazendo a sua parte pelo país”.

SD1.4 Contem com **o seu presidente**, para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós** possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que é mais sagrado de **nós** que é a nossa liberdade.

Nesta SD questionamos: o que é “tudo aquilo que for necessário”, na ótica da prática política da extrema-direita brasileira, de apelo ao porte de armas, de redução da maioria penal e da pena de morte? A disposição de um chefe de Estado para fazer tudo(o que pode ser parafraseando como “fazer qualquer coisa”) pode ser interpretada inclusive como a legitimação para o uso arbitrário da força e da violência. Nesse sentido, destacamos também a utilização das palavras democracia e liberdade, acompanhadas do pronome possessivo nossa, ou seja, não é qualquer democracia ou liberdade, mas a democracia e a liberdade do bolsonarismo, as quais podem remontar à liberdade de portar armas, de ter propriedade sem o assédio jurídico da produtividade das propriedades, etc.

Além disso, Bolsonaro, em seguida na SD1.5 que “todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro”, o que demarca que o

entendimento de povo no discurso bolsonarista diz respeito a seus apoiadores e eleitores, os demais precisam curvar-se diante das decisões manifestadas nas urnas em 2018, mesmo que os eleitores de Bolsonaro não representem a totalidade da maioria da população Brasileira.

A contradição no discurso bolsonarista se sobreposta às inúmeras falhas na voz ⁴² do presidente da república podem apontar para uma emersão do real que não permite a Bolsonaro enunciar sem falhas “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, essas falhas na voz a partir da tosse insistente, pode apontar também para o cinismo, de acordo com Vinhas:

o funcionamento cínico da ideologia é denunciado pela posição-sujeito que emerge com a voz solapada – é o próprio inconsciente agindo diretamente no processo de interpelação ideológica.(2017, p. 249)

Nessa falha, a resistência se faz presente, como um real discursivo que, no simulacro bolsonarista, pode deslocar sentidos e apontar para revoltas possíveis. Dissemos, no capítulo anterior, que, em nossa perspectiva não idealista, a resistência se daria nos lapsos; agora, complementamos, dizendo que a resistência também é aquilo que falha e aponta para outro sentido possível além do que está sendo dito.

Figura 07 - Foto de Bolsonaro na manifestação intervencionista

⁴² Vinhas (2017) argumenta que a voz é mais próxima da experiência do inconsciente. Com isso, ao analisar as falhas na voz de Michel Temer aponta para a noção de que essas falhas podem ser *flashes* do Real, que driblam o processo de interpelação, como algo que não deveria ser mostrado, mas acaba sendo colocado em evidência.



Fonte: Brasil de fato⁴³

As falhas na voz de Bolsonaro e o estranhamento gerado pela aproximação de saberes antagônicos colocam em jogo o efeito de verdade objetivado pelo presidente, desmantelando sua fala e apontando para a dissimulação e o cinismo que atravessam seu pronunciamento: “Agora é Brasil - [tosse]- acima de tudo - [tosse e gesto sinalizando que acabou/para parar de gravar] - agora é Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” O real, que incide sob a forma da falha, não permite ao Presidente da República dissimular a identificação com uma ideologia cristã e verdadeiramente patriótica. A causa da falha na voz de Bolsonaro é o cinismo daqueles que “sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (SLOTERDIJK apud ZIZEK, 1992, p. 59)

3.2.1 Palavras de ordem dos manifestantes: o anticomunismo como prática política

Todo o dizer é produto de um processo histórico que remonta a dadas condições de produção e sofre com a incidência da interpelação ideológica; por isso, para desenvolvermos um gesto interpretativo, é necessário recuperarmos a

⁴³ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/20/repudio-a-participacao-de-bolsonaro-em-ato-pro-ai-5-deix-a-presidente-mais-isolado>. Acesso em junho de 2021.

formação discursiva em que o discurso se produz, bem como aquilo que o determina histórica e linguisticamente.

A produção do discurso e dos sentidos corresponde a uma ordem social, determinada pela luta de classes, ou seja, a constituição dos dizeres dá-se numa determinada formação ideológica (FI) que compreende uma ou mais formações discursivas (FDs). No escopo deste trabalho, é importante mobilizarmos a noção de FD, para entendermos o processo de determinação ideológica das sequências discursivas em análise. Para Pêcheux e Fuchs:

se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.166-7)

Ao determinar o que pode e o que deve ser dito, as FDs trabalham o processo de produção de sentidos, configurando as formulações dentro de seu sítio de significância; portanto, uma mesma formulação pode produzir sentidos diferentes, dependendo da FD a que se liga.

Esse trabalho de regulamentação discursiva no interior das FDs corrobora para a tese de que os processos discursivos não se originam nos sujeitos, mas na FD em que os interpela. A ideologia oferece aos sujeitos a ilusão de serem fonte do dizer e dos sentidos, bem como de ter domínio do processo de produção discursiva, como se eles selecionassem, de forma consciente, os elementos que constituem seu dizer⁴⁴.

A partir da constituição de uma rede de evidências fruto do trabalho da ideologia, no seio das FDs, são produzidos enunciados que formam índices de saberes a serem repetidos/reproduzidos pelos sujeitos. Podemos dizer, então, que a estabilidade e a dominância de uma FD são garantidas por seu potencial de reprodução de saberes.

As FDs correspondem a um todo complexo com o dominante – o interdiscurso, onde há tensões, rupturas e embates de sentidos derivados da luta de

⁴⁴ Esse trabalho de produção de evidência pela ideologia, diz respeito aos esquecimentos nº 1 e nº 2.

classes. Por isso, apesar do caráter impositivo de uma FD, que funciona como uma fronteira entre o formulável ou o não formulável intradiscursivamente para um sujeito filiado a uma determinada rede de saberes, sua relação com a exterioridade constitui seu caráter heterogêneo e contraditório. Ou seja, ainda que um sujeito esteja submetido à ordem de determinada FD, saberes advindos de outros espaços podem surgir no discurso do sujeito, rompendo com a homogeneidade discursiva.

Anteriormente, debruçamo-nos sobre a fala de Jair Bolsonaro aos manifestantes, caracterizando as formações imaginárias em torno dos dizeres do Presidente da República. Com a finalidade de identificarmos o funcionamento das FDs no processo de produção discursiva do movimento intervencionista de 2020 e da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade* de março de 1964, a partir de agora, focalizaremos as análises em torno dos enunciados dos manifestantes de ambos os movimentos, com enfoque na forma como os saberes anticomunistas interpelam os sujeitos em ambos os momentos.

O anticomunismo no Brasil surge com o crescimento do Partido Comunista ao redor do mundo, quando a organização passou a ser uma ameaça real aos interesses da burguesia devido ao crescimento da mobilização comunista internacional após a Revolução Russa de 1917. O combate ao ideário comunista no Brasil, fortemente motivado pela influência externa de outros países, não se dava apenas através da força estatal, mas também dos veículos de imprensa e de organizações da sociedade civil como empresários e grupos religiosos. De acordo com Motta o combate ao comunismo no Brasil seguia modelos importados de outros países, sobretudo da Europa e, em seguida, dos Estados Unidos:

Nos anos 1920 e 1930, a fonte de inspiração provinha da Europa ocidental, essencialmente da França. A argumentação anticomunista era retirada de obras européias, traduzidas ou lidas no original. Os autores mais citados eram nomes como Chessin, Istrati, Douillet, Marion e Béraud, entre outros. Com as transformações mundiais provocadas pela Segunda Guerra, os Estados Unidos foram progressivamente ocupando o lugar da Europa como fornecedores de modelos para a elite brasileira, inclusive na esfera do anticomunismo. Não se tratava, é claro, apenas de modismo. Os norte-americanos transformaram seu país na fortaleza do anticomunismo e empenharam recursos imensos e energia considerável na destruição da “ameaça vermelha”. (2000, p. 17)

Seguindo a cartilha européia e norte-americana, o Brasil adotava estratégias inclusive de organização das forças policiais e do exército no combate aos comunistas, demonstrando a violência como ferramenta de manutenção da estrutura hegemônica capitalista. Durante o Estado Novo, a perseguição aos comunistas, opositores de Getúlio Vargas, teve como consequência uma série de prisões e assassinatos políticos, além da óbvia ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Apesar do imaginário social que relegou os comunistas ao campo da desordem e da criminalidade, o PCB, em 1945, voltou à legalidade e elegeu uma bancada de 15 deputados na Câmara. Tamanha expressão vitoriosa dos comunistas nas urnas é rebatida com a volta à ilegalidade em 1947, em virtude da Guerra Fria e do combate ao crescimento da ideologia comunista ao redor do mundo. Com o Brasil a serviço do imperialismo norte-americano, houve a cassação dos mandatos de todos os parlamentares do PCB e mais um capítulo da narrativa anticomunista é escrito na história do Brasil.

Motta (2000) destaca três fases da história em que o anticomunismo se manifestou com maior agudeza. Trata-se do período entre 1935 e 1937, do período que compreende o início da Guerra Fria e da crise de 1964,

Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda. (MOTTA, 2000, p. 7)

No âmbito deste trabalho interessa-nos sobretudo 1964, quando o anticomunismo foi o argumento político para a instauração da ditadura militar. Esse esforço de recapitulação do imaginário comunista ao longo da história brasileira, deve-se à necessidade de demonstrarmos que esse não é um movimento iniciado em 1964, trata-se de uma longa incursão para firmar o comunismo como inimigo comum à pátria o qual deveria ser fortemente combatido. É por isso que a justificativa da missão militar para combater o comunismo ganha tanta força e tantos adeptos e enunciados como a SD2 eram comuns em manifestações de rua.

SD 2: Comunismo não, democracia sim.

Figura 08 - Faixa com a inscrição: “Comunismo não, democracia sim”



Fonte: O Globo ⁴⁵

Antes de nos determos na análise da materialidade verbal, é necessário pontuarmos a forma assumida pelo enunciado a ser analisado. Trata-se de uma faixa carregada por manifestantes, em um bloco de diversas faixas com enunciados que se repetem, de maneira sobreposta. Além disso, as faixas possuem a mesma caligrafia, o mesmo formato de disposição das letras e este rigor na padronização podem apontar para uma organização prévia de alguma instituição política que financiou e planejou o material que compõe a *Marcha da Família e Lhe confere o teor político associado aos saberes anticomunistas. Ou seja, as faixas expressam palavras de ordem previamente pensadas por instituições, não pela massa dos manifestantes.*

“COMUNISMO NÃO, DEMOCRACIA SIM”

O enunciado construído sem verbos surge como resposta a uma possível pergunta que se enquadra no conceito de “coerção lógica disjuntiva” de que nos fala Pêcheux (2008). Esse conceito diz respeito às propriedades lógicas dos objetos: os

⁴⁵ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175>. Acesso em abril de 2021.

objetos têm ou não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, o que permite que certas proposições sejam consideradas falsas ou verdadeiras, não sendo submetidas ao equívoco e não abrindo para outras possibilidades de sentido além das previstas pela dualidade que caracteriza o pensamento do sujeito pragmático ocidental. No caso, temos a dualidade: ou comunismo, ou democracia. É conveniente que se diga que a “escolha” por um dos polos implica necessariamente a exclusão do outro e a valorização e dominância do polo “escolhido”.

Os termos “comunismo” e “democracia” são colocados em espaços opostos e a forma negativa “não” que acompanha “comunismo” privilegia a “democracia”. Mas o que é “democracia” para a extrema direita que reivindica a volta da ditadura?

Com base nessa construção dicotômica, é possível associar a materialidade linguística em análise a índices de saber de uma FD *anticomunista*, a qual engendra uma posição-sujeito capitalista e estrutura o discurso, articulando dois de seus pressupostos constitutivos: democracia + anticomunismo, ou seja, um apelo aos ideais democráticos burgueses, os quais presumem como sentido de liberdade democrática, o livre consumo, ainda que ele não seja acessível à grande parcela da classe trabalhadora. Essa FD articula-se à concepção dominante, leia-se capitalista, de que a participação estatal na economia e o controle produtivo e de consumo são opostos à democracia, ou seja, expõe o pressuposto de que um Estado comunista é controlador da exploração e consumo; logo, é antidemocrático. Porém, a própria negação do comunismo e o desejo de exterminá-lo se opõem à noção de democracia, uma vez que, em um país democrático e plural, deveria haver espaço para posições relativas a todas as ideologias políticas.

Na medida em que a palavra comunismo é mobilizada como antônimo de democracia, silenciam-se outros regimes políticos/econômicos passíveis de realizar o controle autoritário do Estado, ressoando o efeito de sentido de que todo o regime que não for comunista é democrático. Comunismo, nessa formulação, corresponde à ordem do inaceitável, como aquilo que figura ao lado da negação, como oposto ao princípio democrático.

Pouco tempo antes da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, em 1963, os brasileiros votaram, em um plebiscito popular, contrários ou favoráveis ao

regime parlamentarista instaurado no Brasil em 1961, momento em que Jânio Quadros renunciou à Presidência, e o vice João Goulart assumiu a chefia do Estado. A cédula da consulta popular apresentava a questão “aprova o ato adicional que institui o parlamentarismo: () sim ou () não”⁴⁶. Em 1964, durante a marcha, o enunciado comunismo não, democracia sim, recupera a memória do plebiscito, um já-dito que instaura como modelo de participação política popular a **resposta sim ou não**, sem reflexões ou debates de cunho político.

Podemos depreender, portanto, a ideia de que o enunciado que circula como palavra de ordem nas faixas da manifestação de 1964, repetidas vezes, sob a forma de um excesso, é também uma paráfrase da cédula que conferia, ou não, poderes políticos a João Goulart. Após perderem na consulta popular em 1963, não chegando a 20% dos votos, os manifestantes na Marcha da Família formularam “Comunismo não, democracia sim”, como correspondência ao plebiscito, ressoando a ideia de que o parlamentarismo seria a única forma de manutenção da democracia, assim como corresponderia à noção de que o governo de João Goulart seria também um governo comunista.

Na realidade, essa oposição é falaciosa, na medida em que coloca em oposição dois elementos conceptuais de esferas diferentes, pois a democracia, sendo uma forma de governo, opõe-se ao autoritarismo - também uma forma de governo - e não ao comunismo que, assim como o capitalismo, é um sistema econômico. Assim, temos:

Quadro 2. Sistemas político-econômicos x Formas de governo

Sistemas político-econômicos	Formas de governo
Comunismo	Democracia
Capitalismo	Autoritarismo

Retomando o enunciado em estudo, a oposição deveria ser então “Autoritarismo não, democracia sim” e não “Comunismo não, democracia sim”, mas

⁴⁶ Fonte:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>

essa paráfrase conduziria a uma FD oposta a que está em jogo na Marcha da Família e nos movimentos intervencionistas.

Essa estrutura que dispõe comunismo e democracia como polos antagônicos trabalham na (re)produção de posições dominantes que marginalizam ideologias, especialmente as associadas à esquerda e, ao ser repetida de forma incessante em diferentes faixas palavras de ordem contra o comunismo e as reformas de base, a partir do excesso, acaba cristalizando, sob o efeito ideológico da transparência da linguagem, a ilusória evidência de um sentido único, a saber: regimes comunistas são antidemocráticos / autoritários / ditaduras.

Apesar da evidência de um sentido dominante associado ao comunismo como o oposto correspondente à democracia, a formulação “Comunismo não, democracia sim” constitui-se a partir da contradição que é constitutiva de todo dizer. Estamos nos referindo à noção de *enunciado dividido*. O *enunciado dividido* demonstra o fato de que “uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro” (PÊCHEUX, 2009, p. 24). Trata-se, pois, da existência de contradições ideológicas no interdiscurso que ressoam no nível da formulação, ou seja, no intradiscurso, a partir de formas sintáticas contrastivas. Podemos caracterizar a noção de enunciado dividido como marca linguística da contradição constitutiva das formações discursivas, em que há a perseguição de saberes de outra FD antagônica, reverberando sentidos em dada sequência discursiva a partir de uma articulação contraditória que confronta elementos de saber antagônicos.

Ao mobilizar os significantes *sim/não* associados à democracia e comunismo, respectivamente, produz-se um enunciado contraditório passível de deslocamento de sentido da designação “democracia” que deveria hipoteticamente abarcar diferentes tendências políticas, mas que repele, via de regra, no contexto social brasileiro, o comunismo. De acordo com Perini, a negação do outro é característica dos enunciados dividido que colocam sentidos em disputa:

pela negação se inscreve o discurso outro, o negado, no seio do próprio enunciado de tal forma que ali (P) os dois (X/Y) coabitem em não comutabilidade, disputando o espaço da interpretação.(PERINI, 2019, p. 142)

Ou seja, ao enunciar o outro (comunismo) para negá-lo e opô-lo à democracia, pretende-se silenciar o discurso comunista; no entanto, tal estratégia acaba por marcá-lo, refletindo o caráter heterogêneo do discurso e a instabilidade das fronteiras das FDs, visto que “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (INDURSKY, 2013, p. 261). Devido ao silenciamento imposto aos comunistas, é possível dizer que é justamente devido à disputa pelos sentidos inscrita no discurso dominante que o discurso comunista pode inscrever seus sentidos na memória. Sob a forma do enunciado dividido, irrompe, de alguma forma, a possibilidade de resistência.

A presença constante dos saberes anticomunistas na história política do Brasil aponta para a articulação da direita brasileira na discursivização de seu adversário político, ou seja, para garantir seu lugar de domínio social e político, é necessário tematizar o outro. “O que parece uma obsessão e um despropósito é, na verdade, fundamental para a afirmação ideológica de uma força política, sendo que uma tal afirmação se dá muito mais na tematização do outro do que na de si.” (FONSECA, 2019, p. 273)

Tamanha discursivização do outro pode desencadear uma abstração no que tange aos preceitos políticos dos conservadores da direita brasileira que discursivizam tanto sobre seus adversários políticos e muito pouco sobre seus próprios saberes ideológicos. Esse ponto, neste espaço pouco desenvolvido, nos aponta para uma necessidade de investigar quais os efeitos de sentido podem ser apreendidos dos enunciados produzidos pela direita brasileira. Enfatizamos a palavra democracia, que é tão repetida nas manifestações pró-intervenção militar, tanto em 1964 quanto em 2020, porém sempre associada ao um suposto antônimo correspondente, como democracia/comunismo. Vejamos o seguinte enunciado retirado da figura 08.

SD 3: “SÓ A DEMOCRACIA PARA O BRASIL”

Assim como o enunciado anterior, a SD3 constitui-se através da coerção lógica disjuntiva de que nos fala Pêcheux (2008), processo que implica a existência de dois elementos contraditórios que podem (ou não) vir explicitados na

materialidade significativa. Em tal processo, o elemento de um dos pólos é necessariamente negado, com a conseqüente prevalência de seu antagônico. No caso da SD2, esses dois elementos, “comunismo” e “democracia”, aparecem de forma explícita. Todavia, diferentemente da SD2, na SD3, um dos elementos ocorre de forma implícita, podendo ser resgatado, entretanto, através do advérbio “só”. Mantém-se, portanto, o caráter dualístico verificado precedentemente: “ou isso ou aquilo”, com vistas à homogeneidade lógica. Dessa forma, embora não advenha, na materialidade significativa, o advérbio “não”, mas sim o advérbio “só”, há a negação da possibilidade do comunismo.

Na formulação “só a democracia para o Brasil”, presume-se, através do advérbio “só”, que há outra alternativa de governança no país, não desejada, mas possível, neste caso, o comunismo, ou seja: não ao comunismo. O enunciado objetiva a homogeneidade de sentidos, e a proposição de uma única alternativa como forma política de governo – a democracia – exclui o outro possível, o comunismo, que ocorre implicitamente. Assim como em “comunismo não, democracia sim”, a SD3, instituída através de uma bipolarização pretensamente lógica que pretende bloquear outras possibilidades de significação, marca o outro justamente pela negação implícita, podendo ser caracterizada também como um enunciado dividido (Cf. INDURSKY, 2013).

Outro fator importante a destacar nessa sobreposição de sentidos nas faixas com as palavras de ordem “comunismo não, democracia sim” e “só a democracia para o Brasil” é a repetibilidade, cujo excesso (cf. ERNST 2009) objetiva a ratificação do significativo democracia que, ao ser mobilizado de forma reiterada nas faixas da *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, produz sua aderência à memória.

Enunciar diversas vezes a palavra democracia em um mesmo espaço do dizer, sob as mesmas condições de produção, implica a tentativa de cristalização de sentido, tornando-o único. Isso é produzido pelo trabalho ideológico da rede de evidências da FD. Sendo assim, a repetição da palavra democracia trabalha no reforço dos enunciados (ou saberes) que constituem a marcha de março de 1964, centralizando, como reivindicação dos manifestantes, um país democrático.

No entanto, a repetição pode funcionar discursivamente como acobertamento ou simulação, ou seja, repetir torna-se uma estratégia para gerar um efeito de

verdade, encobrindo o propósito da manifestação. Se o descontentamento com o governo de João Goulart é o que motiva as passeatas em todo o Brasil, por que é tão necessário apelar à democracia na maioria dos cartazes?

Essas interpretações tomam o funcionamento da palavra “para” como preposição; no entanto, outra forma possível é concebê-la sob a forma do presente do indicativo do verbo parar. Na forma verbal, provoca-se, pelo menos, um outro efeito de sentido, qual seja, o que faz o Brasil parar e não se desenvolver é a democracia. Esse deslocamento denuncia a possibilidade de o sentido poder ser outro. Nesse caso, o sentido outro diria respeito a uma posição contrária à FD anticomunista. Temos, pois, um enunciado em que a equivocidade se faz presente, trazendo sentidos denegados na FD em que foi produzida. Apesar das tentativas de homogeneidade ou estabilidade lógica expostas anteriormente com relação à coerção lógica disjuntiva, o sentido escapa, indo situar-se em regiões impensadas no momento de sua produção.

Os desdobramentos políticos da marcha de 1964 apontam para a repetição da palavra democracia como uma defesa que precede a culpa pelo golpe militar que instaurou a ditadura mais longa da história do Brasil. A manobra política ditatorial, aliada aos discursos que incitam a democracia como palavra de ordem, funcionam como alicerce político de todas as ações ditatoriais e ressignificam para os brasileiros a palavra democracia. A democracia, assim, tem seus sentidos deslocados e apropriados por uma FD dominante que, sob a simulação de defesa desse regime político, silencia e aniquila todos os que se opõem ao capitalismo.

Já na conjuntura presente, o anticomunismo aparece mais como um ódio ao pensamento (Chauí, 2022), como uma espécie de combate a todo sujeito que experimenta refletir sobre os processos de construção e manutenção da exploração capitalista. Ou seja, qualquer pensamento sobre a luta de classes, que é dissimulada pelo trabalho da ideologia a partir da invisibilização do que ocasiona a exploração de uma classe sobre as outras, ou até mesmo qualquer crítica ao governo federal, são fortemente combatidos, por uma política de ódio; dessa maneira, todo o sujeito que se opõe às práticas políticas de Jair Bolsonaro é comunista.

Essa abstração sobre os saberes que constituem o comunismo, reduzindo-o a qualquer prática de crítica ao governo pode relacionar-se com o imaginário anticomunista produzido desde a década de 1930, associando os comunistas à marginalidade. Os símbolos utilizados para definir os comunistas deslocavam o ideário anticapitalista para o campo da religiosidade, da marginalidade e da família, os comunistas eram retratados como demônios, inimigos da pátria e da família, marginais ou terroristas, na construção discursiva dicotômica, os comunistas eram os maus e os anticomunistas os bons.

Os comunistas foram representados, ao longo da história, através da utilização de uma farta gama de adjetivos atribuindo-lhes qualidades negativas. Um levantamento completo ocuparia muito tempo e espaço, mas o tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos. Os comunistas foram chamados de “piratas”, “desvairados”, “paranóicos”, “degenerados”, “tresloucados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda” (asiática, tartária, mongólica), entre outros epítetos. (MOTTA, 2000, p.72)

A associação dos comunistas a sentidos tão negativos, somada também à cassação do seu direito de dizer, ocasionou a perda de referência dos sentidos relacionados aos comunistas, como a crítica à luta de classes e à ideologia dominante, por exemplo. É desse imaginário tão carregado de adjetivações negativas aos comunistas, que os manifestantes intervencionistas/bolsonaristas se utilizam para associá-lo a qualquer opositor ao governo, demonstrando que a estratégia discursiva utilizada pelos manifestantes intervencionistas se assemelha àquela adotada pelos propulsores da *Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade*.

Observemos a seguinte sequência discursiva da manifestação bolsonarista em 1º de maio de 2021:

SD 4: Presidente Bolsonaro Eu te autorizo. Nos livre do Comunismo. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.⁴⁷

Figura 09 – Cartaz na manifestação de 2021

⁴⁷ Anteriormente, no trabalho intitulado *Censura e memória: implicações do apagamento da resistência à ditadura no movimento intervencionista da atualidade* (ERNST e DIAS, 2022) nos detivemos na análise do enunciado “Presidente Bolsonaro eu te autorizo”, mobilizando a noção de falta, constituída sobretudo pela ausência do complemento do verbo autorizar. No presente trabalho, tomaremos para análise o enunciado “Presidente Bolsonaro, nos livre do comunismo”.



Fonte: G1 ⁴⁸

Ao nos depararmos com a SD3 de imediato várias memórias são acionadas, em virtude da utilização dos símbolos nacionais como a bandeira e as cores verde e amarela. Lopes (2021), ao desenvolver a noção de forma-corpo-protesto, demonstra que há certa regularidade nas manifestações, visto que todas são feitas com pessoas indo às ruas e que, quando os corpos tomam as ruas, são afetados por um padrão do que pode e deve ser feito em uma manifestação. Ou seja, sujeitos interpelados por uma mesma FD, tendem a assumir as mesmas práticas nas ruas, enunciados, cores e bandeiras. Essa regularidade em relação aos símbolos de sujeitos interpelados por uma mesma FD, quando vão às ruas, desencadeia (inter)relações entre manifestações.

Os símbolos nacionais têm marcado presença nos corpos de manifestantes em diversas mobilizações nos últimos anos, como nos atos em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, nos que reivindicavam a condenação do Lula e numa série de manifestações dos seguidores do Presidente da República em apoio às suas ações, ou ainda, na reivindicação da instauração de intervenção militar.

⁴⁸ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/01/ato-pro-bolsonaro-ocupa-a-avenida-paulista-com-aglomeracao-e-pede-intervencao-militar.ghtml>

Essa regularidade no uso dos símbolos nacionais demonstra sua apropriação pela extrema-direita, de forma a associá-los à figura do Presidente da República. É o que ocorre, por exemplo, quando nos deparamos com a bandeira nacional que, de símbolo da pátria, passou a ser símbolo do bolsonarismo. É importante destacar que nem sempre a utilização dos símbolos nacionais esteve associada aos discursos da extrema-direita. O movimento dos caras pintadas⁴⁹ e o das diretas-já⁵⁰, por exemplo, também utilizaram os símbolos nacionais e fixaram na memória sentidos progressistas. Desta forma, apesar do caráter reacionário dos movimentos iniciados em 2015 com símbolos nacionais, há também sentidos de resistência⁵¹ que fazem eco, de alguma maneira, nas manifestações bolsonaristas em virtude das mobilizações de 1992 e 1983.

O que nos dá pistas sobre os sentidos do protesto em análise, portanto, é a sobreposição de enunciados consentâneos com o governo federal e o emprego dos símbolos nacionais, apontando em direção ao alinhamento com o discurso do chefe do executivo. Ao trabalhar a materialização do funcionamento subjetivo sob a modalidade do bom-sujeito, o sujeito identifica-se com a forma-sujeito da FD a que o Presidente da República se filia. Há também outra distinção entre as manifestações da direita, visto que, nos protestos de esquerda, há outras cores em jogo e outras bandeiras que manifestam o caráter plural das mobilizações. Há bandeiras do movimento negro, da luta LGBTQIA+, feminista, partidos políticos, etc.

Nos protestos de extrema-direita, há um embaçamento do caráter partidário e de movimentos sociais, esse embaçamento, entretanto, joga luz sobre o enunciado “Meu partido é o Brasil” estampado na camiseta do manifestante que segura o cartaz. Esse enunciado opera primeiramente pela lógica do patriotismo populista, daqueles que são favoráveis ao Brasil, com a missão de salvá-lo de algum inimigo a ser responsabilizado pelos problemas sociais (MOUNK 2018). Ao ter o país como partido, reforça-se o comprometimento em trabalhar pela resolução dos problemas que atingem toda a população brasileira, o que produz um efeito de unidade da mobilização em análise.

⁴⁹ Luta do movimento estudantil em 1992 pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

⁵⁰ Movimento iniciado em 1983 que reivindicava a volta das eleições diretas para Presidente da República.

⁵¹ O que os movimentos inauguram em 2015 pode ser uma ressignificação da utilização dos símbolos nacionais em manifestações de rua.

No entanto, há outro ponto que opera na produção dos sentidos do enunciado em questão, trata-se da falta (ERNST, 2009). A falta no enunciado “Meu partido é o Brasil”, não é uma falta sintática que suprime algum elemento da oração e compromete o acesso a determinados saberes, trata-se de uma falta que omite saberes esperados em uma mobilização de apoio ao presidente, como por exemplo, símbolos dos partidos que compõem a bancada de apoio ao chefe do executivo. Essa falta de elementos esperados, mas que não aparecem nos dizeres dos manifestantes bolsonaristas, “cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores” (ERNST, 2009, p. 4).

O que pretendemos expressar é que a falta das bandeiras partidárias e de elementos que tematizem o teor político da manifestação e deem pistas da filiação ideológica do Presidente da República é um esforço de encobrimento dos saberes que constituem as práticas políticas do governo federal. Como sabemos, a produção discursiva é também marcada por relações de antecipação (PÊCHEUX, 1993) que o sujeito faz de seu interlocutor, prevendo determinados sentidos. Com isso, surgem também estratégias de apagamento de signos que desencadeiam “[...] um mal estar simbólico na relação com o ‘outro’ corrompida, co-roída por práticas sociais que se historicizam por pesados processos de exclusão, de negação, de apagamento, de silenciamento” (ORLANDI, 2001, p. 209). Ou seja, o apagamento das bandeiras partidárias e dos movimentos sociais que apoiam o governo pode ser uma estratégia de suprimir imagens desgastadas pela prática política parlamentar.

Dessa forma, se o partido dos manifestantes é o Brasil, depreendemos que além de uma estratégia de apagamento de uma imagem desgastada dos partidos que compõem o governo por suas práticas na política institucional, há outros sentidos possíveis. Tratamos aqui do processo de despolitização dos apoiadores de líderes populistas; esse enunciado poderia ter como uma paráfrase correspondente “Meu partido é Bolsonaro”, visto que seus apoiadores votariam em qualquer partido⁵² que oferecesse Jair Bolsonaro como alternativa de voto.

⁵² Jair Bolsonaro em 2018 foi candidato pelo PSL (Partido Social Liberal), rompeu com o partido, passou grande parte do mandato sem filiação partidária e, em 2022, será candidato pelo PL (Partido Liberal). Cada partido político possui um programa político específico, suas pautas, sua filiação ideológica e suas propostas. A abstração dos partidos políticos do chefe do executivo por seus apoiadores, funciona como pista de uma idolatria a Bolsonaro, independentemente de sua filiação partidária. ideológica.

Façamos então outro exercício de interpretação, somarmos o enunciado estampado na camiseta do manifestante, com o expressado no cartaz. “Bolsonaro, nos livre do comunismo, Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” + “meu partido é o Brasil”. Apesar de os manifestantes afirmarem que o seu “partido é o Brasil”, o apelo ao combate ao comunismo demonstra que os apoiadores do “partido Brasil” são adeptos de uma cartilha programática que combate os saberes anticomunistas. O que nos faz inferir que os apoiadores de Bolsonaro dizem ser defensores de todos os brasileiros, menos daqueles que compactuam com os saberes comunistas⁵³. Essa sobreposição dos enunciados funciona preenchendo a falta a que nos referimos anteriormente, desdobrando ainda mais uma paráfrase para “Meu partido é o Brasil”, qual seja, “Meu partido é o anticomunismo”.

Mariani (1998) faz uma análise sobre como os comunistas eram significados no discurso jornalístico. O levantamento feito pela pesquisadora indica um imaginário polarizado que, pelo excesso e manutenção durante décadas, aponta para uma distinção entre bem e mal, no qual os comunistas estariam associados ao mal, como inimigos da pátria, e o *status quo* burguês representaria o bem. O significante comunista desencadeia processos de significação de negatividade, de desordem, como a falta de apreço à família e à religião.

Esse imaginário em torno dos comunistas que torna possível a elaboração da sentença “nos livre do comunismo”, somado ao enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, reforçam o apelo à moral religiosa em oposição ao comunismo, demonstrando certa regularidade dos sentidos associados ao comunismo na análise feita por Mariani em 1998 e nos enunciados que circulam nas manifestações de 2020 e 2021. Em torno do imaginário dos comunistas para a imprensa, Mariani (1998) propôs um enunciado definitivo “O/um comunista é um inimigo nefasto”. A circulação e manutenção dos saberes anticomunistas em consonância com a elaboração dessa imagem de inimigos da pátria, ditam inclusive um “imaginário de brasilidade a que, majoritariamente, repugna o ideário do materialismo” (MARIANI, 2019, p.276). Essa aversão ao comunismo como constitutiva de um imaginário de brasilidade é o que permite dizer “meu partido é o

⁵³Esse apoio é, portanto, a uma personalidade, não ao seu programa político e sua filiação O que já discutimos anteriormente na página 108 como a manifestação do “ódio ao pensamento” (Cf, Chauí, 2022)

Brasil” + “nos livre do comunismo”, visto que, nessa lógica, brasileiros de verdade não são comunistas.

Outro elemento fundamental é a utilização do verbo “livrar” utilizado pelo manifestante ao fazer referência ao comunismo. Se fizermos o exercício de recuperar os saberes que circulam no interdiscurso marcados pelo verbo livrar, iremos nos deparar com uma série de já-ditos atrelados à religiosidade, como, por exemplo, as orações católicas do *livramento* e do *pai nosso*. Em ambas as orações católicas, o verbo livrar faz referência ao mal e ao diabólico, e esses sentidos também incidem na significação do enunciado em análise. Ao aproximarmos o enunciado “Presidente Bolsonaro, nos livre do comunismo” ao enunciado “livrai-nos do mal”, podemos inferir a aproximação que os apoiadores de Jair Bolsonaro fazem dele com figuras divinas, para as quais fazem pedidos e pedem proteção.

O verbo livrar funciona também como a forma da negação do outro, o qual precisa ser combatido, o que implica a recorrência da mesma estratégia analisada nas sequências discursivas anteriores, caracterizar o adversário político como inadmissível, tentando fixar uma interpretação unívoca. Essa negação, sobreposta pelo excesso de símbolos nacionais, a referência a Deus e à pátria, bem como o apagamento dos partidos políticos e o pedido para que o Presidente da República livre o país do comunismo, funcionam estabilizando uma rede de sentidos anticomunistas, que tem sempre os mesmos saberes constitutivos, a ameaça à ordem, à família, à moral, à segurança nacional, etc. As estratégias para aniquilar os comunistas também se repetem, mesmo que, para combater o inimigo, seja necessário o uso autoritário da força e o enfraquecimento de todas as instituições que sustentam a democracia burguesa.

3.2.2 A propósito de uma caracterização da FD anticomunista

O anticomunismo que se repete em todas as manifestações em análise funciona como o argumento político que legitima a necessidade de um poder controlador. Os comunistas seguem figurando como um inimigo ameaçador, e essa retórica anticomunista parece funcionar perfeitamente na gramática neoliberal

bolsonarista, cooptando adeptos que, em nome da moral e da família, não parecem importar-se com o uso da violência estatal. O combate ao comunismo, que retorna à ordem do dia nas eleições de 2018, em virtude da crítica ferrenha ao Partido dos Trabalhadores, evoca os militares como os únicos capazes de destruir os inimigos da pátria.

Os comunistas, como propõe Mariani (2019), figuram no campo na marginalidade, da corrupção e da criminalização, enquanto os militares figuram no imaginário como aqueles que cumprem a missão de salvar a pátria. A equação parece bem simples, portanto, é preciso convocar os militares para acabar com os marginais. Dessa maneira, ao nos confrontarmos com enunciados que reivindicam, em conjunturas distintas, intervenção militar, deparamo-nos com saberes anticomunistas.

Desse modo, nossas análises nos levam a uma caracterização da Formação Discursiva Anticomunista (FDA) a qual determina o que pode e o que deve ser dito aos manifestantes tanto da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade quanto aos manifestantes do Movimento Intervencionista de 2020/2021. Como sabemos, as FDs correspondem ao complexo das Formações Ideológicas (FIs) as quais funcionam em relação de antagonismo, aliança ou dominação umas com as outras, ou seja, as FIs são produtos da luta de classes e organizam posições políticas e ideológicas em confronto. Em “A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, Discurso”, temos a seguinte definição de Formação ideológica:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relações às outras. (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, [1971], 2007, p. 33-34)

Dado esse caráter de confronto entre FIs, presumimos que há uma Formação Ideológica de extrema-direita que interpela sujeitos em prol da violência e da hegemonia capitalista, comportando uma FD anticomunista.

A FD anticomunista, por sua vez, pode ser representada através do enunciado *Um/o comunista é um/o inimigo da pátria*. A partir disso, organiza e

reproduz e (re)atualiza elementos como o culto à propriedade privada, à moral, à família heteronormativa, à religiosidade, ao conservadorismo e ao ufanismo, bem como recorre a mecanismos de violência em favor da manutenção de um Estado anticomunista, organizando dizeres como: *para combater o comunismo utilizaremos da força das armas*. Ao se configurar dessa forma, a FDA produz a evidência de que o comunismo precisa ser erradicado pois é a causa dos problemas sociais, o que permite também, diante das crises políticas, que os enunciados alinhados ao funcionamento da FDA se repitam.

Outro fator importante demonstrado por nossas análises é que os enunciados aqui analisados e que estão ligados à FDA funcionam através da coerção lógica disjuntiva e através da forma do enunciado dividido. Essa regularidade no funcionamento discursivo aponta para a tentativa de homogeneização dos sentidos e para o apagamento, exclusão do outro, característico dos discursos autoritários. Nas palavras de Ernst e Vinhas:

Compreendemos que a lógica disjuntiva se constitui como um princípio organizador dos saberes que podem e devem ser ditos pela formação discursiva de identificação. Essa lógica disjuntiva estabelece o possível e o impossível de ser dito, criando um inimigo que deve ser combatido (2020, p.5).

Mas justamente pelo caráter antagônico dos dizeres, com um alvo, um inimigo a ser combatido, os enunciados acabam por inscrever os opositores no regime militar ou no governo Bolsonaro sob a forma da negação. Ou seja, a luta de classes materializa intradiscursivamente essa tensão nos dizeres mediante a materialidade de enunciados divididos e afetados pela coerção lógica disjuntiva, processo característico da busca da construção de uma estabilidade semântica.

Efeito de fechamento

Empreendemos ao longo desta dissertação um percurso de discussão teórica e um trabalho analítico regido por inquietações que se relacionam com nossa conjuntura social e política presente, associada ao passado repressivo da ditadura

militar. Devido a esse entrelaçamento entre o passado e o presente, de pronto, propusemos o processo de repetibilidade da história e dos dizeres e, para tanto, traçamos um caminho epistemológico que esbarrou em conceitos importantes para a nossa reflexão.

Ao abordar as questões teóricas sobre a democracia e o neoliberalismo, demonstramos que, para tomar o poder e popularizar-se, a liderança populista de extrema-direita precisa banalizar os problemas políticos e responsabilizar determinados setores da sociedade. Jair Bolsonaro, responsabilizando os governos petistas como causadores de todos os problemas sociais do Brasil, parece ter conseguido manipular seus apoiadores, conduzindo-os em direção a uma jornada de perseguição à esquerda brasileira, de forma a mobilizar esforços para acabar com a ameaça vermelha.

Em seguida, buscamos elucidar que o apelo ao combate ao comunismo e à intervenção militar só funcionaria sob o excesso da circulação dos saberes do governo militar e pelo apagamento do discurso oposicionista à ditadura. Quando nos debruçamos sobre a incidência da censura na construção da memória, demonstramos que o que estabiliza essa rede de sentidos negativos associados à resistência ao regime militar são as lacunas que dificultam que os sentidos de revolta se inscrevam na memória.

Para observar a forma como os governos militares garantiram a manutenção do imaginário positivo associado à intervenção militar, resgatamos o funcionamento da ideologia, do assujeitamento ideológico e dos AIEs. Para isso, apontamos o AIE escolar e da informação como cruciais para a circulação dos saberes em consonância com a ordem ditatorial vigente. Observamos que, sobretudo pela violência, os governos militares operaram pela garantia da hegemonização dos discursos em conformidade com suas práticas, demonstrando que ainda há processos de militarização e violência que permanecem após o regime militar. Mas, como “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1997), elencamos alguns furos que o discurso contrário ao regime militar conseguiu fazer na memória, bem como sua inscrição via enunciado dividido.

Em nossas análises, procuramos destacar o que é repetível na ordem do discurso e, ao aproximar os enunciados dos movimentos intervencionistas de 2020 e

2021 com os da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, observamos os sentidos anticomunistas em suas diferentes possíveis formulações como sendo a base retórica para a reivindicação das intervenções militares no Brasil, tanto em 1964, como a tentativa ainda frustrada em 2020 e 2021. Isso nos leva a reiterar a ideia de que os enunciados de 1964 e os de 2020/2021 em análise, encontram-se em relação de paráfrase, sendo eles apenas reconfigurações dentro de uma mesma FD anticomunista.

Nosso trajeto teórico e analítico apontou para as mesmas estratégias discursivas, a responsabilização do fantasma do comunismo pela crise econômica, social e política do Brasil, tanto em 1964 como em 2020/2021; e, por ser o responsável pelas crises, precisa ser erradicado por uma ostensiva militar. Neste exercício reflexivo, percebemos o movimento cíclico da história que, tendo como motor a luta de classes, segue dominando e assujeitando sujeitos em prol da manutenção da ordem dominante, fazendo com que grande parcela da população se volte até mesmo contra a democracia.

O exercício reflexivo proporcionado por este trabalho nos afetou muito. Em nosso gesto interpretativo, deparamo-nos com o funcionamento de dizeres autoritários que se repetem e denunciam o que a prática política no Brasil tem feito historicamente, uma coleção de perseguições, de assassinatos, de ódio ao divergente e de cassação aos direitos fundamentais. É pela indignação ao presenciarmos o assombro dos fantasmas do passado que desenvolvemos este trabalho. Os discursos que se repetem e as memórias que calam nos convocaram à reflexão, e, durante este processo, nos deslocamos entre o lugar de pesquisa e o de resistência diversas vezes, nos identificamos com os subversivos e nos entristecemos ao revirmos as práticas de perversão dos porões da ditadura. Apesar disso, fomos em frente, pois somos afetadas por uma teoria que nos ensina que é preciso *ousar se revoltar*.

Referências

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. 10a Ed. Trad. Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. São Paulo, Contraponto, [1969] 2013.

BANDEIRA, O. Proprietários da mídia no Brasil: Igrejas cristãs no topo da audiência. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/igrejas-cristas-no-topo-da-audiencia/>

BECK, M; SCHERER, A.E. As modalidades de funcionamento subjetivo e legado marxista-leninista. In: Revista Letras (UFSM), n. 37, 2008.

_____; ESTEVES, P.M.S. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. Revista Leitura, Maceió, n.50, p. 135-162, Jul./Dez. 2012

BOTTOMORE, T (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Ato Institucional nº5. Brasília, DF. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 58.023. Brasília, DF. 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58023-21-marco-1966-398553-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2021

BRASIL. Decreto no 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2022

BRASIL. Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Brasília, DF. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

CAGLIARI, L. C. Alfabetizando sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU. São Paulo: Scipione, 1999.

CHAUÍ, M. Webinario “O que é ideologia?”. Disponível em: <https://event.webinarjam.com/t/click/pr8oytz3hqk3brv79obmxy55h5vnz4cq3kf8>. Acesso em: 10 abr 2022.

CNBB. Manifesto dos Bispos. In: MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

COURTINE, J.J. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. [trad.] Cristina de Campos Velho Birck [et al.] São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Revista Policromias, v. 1, n. 1, 2016.

_____. Metamorfoses do discurso político: derivas da vida pública. Organização: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. Revisão: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, Bernard et al. (orgs). Materialidades discursivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. tradução Mariana Echalar. 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2016

DE NARDI, F. In Organon nº 35 - Discurso, língua e memória. v. 17, nº 35, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 2003.

ERNST, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____; SILVA, G.M e VIEIRA, V.V. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (joão 8:32): efeitos de simulação no discurso político on-line. Revista Caderno de Letras UFF, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2º número, 2019

_____; VINHAS, L.I. Gênero, sexualidade e processos de subjetivação: homofobia nas palavras de um deputado. Anais do XXXV ENANPOLL, online, 2020

FERREIRA, M. C. A trama enfática do sujeito. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaCristinaLeandroFerreira.pdf>, Acesso em: jun 2021.

_____. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo! In: FERRARI, Alexandre S. et al. (Orgs.). **Discurso, resistência e...** Cascavel, PR: EdUnioeste, 2015. P. 159-67.

FIGUEIREDO, L. Lugar nenhum. São Paulo, SP. Companhia das letras. 2015

FONSECA, R. O. A democracia e o nosso sangue: paráfrase discursiva e compreensão das referências. Cadernos de Letras da UFF, v. 30, n. 59, p. 263-277, 21 dez. 2019.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In DREYFUS, H. RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GALLO, C.A. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. UFRGS. Porto Alegre, 2012.

GOMES, LF; MAZZUOLI, V.O. Crimes da ditadura militar e o “Caso Araguaia”: aplicação do direito internacional dos direitos humanos pelos juízes e tribunais brasileiros. Revista Letras Jurídicas n. 14, primavera, 2012 ISSN 1870-2155

HAROCHE, C; PÊCHEUX, M; HENRY, P. A semântica e o corte saussurianos: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Pedro & Letraria, 2020.

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013

_____. Que sujeito é este? In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. (Orgs.) Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes, 2019.

KEHL, M. R. Ressentimento, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015

LAGAZZI, S. O desafio de dizer não. 1ª Ed. São Paulo: Pontes, 1988

LÊNIN, V. Obras Escolhidas. Em Três Tomos. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

LOPES, T. A.S. O gigante acordou: Uma análise discursiva dos protestos de junho de 2013 em três gestos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas Pelotas/RS, 2021.

MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. Revista Líng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, n. 44, p. 270-289, jul./dez. 2019

_____. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARIGHELLA, A.C. Ao povo brasileiro. 1969. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/docs-sabbag/sabbag-doc-3>

-carta.pdf. Acesso em: 25 set 202.

MARTINS, M.C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, Editora UFPR, jan./mar. 2014.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MASCARO, A.L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contrajango>. Acesso em: 18 set 2021.

MENDONÇA. D. 1961-1964 A ditadura brasileira em dois golpes. Curitiba: Appris, 2017.

MILNER, J.C. *O amor da língua*. Trad. Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.

MOLL, J. *Alfabetização possível: reinventando a ensinar e o aprender*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MONK, Y. *O POVO CONTRA A DEMOCRACIA: Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Ed. Schwarcz S.A, São Paulo, 2018.

MOREIRA, C.B. Análise do discurso da e sob censura. *Revista Fragmentum*, n. 29, parte I. Laboratório Corpus: UFSM, Abr./Jun. 2011

_____. Censura, Memória e Arquivo discursivo. *Revista Veredas on line – Análise do Discurso – n. 2*, p. 107-118 –PPG Linguística/UFJF– Juiz de Fora. 2010

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6ª ed.- Campinas, SP. Ed.da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Pontes, Campinas, SP, 2001.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3ª ed - Campina, SP: Pontes, 2017.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (Orgs.). *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2008 .

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Tradução Eni Orlandi et all. Campinas: Ed da Unicamp, 1997.

_____. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (Orgs.). *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2010.

_____. *O estranho espelho da Análise do Discurso*. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

PERINI, R.C. *O que se vê nas faíscas: sobre formações discursivas antagônicas, heterogeneidade enunciativa e enunciado dividido*. *Revista Palimpsesto*, n. 31, Rio de Janeiro, 2019.

PERUCCHI, L. *Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2009.

PODER 360. *Operação com desfile de blindados no Planalto custou R\$ 3,7 milhões*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/operacao-com-desfile-de-blindados-no-planalto-o-custou-r-37-milhoes/>. Acesso em: 24 ago 2021

PRESOT, A.A. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RANCIÈRE, J., 1940- *O ódio à democracia [recurso eletrônico] : la haine de la démocratie / Jacques Rancière; tradução Mariana Echalar*. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.

ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROCHA, J.C.C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª Edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46.

SANTOS, C.A. "Sentido, descansar, em forma": escola-quartel e a formação para a barbárie. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e244370, 2021

_____, ALVES, M. F., MOCARZEL, M., & MOEHLECKE, S. (2019). Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 35(3), 580.

SERRANI, S.M. A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP:Ed. da Unicamp, 1993.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIMÕES, S. D. Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 64. Belo Horizonte: UFMG, 1983.

SINTONI, E. Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 -1964). São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

SOEK, A. M.; HARACEMIV, S. M. C.; STOLTZ, T. Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos. Curitiba: positivo, 2009.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio/ago. 2008.

VERBICARO, L. Reflexões Acerca das Contradições entre Democracia e Neoliberalismo. RDP, Brasília, Volume 18, n. 97, 23-51, jan./fev. 2021

VINHAS, L.I. Precisamos falar sobre Temer, o estranhamento na voz. Revista Fórum linguístico, Florianópolis, v. 14, n. especial, p. 2482- 2491.2017

ZANDWAIS, A. Um processo comum de interpelação da sociedade cristã brasileira, investigado a partir dos pressupostos da análise do discurso. Revista Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 84, nº1, junho de 1991.

ZIZEK, S. Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.Recebido em 16/10/2016. Aceito em 30/11/2016.

_____. Violência. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2008.